ISSN. 2317-0352

Revista

Café com SOCIOLOGIA

Volume 7 , Nº 3
Ago./Dez. de 2018



"Mais que as ideias, são os interesses que separam as pessoas."

TOCQUEVILLE

WWW.REVISTACAFECOMSOCIOLOGIA.COM

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA

CONSELHO EDITORIAL

Cristiano das Neves Bodart- Editor Chefe

Amurabi Oliveira
Antonio D'Agostino Filho
Bianca de Moura Wild
Gleison Maia Lopes
Jainara Gomes de Oliveira
Jesus Marmanillo Pereira
Leandro Leal de Freitas
Marcelo Pinheiro Cigales
Micheline Dayse Gomes Batista
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Radamés Mesquita Rogério
Rafael Balseiro Zin
Rafael Dantas Dias
Roniel Sampaio Silva
Túlio Cunha Rossi
Tupiara Guareshi Ykegaya
Vanessa José da Rocha

Editoração: *Cristiano das Neves Bodart*
Suporte técnico: *Roniel Sampaio Silva*
Capa: *Toni D'Agostinho (Antonio D'Agostino Filho)*

PARECERISTAS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alexandra Aguirre
Aline Prado Atassio
Ana Carolina Caridá
César Alessandro Figueiredo
Cristiano das Neves Bodart
Daniel Viana de Souza
Dulcinea Duarte Medeiros
Eduardo Carvalho Ferreira
Emilayne da silva Souto
Evangelina Martich
Fabio de Medina da Silva Gomes
Flávia Carolina da Costa
Francisco Arrais Nascimento
Francisco Malta de Oliveira
Jessica Lobo Sobreira
Magda Suely Pereira Costa
Marcelo Fontenelle e Silva
Jesus Marmanillo Pereira
Leandro Leal de Freitas
Lisandro Lucas de Lima Moura
Marcelo Sabbatini
Maria Cristina Giorgi
Rafael Dantas Dias
Rafael França Gonçalves dos Santos
Ramon Taniguchi Piretti Brandão
Raoni Borges Barbosa
Rodrigo de Macedo Lopes
Rodrigo Oliveira Lessa
Rosana Carvalho Paiva
Tatiana Pires Escobar
Valci Melo Silva dos Santos

SUMÁRIO

EDITORIAL
Conselho Editorial *01*

APRESENTAÇÃO
Leandro Leal de Freitas..... *02-03*

ENSAIO SOCIOLÓGICO

50 ANOS DE "O DIREITO À CIDADE": contribuições da teoria do discurso e do pós-estruturalismo ao debate
Emilayne da Silva Souto 04-09

RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

DISCUTINDO DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO EM UMA TURMA DE EJA
Katiuci Pavei, Pedro Dionizio de Mello..... *10-16*

OFICINAS DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, SOB A DIDÁTICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, NO ATENDIMENTO DE ESTUDANTES SUPERDOTADOS/AS: um relato de experiência
Laís Regina Kruczeveski, Aline Oliveira Gomes da Silva, Aline Maria da Silva Almeida..... *17-30*

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE FILME

RASTROS DA MALDADE: Horror e alteridade cinema contemporâneo
Ícaro Yure Freire de Andrade..... *31-40*

ARTIGOS

PRIMEIRA CARTA SOBRE A ARGÉLIA (23 de junho de 1837)
Alexis de Tocqueville
Tradução de Plácido Adriano de Moraes Nunes 41-49

MARX E POLANYI: a construção de uma epistemologia crítica ao liberalismo econômico
Ticiana Amaral..... 50-66

O IMPEACHMENT COMO INSTITUIÇÃO CASUÍSTICA POLÍTICA E DEMOCRÁTICA (?): casos Andrew Johnson e Dilma Rousseff
Felipe Rebêlo..... *67-82*

RECONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO E DO TRABALHO: novas formas de dominação em contexto de trabalho imaterial
Pedro Dionizio de Mello, Rafael Ferrari da Silva..... *83-97*

PATRIMÔNIO(S) E LUGARES DE MEMÓRIAS: uma reflexão sobre a cidade do Porto, Portugal

Catarina Nogueira Pereira, Diogo Guedes Vidal.....98-112

RESENHAS

PROVOC-AÇÕES AO PENSAR EM TEMPOS DE BANALIZAÇÃO DO PENSAMENTO FREIREANO
Cristiano das Neves Bodart.....113-117

ENTREVISTA

AS PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA: entrevista com Amaury Cesar Moraes
Entrevistador: Cristiano das Neves Bodart 118-121

Volume 7, número 3, ago./dez., 2018
ISSN: 2317-0352

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA:
apresentação do volume 7, número 3, de 2018

Leandro Leal de Freitas
Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSCar). Integrante do Conselho Editorial da Revista Café com Sociologia.
E-mail: leandroleal@live.com

A **Revista Café com Sociologia** vem se apresentando como importante espaço de divulgação da produção de conhecimento do campo das Ciências Sociais, o que se nota pelo volume de artigos submetidos e pelo cada vez maior número de acessos aos trabalhos publicados. Fruto de um projeto autônomo, envolvendo voluntariamente diversos pesquisadores de variadas instituições de ensino e pesquisa, temos o prazer de trazer a público a 19ª edição (v.7, n.3) da revista. Neste volume, publicamos relevantes trabalhos originais, sendo 1 (um) ensaio sociológico, 2 (dois) relatos de experiências docentes, 5 (cinco) artigos, 1 (uma) resenha e 1 (uma) entrevista. Dentre os escritos, destacamos a tradução de um texto de Alexis Tocqueville, pensador de grande impacto para as Ciências Humanas em geral e, em particular, para a Ciência Política. A capa da presente edição é uma homenagem da comissão editorial da revista a esse grande pensador, cuja arte é de produção do talentoso artista Toni D'Agostinho, também integrante do conselho editorial da revista.

Na seção **Ensaio Sociológico**, Emilayne da Silva Souto nos convida a uma reflexão em torno da importância da obra do francês Henri Lefebvre, "O direito à Cidade". A autora discute, no ensaio intitulado *"50 anos de "O direito à cidade": contribuições da teoria do discurso e do pós-estruturalismo ao debate"*, como o conceito de "direito à cidade" foi mobilizado para exercícios de compreensão e explicação das chamadas Jornadas de Junho (de 2013), no Brasil. O texto é uma convocação a pensarmos conceitos enquanto "terrenos de disputa na sociedade", nos chamando a atenção para "os diferentes sentidos que os mais diferentes discursos e práticas atribuem aos conceitos".

Os **Relatos de experiências docentes** nos trazem 2 (dois) textos que apresentam práticas educativas que podem nos servir de inspiração para o desenvolvimento de outras atividades pedagógicas. No primeiro deles, Katiuci Pavei e Pedro Dionizio de Mello, nos relatam a aplicação do projeto pedagógico *"Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho na EJA"*, realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018. No outro texto desta seção, as autoras Laís Regina Kruczeveski, Aline Oliveira Gomes da Silva e Aline Maria da Silva Almeida, relatam a realização de *"Oficinas de Sociologia e Política, sob a didática da pedagogia histórico-crítica, no atendimento de estudantes superdotados/as"*, oferecidas nas salas de recurso do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em duas escolas estaduais da cidade de

Londrina-PR, com atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Iniciação Científica (PROIC) durante os anos de 2015 e 2016.

Na seção **Análise sociológica de filmes** o leitor encontrará as reflexões de Ícaro Yure Freire de Andrade no texto "*Rastros da Maldade: Horror e alteridade cinema contemporâneo*".

Na seção **Artigos** fica demonstrada a diversidade de temáticas abarcadas pela revista. O primeiro texto apresenta a tradução, por Plácido Adriano de Moraes Nunes, da "*Primeira Carta Sobre a Argélia (23 de junho de 1837)"*, do pensador francês Alexis de Tocqueville. Em *"Marx e Polanyi: a construção de uma epistemologia crítica ao Liberalismo Econômico"*, Ticiana Amaral Nunes nos apresenta uma revisão teórica das críticas dos dois autores quanto aos postulados do liberalismo econômico. Felipe Cesar José Matos Rebêlo, em *"O impeachment como instituição casuística política e democrática (?): casos Andrew Johnson e Dilma Rousseff"*, se utiliza dos dois casos (o primeiro ocorrido nos EUA do século 19 e o de Dilma, em 2016, no Brasil) para discutir o instituto do impeachment e a necessidade de, em regimes democráticos, este processo ser acompanhado de maior participação da sociedade civil. No quarto artigo, *"Reconfigurações do capitalismo e do trabalho: novas formas de dominação em contexto de trabalho imaterial"*, Pedro Dionizio de Mello e Rafael Ferrari da Silva nos convidam, a partir de um trabalho teórico-empírico, a refletir sobre as novas formas de dominação que, associadas ao capital, se apropriam do "tempo além do trabalho" e passam a alongar-se para a vida cotidiana dos trabalhadores. Por fim, Catarina Nogueira Pereira e Diogo Guedes Vidal propõem uma discussão a respeito dos conceitos de *"Patrimônio(s) e lugares de memórias: uma reflexão sobre a cidade do Porto, Portugal",* defendendo a necessidade de repensarmos nossas relações com os patrimônios, considerando sua relevância para a construção e manutenção da memória coletiva de um povo/comunidade.

Os dois próximos trabalhos vêm com a assinatura de nosso editor-chefe, o professor doutor Cristiano das Neves Bodart. Em **Resenhas**, Bodart retrata aspectos centrais do *"A atualidade do Pensamento Pedagógico de Paulo Freire",* livro recente de autoria do professor doutor Thiago Ingrassia Pereira. Lançado em novembro de 2018, a "obra discute a atualidade do pensamento pedagógico de Paulo Freire, e aborda também o seu potencial político". Encerrando este volume, Bodart nos traz uma **Entrevista** com Amaury Cesar Moraes, professor do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Universidade de São Paulo - USP. Os dois pesquisadores conversam sobre as recentes pesquisas a respeito do ensino de Sociologia e dos desdobramentos de políticas públicas contemporâneas envolvendo a docência neste campo, como o caso da Reforma do Ensino Médio.

Que seja uma leitura agradável e instigante, motivando a produção de outros quereres e práticas e saberes e a criação de outros mundos possíveis...

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

ENSAIO SOCIOLÓGICO

50 anos de "o direito à cidade": contribuições da teoria do discurso e do pós-estruturalismo ao debate

Emilayne Souto
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia Política (GRESP/UFPB).
E-mail:
emilaynesouto@hotmail.com

Às comemorações dos 50 anos de publicação da obra "O Direito à Cidade", do escritor francês Henri Lefebvre, segue-se também a constatação de que já se passaram cinco anos das manifestações que explodiram por todo o país e ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Tendo se iniciado com a mobilização do Movimento pelo Passe Livre contra o aumento das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo, frente à desproporcional repressão policial, os protestos acabaram mobilizando a opinião pública e ganharam capilaridade por todo o território nacional. Do mote inicial de que "não são os centavos, são os nossos direitos", os manifestantes que ocuparam as ruas naquelas duas semanas passaram a novos repertórios de protesto: surgiram reivindicações por mais segurança, saúde, educação, moradia, "Fora PT", "Fora Dilma", "Fora todos", pelo fim da corrupção, "legalize já", intervenção militar, etc. Em algumas cidades, houve a revogação do aumento das passagens dos ônibus e a conquista do passe livre para os estudantes. Em outras, ocorreu justamente o aumento dessas tarifas.

Constituídas tanto por atores como por demandas e discursos heterogêneos, pensar sobre as Jornadas de Junho e seus desdobramentos significa pensar sobre as próprias características inerentes aos movimentos urbanos contemporâneos. Em "Redes de Indignação e Esperança", Castells (2013) apresenta algumas dessas características: sentimentos de indignação difusos, composição social diversa, proliferação de identidades, usos de novas tecnologias de informação e comunicação e novas formas de organização social. Com esquerda e direita ocupando os mesmos espaços – as redes sociais digitais e o espaço urbano –, havia naquele cenário uma forte disputa sobre os sentidos das manifestações. Passados cinco anos, com os atos contra Dilma em 2015 e 2016 que forneceram, de certa forma, o sustentáculo moral para o impeachment da então presidente democraticamente eleita e com o

aprofundamento do golpe de Estado atual no país, a sensação que fica é de que os sentimentos mais diversos de indignação, esperança e frustração da população foram canalizados para uma via anti-democrática, fascista e de discursos conservadores. Jessé Souza (2016) nos mostra como os protestos, que eram inicialmente localizados e focados em políticas municipais de mobilidade urbana, se "federalizaram" e afetaram diretamente a presidente Dilma Rousseff. Pautas como a PEC 37e contra a corrupção substituíram rapidamente as pautas populares. Com a ascensão de movimentos como o MBL e o Vem pra Rua e a direita se colocando como verdadeira herdeira de Junho, à esquerda parece restar a impotência e o sentimento de um vazio social a que Hannah Arendt denomina desolação.

Fato é que as contradições sociais que levaram as pessoas às ruas em 2013 só se acirraram desde então. Se, por um lado, vem ocorrendo a expansão de um campo de ação neoliberal e conservador, por outro, observamos a multiplicação de coletivos e movimentos locais na luta por trabalho, educação, saúde, habitação, lazer, mobilidade, melhores condições de vida nas cidades, justiça social, igualdade, cidadania e democracia. Seja nas ocupações das escolas secundaristas, seja nas reivindicações das recentes greves dos caminhoneiros, o que não pode se perder de vista é que estes são movimentos políticos, cujos domínios das fronteiras e suas significações estão em jogo. É neste sentido que o direito à cidade aparece como um elemento articulador de muitas destas reivindicações. Uma série de demandas, antes isoladas, passam a ter um espaço de emergência. As manifestações de Junho de 2013, na verdade, implodiram o direito à cidade a partir da emergência de uma pluralidade de sujeitos e demandas, cujas formas de constituição e diversidade não levavam a nenhum tipo mínimo de unidade política. O que tem levado muitos estudiosos da problemática urbana a afirmarem que houve uma banalização do conceito e, consequentemente, a perda de sua força política, ao menos aquela força de um projeto político proposto quando cunhado por Lefebvre nos idos de 1968.

Em Lefebvre, o direito à cidade se apresenta como o mais fundamental dos direitos assegurados ao cidadão e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de emancipação social, de reorientar o movimento geral da sociedade no sentido de uma nova sociedade urbana. Neste último meio século, as leituras e análises produzidas a partir dessa concepção podem ser divididas, grosso modo, entre aquelas que enfatizam a primeira dimensão, ou seja, que interpretam o direito à cidade segundo o viés da construção de políticas públicas, cujos objetivos sejam a diminuição das desigualdades sociais e das injustiças espaciais, e aquelas que interpretam o direito à cidade, dentro de um contexto de nova miséria urbana, como uma plataforma política capaz de romper com a ordem capitalista e de projetar uma sociedade urbana onde predomine o valor de uso, e não o valor de troca, em todas as esferas da vida social.

Neste cenário, as análises dos conflitos urbanos contemporâneos corroboram com a ideia de que haveria uma "falta de planejamento da cidade" no centro da crise urbana. Dois discursos principais norteiam esta perspectiva: o do empreendedorismo urbano e o da gestão democrática da cidade. Segundo Carlos (2017, p.47), o discurso do empreendedorismo urbano se volta para o campo das políticas que associam o planejamento estratégico à gestão do espaço da cidade. Uma das consequências imediatas desse discurso é a transformação do prefeito em um gestor/administrador da cidade. Como exemplo, temos o atual prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, que venceu as eleições com uma campanha em que argumentava que não seria um político e, sim, um bom gestor. Já o discurso da gestão democrática da cidade se volta para a função social da cidade e da propriedade. Como argumento principal encontra-se a ideia de que a participação popular nas instâncias institucionais de poder levaria necessariamente a uma cidade mais equitativa, justa e sustentável. Para Carlos (2017), no entanto, diante de um pragmatismo excessivo produzido pelos "urbanistas de boa vontade", este discurso se degenera na medida em que o que ocorre é radicalmente o caminho inverso: na contramão de um pensamento crítico, acaba-se tecendo um elogio à propriedade, cujas consequências são a naturalização da despossessão através do discurso da função social da propriedade, o discurso do crescimento desenfreado disfarçado de desenvolvimento urbano e a naturalização da forma mercantil da cidade no sistema liberal democrático.

Nas últimas décadas, permeou no campo dos estudos urbanos a ação de uma poderosa máquina de legitimação de políticas em favor do crescimento sob a lógica do mesmo modelo urbano neoliberal (BENACH, 2017). Harvey nos mostra como a linguagem – presente nas variantes de cidade empresarial, cidade do conhecimento, cidade criativa, nas *smart city* -, vem servindo a um modelo de urbanização que responde aos interesses do capitalismo global e favorece o crescimento das desigualdades sociais. Um modelo de urbanização cuja teoria de Lefebvre se situaria exatamente no polo oposto - face às possibilidades de ação coletiva para criar algo radicalmente novo. As críticas sobre os usos interessados, em suas mais diferentes frentes e demandas, atribuídos ao conceito de direito à cidade referem-se a ideia de que hoje este é invocado para se referir a quase tudo ou, ainda, a qualquer melhora ou concessão do sistema, que implicaria numa domesticação da expressão e a redução a um sentido paliativo que não põe em xeque a lógica global de acumulação capitalista.

Em suma, frente à multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo, o conceito teria perdido a força de um projeto revolucionário ou de emancipação social e passado a ser um mero significante vazio. A falta de especificidade e de rigor teórico teria assim esvaziado o conceito de seu sentido originário e feito com que as disputas políticas se apresentassem dispersas em um lugar vago de indefinições. Geógrafos, arquitetos, urbanistas e estudiosos da questão urbana vêm sugerindo o retorno

ao sentido original do termo presente nas obras de Lefebvre. Todavia, cabem aqui as considerações de Tavolari (2016): as disputas acadêmicas e intelectuais pela definição original ou verdadeira do conceito se configuram como um problema, na medida em que tendem a cristalizar em um só sentido todo o potencial do próprio conceito frente às mais diversas lutas sociais concretas. O poder heurístico do direito à cidade está na polissemia dos significados e não na definição canônica do que Lefebvre escreveu.

Isto posto, acreditamos que a categoria direito à cidade articulada às análises pós-estruturalistas e da teoria do discurso de Ernesto Laclau pode apresentar expoentes para novas leituras acerca das questões urbanas contemporâneas. O objetivo aqui não é expor uma definição aprofundada de cada um dos conceitos da teoria do discurso de Laclau, mas como eles podem ser articulados entre si e à questão do direito à cidade. Nunca é demais ressaltar que o pós-estruturalismo nada tem a ver com pensar "para além" da estrutura. O "pós" aqui não nega a estrutura em si, mas a forma essencialista/fundacionalista como a mesma vem sendo considerada desde Saussure e Lévi-Strauss. Estruturalistas e pós-estruturalistas concordam, no entanto, quanto ao caráter relacional de toda identidade social. As críticas ao estruturalismo recaem na defesa de que haja um centro ou um fundamento último ao qual toda estrutura possa ser identificada. Mendonça e Peixoto (2014) nos lembram que, segundo Derrida, o maior erro do estruturalismo é pensar em termos de forma e não de força, privilegiar o continente em vez do conteúdo. Para Laclau, pensar em termos de forças significa pensar o jogo infinito das diferenças, os discursos em disputa, o caráter parcial e contingente de toda ordem dada.

Algumas reflexões centrais ao pós-estruturalismo estão pressupostas na teoria do discurso de Laclau. Dentre elas, a afirmação de que: o social é ontologicamente político; os antagonismos são inerentes às práticas sociais; existe uma pluralidade de posições de sujeito. Uma das contribuições inovadoras que o autor traz para a análise do discurso é a não distinção entre aspectos discursivos e não discursivos. O discurso não é simplesmente um somatório de palavras. Não se localiza exclusivamente em um conjunto de textos. Constitui-se como produto de articulações concretas/práticas que unem palavras e ações. Um discurso não se estabelece pelos pontos positivos compartilhados entre os elementos articulados, mas justamente pelo seu inverso. É pela negatividade da ameaça comum a todos os seus elementos, em suma, pelos seus antagonismos, que um discurso passa a ter existência no campo social. As demandas existentes nas mobilizações não compartilham nada que seja positivo, não há algo intrinsecamente em comum entre elas, a não ser o fato de que todas permanecem não-realizadas, não atendidas. Esta negatividade específica é inerente à construção de laços de equivalência e, consequentemente, à constituição de significantes vazios. Nas palavras de Laclau (2015), o campo

social pode ser visto, dessa forma, como "uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais".

Laclau aprofunda as análises sobre significantes vazios a partir dos anos 1990, mais especificamente na obra "A Razão Populista". Se para Harvey (2014) significante vazio é um significante que não está ligado a nenhum significado, para Laclau (2013), o conceito de "um significante sem significado" é inadequado, pois leva ao entendimento de que seria apenas um "ruído", uma carência, algo fora do sistema de significação. Quando, na verdade, existe um lugar, no próprio sistema de significação, que é constitutivamente irrepresentável, e, nesse sentido, permanece vazio, mas é um vazio que pode ser significado. É um vazio com uma localização particular no interior de uma significação. É precisamente em função de sua natureza polissêmica que um significante vazio pode funcionar como um ponto de ancoragem/ponto nodal de discursos até então dispersos. Cada discurso e cada posição no interior do discurso se constituem, dessa maneira, em um jogo político de equivalência e diferença, inclusão e exclusão, de acordo com os diversos interesses e identidades. Se há "vagueza" e "imprecisão", elas não resultam, todavia, de qualquer tipo de situação marginal; estão presentes na própria natureza do político, na heterogeneidade do campo social. As questões que se devem colocar são: Em qual contexto político, em quais circunstâncias os significantes vazios emergem? E qual destes discursos em luta conseguirá se universalizar, ou seja, tornar-se um discurso hegemônico?

Assim sendo, um significante vazio, mesmo não contendo a priori qualquer significado específico, possui a capacidade de tornar-se constituinte de um sistema de significação, de um processo de construção de sentidos. Na contramão de um esvaziamento de sentidos, de uma escassez de força política, o direito à cidade, ao ser tomado como um significante vazio, nos termos de Laclau, carrega consigo uma potência analítica e política: a de explicar, dar sentido, tornar-se parte e realizar-se a partir da imposição de sentidos em um determinado imaginário social. Para se consolidar, um determinado projeto hegemônico de direito à cidade necessita articular em torno de si um conjunto de lutas dispersas em uma cadeia de equivalências capaz de fixar significados.

Inserir alguns dos pressupostos da teoria do discurso de Laclau ao debate sobre o direito à cidade nos permite compreender as manifestações de Junho de 2013 e seus desdobramentos a partir do reconhecimento da multiplicidade das lógicas sociais. A extraordinária força política do conceito não se expressa apesar da multiplicidade de significados associadas ao termo nem se perde devido às mais diferentes reivindicações presentes nas mobilizações, mas justamente por causa disso. Na atual conjuntura nacional, para além da desolação da esquerda, o fortalecimento das lutas democráticas específicas só se dará a partir da expansão de cadeias de equivalência para outras lutas. Mais do que endossar a ideia de que houve um uso equivocado do conceito de Lefebvre, tomar o direito à cidade

como significante vazio permite atribuir sentidos comuns às variadas lutas dos diferentes sujeitos; permite ainda reforçar que estes têm seus significados negociados e disputados politicamente, sempre de forma parcial e contingente. Pensar o direito à cidade nas lutas urbanas contemporâneas requer, portanto, tratar os conceitos como terrenos de disputa na sociedade, requer que reflitamos sobre os diferentes sentidos que os mais diferentes discursos e práticas atribuem aos conceitos.

Referências

BENACH, N. Da Desigualdade Social à Justiça Espacial. In: CARLOS, A.F.C.; ALVES, G.; PADUA, R.F.(orgs.); *Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, A.F.A. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A.F.C.; ALVES, G.; PADUA, R.F.(orgs.); *Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, E. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MENDONÇA, D; PEIXOTO, L. (orgs.); *Pós-Estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SOUZA, J. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado.* Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TAVOLARI, B. *Direito à cidade: uma trajetória conceitual*. Novos Estudos CEBRAP, v.104, p.93-109, 2016.

Recebido em: *14 de agosto de 2018*
Aceito em: *30 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018
ISSN: 2317-0352

Relato de Experiência Docente

Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho em uma turma de EJA

Discussing gender inequalities in the labor market in an EJA class

Katiuci Pavei
Professora de Sociologia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela UFRGS. E.mail: profsociologia.katiuci@gmail.com

Pedro Dionizio de Mello
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: p.mello07@gmail.com

Resumo
O artigo refere-se ao relato do projeto pedagógico "Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho na EJA", realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018. O objetivo geral foi compreender de que forma as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho são classificadas e inscritas nas práticas sociais do grupo de estudantes. As aulas foram balizadas em três eixos principais: a) questões históricas referentes à inserção laboral da mulher, b) estereótipos que vinculam trabalho a determinado gênero e c) desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Nos encontros foram utilizados procedimentos didáticos diversificados (imagens, dados, vídeos, textos, questionário, produção textual). Percebemos um avanço argumentativo relevante em parte da turma, expresso por meio de diagnóstico crítico das desigualdades de gênero presentes na esfera produtiva e de análise dos dispositivos que não cessam de produzir esse problema social. Contudo, notamos também a forte persistência de naturalização de um discurso categorizante produzido socialmente. A partir desse desafio, novos procedimentos pedagógicos estão sendo planejados.
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Desigualdade de Gênero. Trabalho. Sociologia

Abstract
The article refers to the report on the pedagogical project "Discussing gender inequalities in the labor market in EJA", held at the College of Application of the Federal University of Rio Grande do Sul, in 2018. The general objective was to understand how differences in in the labor market are classified and registered in the social practices of the student group. The classes were marked in three main axes: a) historical questions related to the labor insertion of women, b) stereotypes that link work to a specific gender and c) inequalities between men and women in the labor market. In the meetings were used diverse didactic procedures (images, data, videos, texts, questionnaire, textual production). We perceive a relevant argumentative advance in part of the class, expressed through a critical diagnosis of the gender inequalities present in the productive sphere and of analysis of the devices that do not stop producing this social problem. However, we also note the strong persistence of naturalization of a socially produced categorizing discourse. From this challenge, new pedagogical procedures are being planned.
Keywords: Youth and Adult Education. Gender Inequality. Job. Sociology.

Introdução

O presente artigo está inserido nas discussões sobre possíveis reflexos do ensino da disciplina de Sociologia na Educação Básica brasileira, especificamente na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diante disso, este estudo se constitui em uma prática docente, cuja proposta buscou abordar as relações de gênero no mercado de trabalho e suas implicações. O foco de análise foi o olhar dos(as) estudantes, buscando identificar os pontos de vista prévios e posteriores à imersão sociológica nas aulas desenvolvidas, aqui descritas e refletidas ao longo deste texto.

O projeto pedagógico "Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho na EJA" foi realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS), escola federal que atende aos estudantes de Porto Alegre/RS e Região Metropolitana, durante o primeiro trimestre de 2018, em uma turma de formandos do terceiro segmento do Ensino Médio, intitulada EM3.[1]

Trabalhar com desigualdade de gênero propõe colocar em discussão atitudes e posicionamentos cristalizados por um histórico de sociabilidade em um país patriarcal, sexista e violento.[2] Conforme destacam Connell e Pearse (2015, p. 34),

> [...] a maioria das mulheres no mundo, especialmente as que têm filhos, é economicamente dependente dos homens. Alguns homens acreditam que as mulheres que dependem deles são sua propriedade. Esse é um dos cenários comum da violência doméstica: quando as mulheres dependentes não aceitam as exigências de seus maridos ou namorados, são surradas.

Além disso, entendemos que colocar as mulheres em lugar de inferioridade, sofrendo discriminações laborais e salariais, diminuídas em suas capacidades, habilidades, condições e oportunidades, bem como ridicularizadas nas formas de humor com piadas e provérbios, são exemplos de violências categorizadas como invisíveis, ou seja, formas mais subjetivas e simbólicas de violência (KOHAN, 2018).

[1] As aulas foram ministradas pela professora Katiuci Pavei, titular da disciplina de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFRGS e registradas textualmente pelo seu monitor Pedro Dionizio de Mello, contando com a colaboração da monitora acadêmica de Ciências Sociais/UFRGS, Camila Santos Pereira, no planejamento das atividades.

[2] Percebemos, por meio das estatísticas, o quão é crônico o problema social da violência de gênero no Brasil, quando foram comprovados 946 casos de feminicídio em 2017 (VELASCO; CAESAR; REIS, 2018). Nos primeiros seis meses de 2018, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência recebeu 72.839 denúncias em ligações para o disque 180. (OGLOBO, 07/08/2018). O Brasil permanece desde 2014 entre os países com a taxa de feminicídios mais altas do mundo, ocupando o 5º lugar no ranking no *Mapa da Violência* (WAISELFISZ, 2015).

Dados recentes apontam que o Brasil ainda registra diferenças de renda média significativas entre gêneros. Segundo a pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil* (2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2016, as mulheres ganhavam, em média, 75% do que os homens ganhavam. Isso significa que as mulheres tinham rendimento habitual médio mensal de R$ 1.764, enquanto os homens recebiam no valor de R$ 2.306. Um estudo anterior desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (ATAL; ÑOPO; WINDER, 2009) apontava o Brasil como um dos maiores níveis de disparidade salarial entre os dezoito países latino-americanos estudados, porquanto os homens ganhavam aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução.

Mas essa situação não se restringe ao nosso país. Segundo Connell e Pearse (2015, p.32), "mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados", sendo que "quase todas as partes do mundo, é mais provável que os homens tenham empregos remunerados" (p.33). As autoras também alertam que apesar da Organização das Nações Unidas (ONU) ter adotado em 1979 a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher,* não há equiparação de salários femininos e masculinos em nenhum país no mundo. Corroborando com esse olhar, o relatório *Global Gender Gap Report 2017* (WEF, 2017), realizado pelo Fórum Econômico Mundial, que investigou dados de 144 países, concluiu que a disparidade entre gêneros está aumentando, em favor dos homens. Foram estudadas quatro categorias básicas: trabalho, educação, saúde e política. Especificamente quanto ao trabalho, analisaram-se a participação na força de trabalho, a remuneração recebida e o crescimento das ofertas de emprego. Os dados apontaram que os homens ainda ganham rendimentos maiores que as mulheres e que a renda masculina está aumentando de forma acelerada. Nesse sentido, a conclusão é que sem ações pontuais que visem à equiparação plena, ainda demorarão mais de dois séculos (217 anos) para que haja igualdade de gênero salarial e de representatividade no mundo do trabalho.

Quais seriam as explicações para isso? Nos dizeres de Connell e Pearse:

> Qualquer diferença de remuneração pode ser parcialmente explicada pelo padrão de comportamento segundo o qual as mulheres em geral trabalham menos horas e têm mais chances de estarem desempregadas. Outros fatores que explicam essa situação se relacionam a práticas salariais discriminatórias e à super-representação das mulheres em trabalhos pouco remunerados (2015, p. 34).

No entanto, como manter essa condição em um momento em que as mulheres possuem maior acesso à escolarização formal do que os homens? Conforme o IBGE (2018), em 2016 as mulheres somavam 23,5%, e os homens 20,7% em relação às taxas de ensino superior completo, tomando por base

a população de 25 anos ou mais de idade. Além disso, a taxa de frequência escolar líquida ajustada no Ensino Médio exibiu maior percentual de mulheres (73,5%) que de homens (63,2%).

Diante disso, cabe questionar: por que há profissões com uma desigualdade significativa no número de homens e mulheres trabalhando? Por que, mesmo em iguais condições de qualificações exigidas, mulheres ainda tendem a receber menos que os homens em determinadas profissões do mercado de trabalho?

O projeto pedagógico se deu através de uma imersão teórica básica e de exercícios realizados pelas alunas e pelos alunos em sala de aula. A partir daí, propusemo-nos a descrever e analisar as percepções dos discentes a respeito do ingresso da mulher e do homem na vida produtiva e das relações de poder implicadas nessa esfera social.

Na medida em que a desnaturalização e o estranhamento da realidade são ações que constam nos textos legais e nas orientações curriculares do ensino de Sociologia, a idealização do bloco temático de gênero e trabalho oferecido à turma EM3 pretendeu, sobretudo, compreender de que forma as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho são classificadas e inscritas nas práticas sociais do grupo de estudantes. Partimos do entendimento de que as relações de gênero são uma chave-explicativa essencial à compreensão dessas questões.

Para construção das sete aulas, buscamos introduzir os estudantes na discussão de gênero e trabalho a partir de uma desconstrução de pré-noções consagradas sobre o papel atribuído à mulher no mercado de trabalho. Buscou-se apresentar um olhar plural sobre a atuação profissional feminina na sociedade. Fez-se necessário desconstruir e reconstruir o conceito de gênero. Buscou-se inspiração no conceito de *habitus* de Bourdieu (1988, 1994, 2003) e nos estudos de gênero de Louro (2003 e 2010) e Connell e Pearse (2015). As aulas expositivas foram balizadas em três eixos principais: a) questões históricas referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho, b) estereótipos que vinculam trabalho a determinado gênero e c) desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Para a construção deste texto, apresentamos o marco teórico que embasou as aulas e, por fim, a apropriação do conteúdo por parte dos alunos.

Desigualdades no Mercado de Trabalho: questões de gênero e suas implicações

Esta seção apresenta uma breve explanação acerca das perspectivas teóricas que orientam nosso olhar sobre a prática pedagógica. Primeiramente, será definida a noção de gênero, seguida da articulação dos conceitos de centro e excêntricos, que situarão as noções anteriores dentro do terreno da disputa de

narrativas e significações. Por fim, são feitos alguns apontamentos gerais sobre questão de gênero com o mundo do trabalho.

Mulheres, hodiernamente, não são mais excluídas das relações produzidas na esfera pública, tal como verificado de forma bastante nítida na história do século XIX. Nas sociedades contemporâneas, entretanto, ainda persistem hierarquias de gênero, que são reproduzidas por instituições que delegam papéis diferentes e qualificam as atividades de homens e mulheres de forma desigual e injusta. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), em seu setor Mulheres, "de forma geral, os direitos econômicos e sociais das mulheres representam o conjunto de direitos em que menos se avançou no mundo nas últimas décadas", destacando ainda que:

> Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos; reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados; políticas de proteção social e a promoção da responsabilidade compartilhada dentro e fora do lar pelas tarefas relacionadas ao cuidado e reprodução social são algumas das metas globais do Objetivo 5 – Igualdade de Gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (ONU, 2018).

Dialogamos com os conceitos de *habitus* de Bourdieu (1988, 1994), sua relação com a noção de *dominação masculina* proposta pelo mesmo autor (1999) e com o conceito de *gênero* concebido por Louro (2003 e 2010) e Connell e Pearse (2015). Conforme Bourdieu, o mundo social é ordenado e organizado a partir de divisões e classificações, que são forjadas de forma arbitrária, ou seja, construídas e impostas socialmente como poder de dominação simbólica.[3] Tais representações mentais surgem a partir das correlações de forças e de disputas concorrenciais de diferentes grupos sociais, cujos sentidos são configurados por essa construção e tomados como consensos pelo conjunto da sociedade. Como o mundo social pode ser também descrito como um campo de forças objetivas e irredutíveis às intenções dos agentes individuais, nossos esquemas de percepção e apreciação são produto de lutas simbólicas anteriores e exprimem o estado das relações de força. Sem que tenhamos consciência, nossas categorias de percepção do mundo social são produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social (*habitus*).[4] À relação social específica entre os gêneros feminino e o masculino, Bourdieu ainda desenvolve o conceito de *dominação masculina*, que pode ser compreendida como um tipo de violência simbólica "suave, insensível,

[3] Poder simbólico, para Bourdieu (1994), significa o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; portanto o mundo só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. O que faz o poder das palavras um poder de manter a ordem ou de subvertê-la é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronuncia.

[4] Na interpretação de Loïc Wacquant (2007, p. 66), *habitus* é uma categoria teórica que indica as formas como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, gerando propensões treinadas para pensar, sentir e agir de determinado modo.

invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (1999, p.7-8).

Por essa razão, gênero necessitou ser nessa proposta abordado como uma categoria sócio-histórica e não natural. Partimos, desse modo, da epistemologia que considera gênero uma construção social, formado a partir do período e das relações sociais em que está inserido. Essa perspectiva desenvolvida a seguir acompanha os estudos de Guacira Lopes Louro, que a contextualiza na esfera educacional brasileira e por Raewyn Connell, autora internacionalmente expoente no campo dos Estudos de Gênero, em parceria com Rebecca Pearse. Na tentativa condensada de apresentarmos o conceito, recortamos os seguintes trechos:

> Acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam. [...] Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão. O gênero é uma estrutura social de um tipo particular - envolve uma relação específica com os corpos. [...] é multidimensional. [...] Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes em contextos culturais distintos [...] os arranjos de gênero estão sempre mudando (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47-49).

Conforme Louro (2003), mesmo que se admita que existam muitas formas de viver o gênero, a instituição escolar ainda sustenta seus currículos e suas práticas por meio de uma única noção considerada normal de masculinidade e feminilidade. Essa concepção vai ao encontro da tese de Bourdieu e Passeron (1975) sobre a escola, pois, para esses sociólogos franceses, o comportamento pedagógico tende a ser objetivamente uma violência simbólica, isto é, uma imposição de certos significados em detrimento de outros, na medida em que o poder de definir o modo como é feita uma comunicação pedagógica reflete o estado anterior da correlação de forças entre os diferentes grupos e classes que compõem uma dada sociedade. Assim, Bourdieu e Passeron defendem que a ação pedagógica institucionalizada em posição dominante no sistema educacional maior é aquela justamente que corresponde aos interesses objetivos das classes e grupos dominantes.

Nos diversos campos da sociedade, segundo Louro (2003), as posições centrais estabelecem uma lógica para seus sujeitos e também para seus subordinados: para os sujeitos centrais, vinculam-se noções como universalidade, estabilidade e unidade; para os excêntricos, marcas de particularidade, instabilidade e diferença. Consoante a essa lógica, os conteúdos escolares têm como tendência assumir as identidades centrais como referência. E a contínua afirmação e reafirmação desse lugar ajudam a reforçar suas marcas de universalidade e permanência, dissimulando seu caráter socialmente construído. Esse entendimento

também converge com a pesquisa de Barros e Ribeiro (2011) sobre escolas de Ensino Fundamental e Médio dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Chuí. Analisando discursos de equipes pedagógicas e diretivas, as autoras indicam a maneira pela qual a escola exerce uma função relevante na constituição de identidades de gênero, estabelecendo proibições e reforçando os diferentes lugares sociais para meninos e meninas – o que fica ilustrado, por exemplo, na visão sobre gravidez como uma responsabilidade essencialmente feminina, e não compartilhada.

Diante dessa lógica de reforço das posições centrais que, em alguma medida, tende a orientar a ação das escolas, a mudança a ser tensionada pelos movimentos políticos e teóricos emergentes é colocar em xeque a naturalidade das posições centrais, ressaltando continuamente que "toda e qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura, que determinadas características podem ser valorizadas numa determinada sociedade e não terem o mesmo significado em outra" (LOURO, 2003, p. 46).

Para os educadores, essa mudança epistemológica é relevante, principalmente quando tratamos dos estereótipos de gênero que conferem distintos lugares sociais para homens e para mulheres. No caso específico do mercado de trabalho, esses estereótipos recomendam atividades profissionais específicas para o sexo masculino e outras bem diferentes para o feminino. O estereótipo de fragilidade atribuído às mulheres, por exemplo, durante muito tempo legitimou a concepção de que atividades corporais deveriam ser de exclusividade dos homens. Para não prejudicarem sua natureza mais frágil, as mulheres deveriam se concentrar em atividades do âmbito privado – a administração da casa –, nele podendo exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como intrínsecas ao seu sexo, como a paciência, a benevolência, a intuição, entre outras (GOELLNER, 2003, p. 33).

Historicamente, o trabalho doméstico é visto como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor de homens, que são, portanto, dele liberados. "Por trás do trabalho remunerado, há um outro tipo de trabalho - o doméstico e de cuidados, que não é pago", destacam Connell e Pearse (2015, p.33). Alertando as mesmas autoras: "As medições comuns da economia, baseada nas práticas dos homens, excluem o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres" (p.33). Nesse sentido, o conceito de "divisão sexual do trabalho" indica a "forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos", como nos indica Hirata e Kergoat (2007, p. 599). Podemos ilustrar o caso das "donas de casa" ou "do lar", como são conhecidas no Brasil, que são consideradas pelo IBGE como pessoas fora da força de trabalho, sendo classificadas como não economicamente ativas, ou seja, inativas. É de se pensar: o quanto

essas mulheres sustentam e viabilizam a realização dos trabalhos remunerados que movem a economia do país, não sendo elas reconhecidas social e economicamente.[5]

Por que o problema da desvalorização profissional de um trabalho essencial para a reprodução da vida não é transformado em uma questão política central? Para Biroli (2018), não é coincidência que quem desempenha as funções domésticas é justamente quem está em menor número na política e nos demais espaços institucionais onde o debate público toma forma e os recursos econômicos são alocados. Existe, portanto, um descolamento entre a experiência cotidiana que está envolvida no trabalho doméstico e a maneira como a agenda pública é representada e se define. De um lado, a divisão sexual do trabalho retira das mulheres recursos para que possam atuar politicamente; de outro, por inviabilizar a presença das mulheres na política, a desvalorização do trabalho doméstico tende a não se transformar em uma pauta política de relevância.

Desdobrando sua análise sobre as implicações da divisão sexual do trabalho, Biroli (2018) defende que a produção do gênero se dá principalmente no âmbito das relações sociais de trabalho. Esse entendimento pode causar algum estranhamento inicial, porque a maior parte da literatura sobre gênero o situa no terreno da sexualidade. No entanto, é importante lembrar e frisar que os sentidos sociais de feminino e masculino, e mesmo a construção binária dessa dualidade, guardam uma conexão estreita com as expectativas que se tem das responsabilidades que devem ser assumidas e com tarefas que devem ser desempenhadas por meninos e meninas. Isso remonta a um problema central da questão de gênero, que é a socialização primária – vivida no ambiente familiar – e secundária de crianças – realizada em instituições como a escola. Desde a tenra idade, portanto, as expectativas criadas em torno de crianças são elementos-chave da construção social do que é tornar-se mulher e do que é tornar-se homem.

A relação que se faz com produção do conhecimento está na reflexão de se estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade. Diante disso, importa para nós, educadores, problematizar as perspectivas naturalistas sobre as quais os modos de sentir, pensar e agir de homens e mulheres são explicados e classificados. Tendo em vista a contribuição de Louro, importa, ainda, saber como se manifestam em sala de aula os discursos que instituem diferenças sociais de gênero. Considerando também a importante contribuição de Biroli (2018), que defende que a produção de gênero ocorre em grande parte nas relações de trabalho, o texto a seguir será apresentado

[5] No Brasil, de acordo com o estudo do IBGE (2018), o tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou a afazeres do lar é maior entre as mulheres, correspondendo a 18,1 horas por semana, do que entre os homens, que fica em aproximadamente 10,5 horas semanais.

considerando a interface entre gênero e mercado de trabalho como um *lócus* de discussão e problematização entre os alunos formandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS).

O perfil dos alunos da turma EM3 da EJA - aspectos metodológicos

A EJA possui particularidades, entre as quais a questão geracional, laboral, étnica, religiosa, organização familiar, tempo e motivo de distanciamento da escola. Na disciplina específica de Sociologia, o foco da turma EM3 é o mundo do trabalho e suas questões implicadas: construção histórica da cidadania, direitos e deveres dos trabalhadores, qualidade do emprego, etc. Esse mote é consoante com a realidade concreta dos estudantes dessa modalidade de ensino: conforme estudo de Gomes (2016, p. 39), os educandos da EJA são, em sua grande maioria, trabalhadores que tiveram muito precocemente experiências com o mundo laboral.

Optamos por fazer uma articulação do eixo temático principal com a questão de gênero, pois o perfil da turma era composto majoritariamente por homens.[6] Além disso, durante diversas ocasiões, sentimos que muitas manifestações em sala de aula eram baseadas em noções preconceituosas sobre a representação da mulher na sociedade. Como nas piadinhas entre os colegas homens ou ao se referirem às colegas mulheres.

Dos 35 alunos matriculados, iniciaram efetivamente o semestre 27, sendo 21 deles homens e 6 mulheres. Devido a uma combinação de fatores diversos, tais como a difícil conciliação entre trabalho e estudo, além de sobrecarga de responsabilidades, um número significativo de alunos e alunas optou por abandonar ou mantinha a frequência intermitente ao longo do período. Diante dessas circunstâncias, abordaremos aqui um grupo composto por 15 participantes, sendo 10 homens e 5 mulheres, haja vista que somente esses 15 realizaram todas as atividades propostas nas aulas.

No início da prática pedagógica, apresentamos os compromissos éticos da proposta das nossas aulas, que serviriam também como fonte de informações de uma pesquisa desenvolvida pela professora. Explicamos que os dados coletados não seriam identificados e que não iriam interferir na avaliação da disciplina, além disso, que os fins do estudo eram estritamente acadêmicos e que a participação não era

[6] Observamos durante o acompanhamento dos semestres que compõem o ensino médio que mais alunos homens ingressam e se mantém até a conclusão do curso. Percebemos que, a múltipla jornada diária (marcada pelos afazeres domésticos, as responsabilidades com os familiares, o trabalho externo e os estudos) é a principal razão para a evasão escolar das alunas mulheres. Por ser da EJA, novamente essa estudante é retirada da escola, mantida na condição de "trabalhar para alguém", "cuidar de alguém", "organizar e limpar por/para alguém", entre outros.

obrigatória. Para tanto seria aplicado um questionário, um exercício e solicitada uma produção textual. Também foi detalhado que a professora faria anotações em um caderno de campo, contendo registros de algumas falas. Solicitou-se que àqueles alunos e àquelas alunas que não aceitassem que suas opiniões fossem registradas, que manifestassem a sua contrariedade, assim não fariam parte do corpus do estudo.[7]

Elaboramos e aplicamos um instrumento de coleta de dados, na forma de questionário, buscando traçar um breve perfil socioeconômico e laboral da turma. Analisando os dados coletados, notamos que as faixas etárias da turma EM3 são bastante equilibradas: numa ordem decrescente, 6 estudantes possuem entre 50 a 60 anos; outros 6 entre 49 a 31 anos; e, por fim, 5 estudantes possuem entre 19 a 30 anos. A grande maioria reside em bairros da zona leste de Porto Alegre próximos ao Colégio de Aplicação da UFRGS (Agronomia e Lomba do Pinheiro, nomeadamente) ou então em Viamão, cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre próxima à escola em questão. No que concerne aos aspectos étnico-raciais, 6 estudantes declararam possuir cor branca, 4 autodeclarados de cor preta, outros 4 alunos de cor parda e 2 não responderam a essa questão.

As faixas de renda familiar mensal também se mostraram equilibradas: numa ordem decrescente do ponto de visto salarial, 4 estudantes declararam possuir de 5 até 10 salários mínimos (R$ 4.777,00 R$ 9.540,00); 2 alunos, de 3 até 5 salários mínimos (R$ 2.862,00 até R$ 4.770,00); 3, até 3 salários mínimos (até R$ 2.862,00); outros 4, até 2 salários mínimos (até R$ 1.908,00); finalmente, 2 declararam possuir até 1 salário mínimo (até R$ 954,00). Corroborando a descrição de Gomes (2016, p. 39) sobre o forte vínculo com o trabalho do público do EJA, 11 estudantes declararam trabalhar e somente 4 afirmaram não trabalhar (sendo 3 deles jovens estudantes que ainda não lograram sucesso na inserção laboral). Entre os que trabalham, 4 atuam como o principal responsável pelo sustento da família. Outros 4 trabalham contribuindo parcialmente. Por fim, 1 trabalha e recebe ajuda da família e outros 3 trabalham e se sustentam. No que concerne ao setor da economia em que trabalham, 5 dos estudantes afirmaram trabalhar como servidores públicos, 3 deles declararam atuar no ramo do comércio, sendo 1 com vínculo empregatício terceirizado. Os demais elencaram setores variados: limpeza e faxina, agricultura, indústria e trabalho informal em casa (artesanato, costura, carpintaria, etc).

Em uma análise mais matizada sobre o quadro acima descrito, percebemos que as duas faixas de renda familiar mais altas presentes no questionário socioeconômico (de 3 até 5 cinco e de 5 até 10 salários

[7] Em se tratando do Colégio de Aplicação, com perfil de espaço de pesquisa e de inovação de experiências pedagógicas, a aceitação dos estudantes em participar da pesquisa foi unânime, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, justamente pelo entendimento do perfil dessa instituição escolar.

mínimos) são preenchidas, principalmente, por homens, sendo a maioria ocupante de algum cargo no serviço público e nascida entre a década de 1950 e 1960. No agregado dessas duas faixas de renda familiar, há a presença de apenas uma mulher, que também atua como servidora pública – o que reforça o contexto maior de desigualdade salarial entre homens e mulheres e sublinha a centralidade administração pública como setor de melhores salários do país. Nas demais faixas, não percebemos uma discrepância de gênero significativa.

O principal veículo de comunicação utilizado pelos estudantes para se manterem informados acerca dos acontecimentos do mundo contemporâneo é a internet, seja através de sites de notícias e redes sociais. Essa informação é relevante para termos uma noção mínima de quais os espaços sociais em que circulam as ideias sustentadas pelos estudantes em sala de aula.

Por fim, o principal motivo que os/as motivaram a voltar a estudar foi a possibilidade de cursarem uma faculdade ou um curso técnico. Aspectos como progressão no emprego atual, adquirir mais conhecimento e atender às expectativas de familiares também aparecem de maneira significativa nas respostas dos alunos e das alunas. A seguir, trataremos propriamente do relato da nossa prática pedagógica, enfocando alguns exercícios propostos e analisando a recepção por parte dos alunos das questões de gênero e mercado de trabalho.

Relato da proposta pedagógica

O projeto foi desenvolvido em sete aulas, envolvendo recursos pedagógicos diversos como fotografias de Sebastião Salgado (1996), textos sobre origens das desigualdades de gênero e organização familiar patriarcal (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013) e legais (CF/88), audiovisuais (ONU, 2012), objetos generificados (brinquedos, roupas, etc.), montagem de painel sobre biografias de mulheres (FAVILLI; CAVALLO, 2017), dados estatísticos, campanhas publicitárias, entre outros. No entanto, devido ao espaço reservado para a escrita deste artigo, iremos focar em apenas três momentos.

Começamos a aula com um exercício questionando se existem, de fato, algumas profissões mais adequadas para homens e outras para mulheres. Assim, cada estudante recebeu uma folha contendo um conjunto selecionado de dez profissões e seus respectivos rendimentos salariais médios. Vale a pena destacar que alguns dos exemplos de profissões eram bem estereotipados, tais como açougueiro, piloto de avião, cuidados com o lar e família, docente de escola infantil, entre outros. Caso avaliassem que existem relações necessárias entre profissões e gênero, deveriam separar as atividades consideradas mais apropriadas

para homens e/ou mulheres, junto com as respectivas justificativas. Feito isso, propomos um diálogo com a turma, pedindo que cada um explicasse suas respostas ao exercício realizado, justificando cada ideia.

A partir das observações captadas no debate e nas produções escritas percebemos que muitas percepções sobre o tema de gênero emergiram de maneira conflitiva, ambígua e contraditória. Para a nossa surpresa, houve uma significativa associação entre profissões e gênero. Dos 15 estudantes, apenas 1 deles respondeu que não há qualquer profissão necessariamente adequada ao gênero da pessoa. Por outro lado, 6 estudantes avaliaram que, das 10 profissões elencadas no exercício, no mínimo 7 delas são mais apropriadas ou para homem ou para mulher. A profissão que mais vezes (11 marcações) foi separada e classificada como uma atividade exclusivamente feminina foi a de empregado(a) doméstico(a). As justificativas morais mais utilizadas foram as de que mulheres possuem habilidades domésticas intrínsecas: "desde sempre exercem essa função", "sempre foi assim". Além disso, são consideradas mais confiáveis, dedicadas, organizadas e cuidadosas. Logo em seguida, constou a profissão de professor(a) de educação infantil: 10 alunos a consideraram como uma atividade exclusivamente feminina. As justificativas morais mais utilizadas foram as de que mulheres possuem um instinto materno de forma inerente. São mais pacientes, confiáveis e delicadas para lidar com crianças. Para os alunos e as alunas, as mulheres sempre ocuparam essa profissão, o que evidencia o peso da tradição em seus pontos de vista.

Do lado dos homens, a profissão que mais vezes (11 marcações) foi avaliada como uma atividade exclusivamente masculina foi a de açougueiro. As justificativas morais mais utilizadas foram as de que os homens dominam com maior habilidade operações de risco, são mais fortes e desde sempre estiveram nessa profissão, evidenciando, nesse último aspecto, novamente o peso da tradição na visão de mundo dos alunos e das alunas. Logo após essa profissão apareceu a de piloto, separada e classificada como atividade exclusivamente masculina por 9 estudantes. As justificativas morais mais mobilizadas: homens possuem maior habilidade técnica, adrenalina, são mais bem treinados, possuem mais estudos e sempre tiveram mais interesse pela área. Por outro lado, o restante das profissões aparece de forma mais equilibrada entre atividade exclusiva de homem ou mulher e atividade voltada para ambos.

Na sequência expomos dados sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Durante esse encontro um aluno de 26 anos, autônomo, separado, pai de uma filha pequena, comentou que era garçom e que recebia um salário maior que a sua colega responsável pela lavação dos copos e demais utensílios, fato que considerava injusto, mas que não adiantava em nada falar com os chefes (que no caso eram dois, um homem e uma mulher) por ter medo de ser despedido. Assim como nesse relato, percebemos que o entendimento geral da turma era de resignação, a partir de seus gestos (como mexendo

a cabeça no movimento de negativa ou suspirando). Além de falas delas e deles que expressavam a não visualização de formas de ação para tentar mudar tal realidade, em nível micro (seus trabalhos) e em nível macro (políticas públicas e demais atores sociais e estatais). Como nos dizeres de uma aluna, 32 anos, cozinheira, solteira, mãe de uma adolescente, "Pois é, sôra, pra mulher trabalho foi sempre assim né. É difícil." Ou ainda, uma outra aluna, senhora de 58 anos, servidora pública, casada: "É assim mesmo."[8]

No encontro seguinte o debate procurou chamar a atenção para o caráter eminentemente cultural das diferenças entre os gêneros, exemplificados no que a sociedade de seu tempo espera das mulheres e dos homens quanto aos seus comportamentos, posturas, papéis e funções, além da discussão sobre o modelo patriarcal de família, que ainda permanece na maioria dos lares brasileiros. No entanto, percebemos que esta discussão provocou fortes reações na turma, principalmente em como tal relação de opressão e desigualdade se dava no ambiente doméstico. Muitos alunos do sexo masculino, de idades distintas, reagiam em sua linguagem corporal e/ou verbalizam irritabilidade e descontentamento, como se estivessem se sentindo atacados. Apesar do clima tenso, consideramos que tais reações demonstraram que, de certa forma, o assunto estava desestabilizando certezas e desacomodando zonas de conforto. Destacamos as falas de dois alunos. O primeiro, um senhor de 60 anos, servidor técnico da universidade, casado e com duas filhas adultas: "Você professora está querendo falar mal dos homens? Nem todos são assim. Eu não sou desse tipo aí". Já o outro aluno homem, 43 anos, motorista de táxi, casado: "Lá em casa é assim e não vai mudar. A minha mulher trabalha só em casa e é ela que cozinha e limpa tudo".

No exercício final de produção escrita propomos a construção de um texto argumentativo sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Notamos certo avanço crítico no sentido de desnaturalização da realidade, mas verificamos também argumentos ainda baseados em reprodução de estereótipos de gênero e outros meramente descritivos, sem explicação consistente das fontes geradoras das desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho. No conjunto da turma, percebemos um avanço argumentativo de cinco alunos, que de fato conseguiram tanto descrever quanto analisar o problema social em questão, avaliando os fatores estruturais que os alimentam: cultura machista enraizada, estereótipos e preconceitos. Uma frase de um aluno é bem emblemática nesse sentido: "Muitas mulheres possuem escolarização igual ou mesmo superior que os homens, mas mesmo assim elas não são valorizadas à altura e recebem salários inferiores. Isso acontece porque ainda predomina no nosso país uma visão machista".

[8] Ao nosso ver, tal constatação merece um aprofundamento com conversas junto à turma sobre os processos sociais e culturais envolvidos na construção de tais posicionamentos. Pretendemos abordar esse tópico na nova fase do projeto.

Já durante uma conversa no hall do colégio, próximo à formatura, com um casal de estudantes dessa turma, casados havia mais de trinta anos, ela dona de casa e costureira, ele autônomo, pais de três filhos, comentaram "É professora, as aulas fizeram a gente mudar algumas coisas lá em casa" (Ela). "Estamos dividindo mais o serviço [da casa]. É isso aí todo mundo tem que pegar junto." (Ele).

Considerações finais

Neste artigo foi efetuada uma pequena aproximação da esfera empírica de gênero e de trabalho, apoiando-se essencialmente em discursos e representações de estudantes de uma turma de EJA, sendo realizada através de um projeto pedagógico realizado nas aulas de Sociologia. O objetivo geral foi compreender de que forma as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho são classificadas e inscritas nas práticas sociais do grupo de estudantes, buscando identificar os pontos de vista prévios e posterior à imersão sociológica nas aulas desenvolvidas.

Em termos de desnaturalização da realidade através da imersão sociológica, percebemos um avanço argumentativo relevante em parte da turma. Isso foi expresso tanto através de um diagnóstico crítico das desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho quanto também de uma análise dos dispositivos que não cessam de produzir esse problema social. Contudo, notamos também a forte persistência de naturalização de um discurso produzido socialmente. Isso indica algumas limitações enfrentadas durante a experiência docente no EJA: afinal, é possível romper estereótipos de gênero há mais tempo cristalizados nos esquemas de percepção e avaliação de alunos e alunas? Quais os caminhos e recursos metodológicos mais adequados para instigar a imaginação sociológica dos/as estudantes dessa modalidade de ensino? Quais os principais espaços sociais de circulação das ideias que ajudam a reforçar as posições centrais e excêntricas no campo de gênero e trabalho?

Avaliamos, outrossim, a necessidade de pesquisa sobre políticas nacionais e internacionais vinculadas às questões tratadas em sala de aula, além de canais de denúncias e instituições públicas que busquem combater discriminações de gênero. Isso porque acreditamos que a responsabilidade do Estado não pode ser isentada na efetivação dos direitos sociais e econômicos.

Ademais, caberia situar em uma agenda futura dessa temática de pesquisa a posição social específica das mulheres negras, que são maioria entre as pessoas que exercem trabalho precário e são também aquelas que chefiam os lares com menor renda no Brasil.

Concebendo práticas de ensino mais horizontais, planejamos também convidar estudantes para participarem de grupos de elaboração de materiais pedagógicos e oficinas para a comunidade escolar. Em

conexão, almejamos desenvolver práticas pedagógicas e materiais de apoio que situem o EJA como espaço de educação através de abordagens antidiscriminatórias, possibilitando a inclusão, a visibilidade e a discussão permanente sobre questões de gênero e, neste caso específico, sobre desigualdade no mercado de trabalho (CATELLI; HADDAD; RIBEIRO, 2014).

Está presente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que uma das finalidades da educação é desenvolver no educando o seu preparo para o exercício da cidadania (LDB no 9.394/96, Art. 2). Portanto, faz parte desse processo cidadão construir com os/as estudantes saberes a partir de um conhecimento científico sobre a realidade do seu país, visando processos de (auto)reflexão e, quiçá, transformação.

Referências bibliográficas

ATAL, Juan Pablo; ÑOPO, Hugo; WINDER, Natalia. *Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina.* BID 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>. Acesso em 09 mar. 2018.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boimtempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. *Rio de Janeiro*: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 01 de mar. 2018.

CATELLI Jr, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (orgs.). *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados*. São Paulo: Ação Educativa, 2014.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. 3ª ed. São Paulo: nVersos, 2015.

DE BARROS, Suzana da Conceição; RIBEIRO, Paula Regina. Generificação do espaço escolar: analisando narrativas das equipes pedagógicas e diretivas. In: DA SILVA, Fabiane Ferreira; MELLO, Elena Maria (orgs). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011.

FAVILLI, Elena; CAVALLO, Francesca. *Histórias de ninar para garotas rebeldes: Cem fábulas sobre mulheres extraordinárias.* São Paulo: Vergara & Riba Editoras, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.
GOMES, Maria Antônia. *A construção de igualdade de gênero no currículo da educação de adolescentes, jovens e adultos na rede municipal de ensino de Goiânia*. 2016. 196f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Goiânia, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.* 2018. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em 09 mar. 2018.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. *Notas Metodológicas.* Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm. Acesso em 09 mar. 2018.

KOHAN, Marisa. Acabar con la discriminación, la forma más eficaz de atajar la violencia de género. *Diário Público.* Acesso em 08 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LEI MARIA DA PENHA COMPLETA 12 ANOS EM MEIO A CASOS DE FEMINICÍDIO. *O Globo,* Rio de Janeiro. 07/08/2018. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/sociedade/lei-maria-da-penha-completa-12-anos-em-meio-casos-de-feminicidio>. Acesso em 08 ago. 2018.

ONU. *Um sonho impossível?* ONU BRASIL. Publicado em 15 maio 2012. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM>. Acesso em 01 mar. 2018.

ONU MULHERES BRASIL.[2018]. *Fim da violência contra as mulheres.* Disponível em:<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em 01 mar. 2018.

ONU MULHERES BRASIL.[2018] *Empoderamento Econômico.* Disponível em:<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico>Acesso em 01 mar. 2018.

SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. *G1. Globo.* São Paulo, 07/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso em 08 maio 2018.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. *EDUCAÇÁO & LINGUAGEM*. São Paulo. Ano 10. Nº 16. 63-71, Jul.-Dez. 2007.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.* Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>Acesso em 10 mar. 2018.

WEF_World Economic Forum. 2017. *The Global Gender Gap Report.* Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>. Acesso em 08 ago. 2018.

Recebido em: *10 de agosto de 2018*
Aceito em: *201 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

Relato de Experiência Docente

Oficinas de Sociologia e Política, sob a Didática da Pedagogia Histórico-Crítica, no atendimento de estudantes superdotados/as: um relato de experiência

Sociology and Politics workshops, under the teaching of Historical-Critical Pedagogy, in the attendance of gifted students: an account of experience

Laís Regina Kruczeveski
Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: lais_kruczeveski@hotmail.com

Aline Oliveira Gomes da Silva
Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e Mestra em Educação pela mesma instituição. Contato: aline131290@hotmail.com

Aline Maria da Silva Almeida
Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Contato: aline.uelcs@gmail.com

Resumo
Este relato tem como objetivo apresentar a experiência de participação nas oficinas de sociologia e política oferecidas dentro das salas de recurso do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em duas escolas estaduais da cidade de Londrina/PR. Estas oficinas foram presenciadas durante estágios e atividades desenvolvidas dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Iniciação Científica (PROIC), durante os anos de 2015 e 2016. Em síntese, o relato objetiva apresentar o que são as salas de recursos para altas habilidades e como as oficinas podem contribuir para a formação dos/as estudantes, apresentando-lhes maneiras de estranhar o mundo social por meio de criticidade metodológica. A coleta dos dados aconteceu por meio da observação participante, no qual as pesquisadoras inseriram-se no contexto das atividades durante 15 meses. Diante do trabalho de campo, foi possível verificar que as oficinas de sociologia e política contribuíram de modo satisfatório no olhar de estranhamento e desnaturalização dos/as educandos/as para o mundo social, tendo em vista que as temáticas trabalhadas foram, em sua maioria, propostas por eles e elas, fazendo com que o estranhamento fosse ainda maior.
Palavras-chave: Educação especial. Altas habilidades/superdotação. NAAH/S. Sociologia. Política.

Abstract
The purpose of this report is to present the experience of participation in the sociology and politics workshops offered in the resource rooms of the High Abilities/Giftedness Activities Center (NAAH/S) in two state schools in the city of Londrina/PR. These workshops were attended during internships and activities developed within the Institutional Program of Initiatives for Teaching (PIBID) and the Scientific Initiation Program (PROIC), during the years 2015 and 2016. In summary, the report aims to present what they are the resource rooms for high abilities and how the workshops can contribute to the training of the students, showing them ways to surprise the social world through methodological criticism. The data were collected through participant observation, in which the researchers inserted themselves in the context of the activities during 15 months. In the face of the fieldwork, it was possible to verify that the sociology and politics workshops contributed in a satisfactory way in the look of estrangement and denaturalization of the students to the social world, considering that the subjects worked were, proposed by them and them, making the strangeness even greater.

Key words: Special education. High abilities/giftedness. NAAH /S. Sociology. Politics.

Introdução

As concepções acerca das altas habilidades e da superdotação vêm superando ideias simplistas que ao longo do tempo as relacionaram exclusivamente às grandes mentes e às figuras dos gênios do passado. Entretanto, destaca-se que quando se fala em superdotação, de imediato muitas pessoas ainda pensam em nomes como Albert Einstein, William Shakespeare, Wolfgang Amadeus Mozart, Isaac Newton, Charles Darwin, Leonardo da Vinci, Marie Curie, entre outros. Apesar dessas figuras serem, de fato, consideradas como grandes mentes, autores, como Angela Virgolim, sugerem utilizar para elas o termo gênio enquanto que o termo superdotado deve ser empregado para designar estudantes e pessoas em geral que possuam habilidades ilustres em conhecimentos específicos conforme será explanado a seguir (VIRGOLIM, 2007, p. 9).

Este trabalho originou-se a partir de experiências vivenciadas em oficinas de Sociologia e Política oferecidas dentro das salas de recurso do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em escolas públicas na cidade de Londrina/PR. O aporte teórico que norteia as reflexões realizadas considera a perspectiva de que uma pessoa possui habilidades/superdotação quando manifesta isoladamente ou de maneira combinada um desempenho eminente ou "elevada potencialidade em algum ou alguns dos seguintes aspectos: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes visuais, dramáticas e musicais; capacidade psicomotora" (FLEITH, 2007a, p. 2).

Ainda, segundo Angela Virgolim, atualmente defende-se a ideia de que as "grandes" mentes não nascem inteiramente prontas, portanto, não se deve pensar que exista uma separação marcante entre essas pessoas e as consideradas "comuns". Indivíduos com potenciais para altas habilidades nascem como qualquer ser humano, mas a partir do acesso ao encorajamento e incentivo no desenvolvimento dos talentos, estes acabam por se destacar. Isto ocorre porque "a criança entra na vida escolar, em geral, sem consciência de seus talentos. Muitas crianças não têm a oportunidade de explorar suas potencialidades em seus anos iniciais de vida e seus talentos podem ficar escondidos, às vezes, por toda a sua vida" (VIRGOLIM, 2007, p. 9). A partir disso é mister destacar que já no início da formação escolar é de extrema importância a observação de professores e professoras para o eventual encaminhamento de alunos/as que se encaixem nesse perfil para atendimento especializado.

No Brasil, o atendimento especializado para o desenvolvimento das altas habilidades acontece de diferentes formas e em diferentes espaços, Martins *et al.* (2016, p. 136) elenca em sua investigação

algumas dessas iniciativas, como, por exemplo, o Programa de Atenção a Alunos Precoces com Comportamentos de Superdotacão (PAPCS) vinculado a Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília, entre outros (MARTINS *et al.*, 2016, p. 136). No que tange à Educação Básica, o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) tem se destacado desde 2005 por meio de atendimento especializado a estudantes com potenciais, formação e capacitação de professores e professoras e atendimento às famílias desses/as estudantes. O NAAH/S foi criado em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (BRASIL, 2006, p. 13). A iniciativa visa responder à grande demanda de atendimento aos/as estudantes identificados/as com altas habilidades/superdotação, posto que "estima-se que no Brasil 2 a 3% da população sejam superdotados ou possuam altas habilidades. Para identificar pessoas com esse perfil, o Núcleo avalia se o aluno possui habilidade acima da média em alguma área" (PARANÁ, 2013, p. 1).

De acordo com o material orientador "A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação" oferecido pelo MEC para professores/as, no censo escolar de 2005, há um total de 56.733.865 (cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e sessenta e cinco) estudantes matriculados/as na educação básica (FLEITH, 2007a, 2007b, 2007c). Deste total, cerca de 640.317 ~~mil~~ são estudantes que precisam de atendimento especializado para as mais diversas especificidades de deficiências e características físicas, cognitivas e sociais. Entretanto, na realidade mostrada, somente 1.928, ou seja, 0,3% destes/as estudantes foram devidamente identificados/as com superdotação (BRASIL, 2006, p. 1). Em 2015, o jornal a "Folha de São Paulo" divulgou uma matéria com dados que apontam que o número de crianças e adolescentes com superdotação cresceu bastante no País desde 2005 (FANTII, 2015, p. 1), posto que o censo escolar de 2014 identificou 13.308 estudantes com altas habilidades. Este grande aumento se deve em grande medida a implantação do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação em 2005.

Apesar de o número de identificação para altas habilidades aumentar a cada ano, os dados demonstram que o atendimento e a identificação destes/as estudantes ainda está longe de ser o ideal. Uma das medidas para que os/as estudantes com altas habilidades passem a ser mais identificados é a formação e preparação de docentes e profissionais da educação para que sejam capazes de realizar esta identificação, também o devido encaminhamento dos/as alunos/as para o atendimento especializado (BRASIL, 2006, p. 11).

Autores/as, como Denise de Souza Fleith (2007a, p. 9) apontam que muitas crianças com potencialidades para superdotação nem sequer são identificadas pela falta de conhecimento e

orientação dos/as professores/as em relação aos comportamentos e sinais que podem ser caracterizados como de crianças/adolescentes com altas habilidades. A criação do NAAH/S foi uma das formas propostas para a diminuição destes problemas de identificação e atendimento a esta especificidade da Educação Especial que no cotidiano escolar ainda se encontra marcada por estigmas e desinformação. Os/as estudantes que são identificados/as por professores/as nas salas comuns da Educação Básica com potenciais para superdotação, são encaminhados/as para os NAAH/S e após os trabalhos de confirmação de diagnósticos, são encaminhados/as para acompanhamento com profissionais (psicólogos/as, professores/as, pedagogos/as), assim como participam de oficinas temáticas no período do contraturno escolar. Essas atividades acontecem nas salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2006, p. 10).

Diante destas informações, este trabalho tem, portanto, o intuito de apresentar como aconteceram oficinas de Sociologia e de Política, realizadas no Núcleo em questão. Estas oficinas fizeram parte de atividades extracurriculares que são oferecidas aos/as estudantes do NAAH/S. Serão apresentadas algumas informações acerca das temáticas destas oficinas e como elas aconteceram nas escolas em que foram ministradas. A escolha do tema surgiu a partir da possibilidade de acompanhamento de duas turmas durante estágios realizados por meio do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2015 e 2016 e também por meio de atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Iniciação Científica (PROIC) realizados mediante vínculo com a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A sala de recursos multifuncionais

Diante da necessidade de formação e capacitação de profissionais para o atendimento de estudantes com superdotação, o MEC aponta como uma das principais funções dos NAAH/S, a de ser apoio especializado para oferecer suporte aos sistemas de ensino para o atendimento de necessidades especiais (FLEITH, 2007a, p. 77), tendo em vista que antes deste programa, a falta de informação de treinamento dos/as profissionais da educação dificultava a identificação e o encaminhamento destas crianças e adolescentes.

Muitas vezes, pelo ensino regular não suprir as necessidades educacionais dos/as superdotados/as, o NAAH/S oferece, além da atenção na classe comum, possibilidade de adiantamento de série, aceleração curricular e também a possibilidade de atividades fora das salas de

ensino regular (BRASIL, 2006, p. 77). A sala de recursos multifuncionais para Altas Habilidades/Superdotação é uma destas modalidades de acompanhamento fora da classe comum. Ela está organizada com diversos materiais e equipamentos didático-pedagógicos e multifuncionais para a realização das atividades diárias. Nesses espaços são oferecidas atividades diversas aos/as estudantes de Ensino Fundamental e Médio. Esta assistência tem como objetivo auxiliar no atendimento educacional diferenciado, de acordo com as preferencias de cada estudante e costuma ocorrer no contraturno das atividades regulares (BRASIL, 2006, p. 26).

Para a implementação dos NAAH/S nas escolas selecionadas, deve ser disponibilizado pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) um espaço mínimo de três salas nas respectivas escolas para a instalação de materiais como computadores, impressoras, mesas, cadeiras, quadros, também disponibilizados pela SEESP (BRASIL, 2006, p. 21). Nos colégios onde foram realizadas as atividades descritas neste trabalho, estas salas possuem livros de literatura e livros didático-pedagógicos, além de jogos e equipamentos como *dvds*, computadores, *datashows*, rádio e televisão para que estas atividades aconteçam de forma variada.

Para adentrar o campo, foi realizada uma primeira avaliação dos materiais orientadores já citados (BRASIL, 2006, FLEITH, 2007a, 2007b, 2007c; VIRGOLIM, 2007), assim como conversas informais com professores/as, e profissionais da educação do NAAH/S. Através do trabalho exploratório, foi constatado que, apesar da criação do NAAH/S ter ocorrido em 2005, na cidade de Londrina o NAAH/S iniciou suas atividades apenas em 2006. A sede está localizada no Colégio Estadual Professor Vicente Rijo, região central, mas também possui uma unidade no Colégio Estadual Professora Olympia Moraes Tormenta, região norte da cidade. Além de estar presente em cidades da região metropolitana, quais sejam, Rolândia, Sertanópolis e, mais recentemente, em Cambé.

Diferente da proposta do Governo Federal, que sugeriu a implantação das unidades do NAAH/S nas capitais de cada estado, no caso do Paraná, a região escolhida para a instalação da primeira unidade foi a região norte paranaense, mais especificamente a cidade de Londrina. Desde então, segundo a então presidente do Conselho Brasileiro para Superdotação, Susana Perez, o Paraná tem se tornado referência no atendimento das altas habilidades (PARANÁ, 2013). Essa afirmação foi feita por ela no programa "Encontro com Fátima Bernardes", da Rede Globo de Televisão, que contou inclusive com a participação de alunos/as de Londrina atendidos/as pelo NAAH/S. De acordo com a Secretaria de Educação, no Paraná, até 2013, o atendimento para estudantes da rede pública de ensino era oferecido em 28 municípios e abrangia atendimento especializado a 564

estudantes. Desde sua implementação, o NAAH/S vem ganhando visibilidade no espaço escolar e na comunidade como um ambiente multidisciplinar e de enriquecimento curricular para as crianças e adolescentes que apresentam habilidades e talentos diferenciados da média escolar.

As oficinas de sociologia e política

As atividades oferecidas aos/as estudantes identificados/as com superdotação foram desenvolvidas por meio de oficinas temáticas no qual cada estudante tem a liberdade de escolher quais oficinas possui interesse em participar. Durante o período de observação, as oficinas ofertadas contemplaram música, robótica, cinema, sociologia, política, entre outras temáticas. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Vicente Rijo, o funcionamento das salas de recursos acontece do seguinte modo:

> A dinâmica para frequentar esse espaço que o colégio oferta, será sempre em horário contrário ao do ensino regular, com atividades duas vezes por semana, podendo exceder essa frequência. Devendo esses encontros, serem controlados pelo professor, em fichas de registros. Esse trabalho difere das aulas comuns e não se destina à recuperação de conteúdos curriculares em que o aluno apresenta rendimento inferior, mas sim à realização de trabalhos diversificados em que o aluno se dedica às áreas de seu interesse e/ou aptidões, bem como de desenvolvimento de grupos de estudos, discussões de tema de seu interesse. (PARANÁ, 2013, p. 116-117).

Com esta dinâmica de atendimento, as oficinas de sociologia e política foram ministradas por um professor de Sociologia da rede pública de ensino no Colégio Estadual Vicente Rijo e no Colégio Estadual Olympia Morais Tormenta. Apesar das oficinas serem realizadas pelo mesmo professor, observou-se nas turmas características distintas, como, por exemplo, manifestações por diferentes curiosidades e interesses. Hipotetiza-se que isto possa ser explicado em razão da localização das duas escolas, haja vista que uma se localizava na região central enquanto a outra se localizava em uma região mais periférica da cidade, ou seja, a realidade cotidiana dos colégios e da região onde se localizavam eram distintas.

Participaram das oficinas em ambas as escolas, estudantes do Ensino Médio, entre 14 e 17 anos. Na escola Vicente Rijo, participaram das oficinas 4 meninos e 2 meninas, na segunda escola também participavam 1 menina e 4 meninos, sendo que um deles se encontrava matriculado nos anos finais do ensino fundamental. Nos dois contextos, o número de estudantes mulheres era menor que o de homens. Dados obtidos em conversa e com a coordenação do NAAH/S, apresentam que de

2006 a 2016 passaram pelo NAAH/S nas duas escolas, um total de 250 estudantes, sendo que desse total, 150 eram homens enquanto que 100 eram mulheres. A então coordenadora o NAAH/S relatou que esse é o número total de estudantes que passaram pelo NAAH/S nesses 10 anos.

Não será discutido nesse trabalho a relação superdotação e gênero, mas é importante destacar que há um crescente debate referente as desigualdades de gênero também relacionados a superdotação. Há trabalho como os de Ana Paula dos Reis e Candido Gomes (2011, p. 504) que se perguntam porque as meninas ainda são minoria nos programas de atendimento para estudantes com superdotação enquanto que elas são maioria nas matrículas de ensino regular. Há estudos que apontam para interferência dos padrões tradicionais de gênero na indicação e identificação, ocasionando um número maior de alunos homens encaminhados, outros estudos que apontam que esses padrões e tradições de desigualdades de gênero tornam o processo de aceitação da superdotação pelas próprias mulheres mais difícil e doloroso para elas, entre outras (FREITAS; PÉRES, 2012; KRUCZEVESKI, 2017; KRUCZEVESKI; SILVA, 2018; PALUDO; DALLO, 2012; FAUST, 2015).

A ausência de meninas atendidas pelo NAAH/S era bastante evidente nas turmas acompanhadas durante as oficinas de Sociologia. Em média, participavam das oficinas em ambas as escolas 8 estudantes homens e 3 estudantes mulheres. Esse número é extremamente baixo quando comparado ao número de estudantes que frequentavam o ensino médio na cidade de Londrina no período do trabalho de campo. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) em 2016 foram matriculados/as um total de 115.887 estudantes na rede pública de ensino, esse número inclui estudantes da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico/profissional, educação especial e educação de jovens e adultos. Desse total, cerca de 21.042 estavam matriculados/as no ensino médio em Londrina.

No que toca aos estudantes matriculados/as na modalidade de Educação Especial, também da cidade de Londrina, o total soma 2.741 e dentre esses 1.571 fazem parte do ensino nas classes comuns enquanto 1.170 estão nas classes exclusivas. É válido ressaltar que, na Educação Especial estão inseridos também alunos/as com necessidades especiais no que toca aos seguintes aspectos: visual, auditivo, físico, intelectual, deficiências múltiplas, autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Relt, transtorno desintegrativo da infância (TDI) e altas habilidades/superdotação. Apesar da rede pública de ensino possuir estudantes matriculados/as no atendimento especializado para altas habilidades/superdotação, na Sinopse Estatística da Educação Básica de 2016 (INEP, 2019), aparecem um total de zero estudantes matriculados/as nas salas de recursos para superdotação, não

sendo possível analisar a quantidade total de estudantes que eram atendidos/as pelo NAAH/S na época do trabalho de campo.

A participação das pesquisadoras nas oficinas de sociologia e política, ocorreu por meio de observação participante. Deste modo, o trabalho de campo aconteceu segundo os pressupostos de Antonio Carlos Gil (2008, p. 103), posto que possibilitou a participação e o acompanhamento real da vida de um grupo, haja vista que desta forma o pesquisador ou a pesquisadora tornam-se parte dele. Destaca-se que ainda segundo o autor, a participação pode acontecer de duas formas: a primeira de forma natural, quando o/a pesquisador/a já faz parte do grupo ou da comunidade pesquisada ou de forma artificial, quando o/a observador/a se integra ao grupo que objetiva investigar. No caso desse estudo, a inserção no campo foi artificial, nenhuma das pesquisadoras conhecia anteriormente o grupo pesquisado, podendo até ser definido como um trabalho exploratório pra pesquisas futuras.

As oficinas realizadas não possuíram o formato de "aulas comuns", como a oferecida nas classes comuns, porque as temáticas variavam de acordo com os interesses da turma. O professor utilizava da didática proposta por Gasparin (2002) para a Teoria da Pedagogia Histórico-Crítica elaborada por Dermeval Saviani (2003), a partir de pressupostos da Teoria Histórico Cultural de Vigotski (1991). Nesse sentido, o processo de elaboração das oficinas foi pensado de forma com que fosse sempre levado em conta o processo de elaboração do conhecimento científico escolar. Além disso, as oficinas sempre partiam da realidade dos/as educandos/as. É necessário deixar claro que, embora as oficinas aconteciam dentro do período de 1h30m, elas, em sua maioria duravam mais de dois encontros. Os encontros eram semanais. Um encontro por semana. O quadro a seguir apresenta algumas das temáticas oferecidas aos/as estudantes no período da observação das oficinas.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas nas oficinas de sociologia e política para estudantes identificados com altas habilidades/superdotação.

Atividade proposta	Objetivo da atividade	Observações
Atividade de investigação sociológica sobre a amizade no mundo virtual	Oferecer aos/as estudantes um olhar crítico sobre sua realidade escolar relacionada a intensificação do uso de aparelhos celulares e redes sociais dentro do ambiente escolar e sala de aula.	A proposta surgiu a partir de conversas na turma sobre a utilização de aparelhos celulares com acesso à *internet* dentro da escola. O professor propôs uma atividade de investigação empírica para em seguida ser analisada através de conceitos sociológicos como de Zygmunt Bauman sobre a sociedade líquida. BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
	Esta atividade teve como objetivo lançar uma crítica a uma das edições de um jogo lançado na década de 1960	Todos/as os/as estudantes, juntamente com o professor jogaram o jogo seguindo as regras estipuladas no tabuleiro. Ao final, houve a surpresa dos/as estudantes ao descobrirem que quem não se tornasse um/a milionário/a

"Jogo da vida"	que coloca o/a campeão/a do jogo como *milionário/a* e o/a perdedor/a como *filósofo/a*.	seria considerado/a como filósofo/a. As regras da versão do jogo utilizado nesta atividade deixaram claro que, quem não obtivesse sucesso financeiro no jogo, seria considerado/a filósofo/a. A atividade levantou o questionamento dos/as estudantes sobre os significados que sociedade dá determinadas funções e segmentos.
Análise do filme *V de Vingança*	Tratar questões de política, poder, ideologia, cidadania e movimentos sociais através de uma análise do filme, além do auxílio de autores clássicos da sociologia e política.	Ao final da atividade, o professor relembrava as cenas do filme e ligando a temas da atualidade. WEBER, M. 2007. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2007. MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
Discussão do texto *Fascismo Potencial* de Marcia Tiburi	Exercitar a leitura crítica e a interpretação de texto dos/as estudantes através de um texto proposto pelo professor em resposta ao interesse dos/as estudantes.	Com o andamento das oficinas, surgiu o interesse dos estudantes em tratar do tema do fascismo. O professor sugeriu a leitura e o texto foi lido em voz alta e cada parágrafo era explicado pelo professor. Os/as estudantes participaram com comentários e perguntas durante a leitura. TIBURI, Marcia. Fascismo potencial. Revista Cult: São Paulo. Abril, 2012. BASTARDOS Inglórios. Direção: Quentin Tarantino, 2009.
Vídeo sobre a *ideologia do ódio* de Slavoj Zizek	Compreender os riscos da "ideologia do ódio", por Zizek contrastando com acontecimentos políticos recentes no Brasil.	Após perguntas frequentes dos/as estudantes acerca dos acontecimentos políticos recentes no Brasil, como as greves nas escolas, os protestos e manifestações nas ruas, os primeiros sinais de possibilidade de impedimento (ou impeachment??) da então presidenta Dilma Rouseff, a proposta da oficina foi apresentar aos/as estudantes os riscos da falta de informação, a influência da mídia, a não verificação dos fatos, e como o discurso de ódio pode ser perigoso para o processo de democracia no País. CURI, Fabiano. Ela judia, eu nazista. Revista Cult. Disponível em: < https://revistacult.uol.com.br/home/ela-judia-ele-nazista> Acesso em: 20 jan. 2019.
Análise dos filmes/vídeos: **Filme: *Quanto vale ou é por quilo*, de Sérgio Bianchi.** **Vídeo: *Negro*, do canal Porta dos Fundos.** **Vídeo: *Uma lição de discriminação*** **Fonte**: Elaboração própria a partir dos dados obtidos nas observações (2019).	Discutir a questão do racismo e da falsa "democracia racial" no Brasil com base em filmes e vídeos propostos por estudantes e pelo professor.	Os/as estudantes procuraram filmes na *internet* que falam sobre o racismo e a reflexão sobre o tema trabalho. Os vídeos foram assistidos e comentados em sala. O professor a partir do debate, propôs uma atividade em que, através do vídeo "uma lição de discriminação", os estudantes fizeram uma listagem dos tipos de discriminação que já presenciaram ou sofreram dentro da escola.

Diante do tempo disponível para a elaboração e execução das oficinas, estas foram acontecendo de modo que fosse possível trabalhar com as fases da didática da pedagogia histórico-

crítica, ou seja, a prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final (GASPARIN, 2002, p. 85). A partir da realidade dos/as estudantes, foram trabalhadas as abstrações do mundo social que problematizadas foram postas em debate. O professor sempre incentivava os/as estudantes a olharem com estranhamento para o que *a priori*, era tido como comum e rotineiro. Em síntese, a partir desse olhar de estranhamento, o professor apresentava-lhes teorias sociológicas e políticas para em seguida possibilitar que os/as estudantes retornassem seus olhares para a realidade anteriormente observadas, mas agora com um olhar modificado, esta última situação se configura como a prática social final (GASPARIN, 2002, p. 85).

Ainda seguindo os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, o professor sempre buscou constantemente abordar uma concepção, das temáticas abordadas, pautada no conhecimento formal acumulado historicamente (SAVIANI, 2003, p. 102). Portanto, o professor auxiliava os/as estudantes na escolha das temáticas trabalhadas, que poderia ser algum assunto político da atualidade ou temáticas próximas da realidade dos/as estudantes, como a amizade no mundo digital. Neste caso, foram trabalhadas as percepções do cotidiano escolar pelos olhos dos/as educandos/as, e em seguida trabalhadas teorias sociológicas como de Zygmunt Bauman, Anthony Giddens, Michel Foucault, para aproximar os/as estudantes dos conceitos da Sociologia como método de observação e análise social da realidade vivida.

Como as atividades do NAAH/S são pautadas na proposta de apresentar ao/a estudante uma educação diferenciada da regular, ou seja, uma educação complementar, as atividades foram bem recebidas na forma de oficinas em vez de serem apresentadas sob a forma de aulas tradicionais. Também contribuiu para a boa aceitação das oficinas, o fato de que naquele período o NAAH/S contava com estudantes que ainda estavam nos estágios finais do ensino fundamental, portanto, eles ainda não tinham tido aulas de sociologia. Deste modo, as oficinas de sociologia e política se constituíram também em um primeiro contato destes estudantes com a disciplina de Sociologia.

No espaço onde as oficinas ocorreram geralmente estavam presentes também coordenadores/as, professores/as e estudantes participantes de outras oficinas, que esporadicamente acabavam optando por acompanhar as oficinas de Sociologia, e participaram ativamente. Destacou-se que o NAAH/S, ao contrário de outros espaços do ambiente escolar, contava com recursos disponíveis para oferecer aos/as estudantes acesso a materiais que potencializam um ensino de qualidade. É válido notar também que no NAAH/S, a quantidade de estudantes atendidos/as é bem inferior à das turmas regulares, o que certamente auxilia na conservação e disponibilidade dos

recursos. Durante as oficinas foram utilizados pelos/as estudantes, computadores, jogos, livros, televisão, entre outros materiais, alguns trazidos pelo professor, como projetor e *notebook*.

O processo de desnaturalização da sociedade e o exercício da imaginação sociológica foi um dos objetivos das oficinas de sociologia aplicadas aos/as estudantes com altas habilidades. Para isto, a definição do que é a Sociologia e quais são suas metodologias de análise da realidade social foram sempre elencadas aos/as estudantes, já que muitos/as relataram que acreditavam que a Sociologia era mera expressão da opinião. Sabe-se que este tipo de concepção é um dos motivos que difunde a perpetuação no imaginário coletivo de que as pesquisas sociológicas não se constituem em ciência e, diante disso, não possuem credibilidade.

Outro ponto importante observado é o fato de que como os/as estudantes tinham direito a escolher quais oficinas frequentariam, eles participavam de maneira ativa e interessada. O questionamento e a desnaturalização da realidade social foram exercícios constantes que o professor propôs aos/as estudantes. Com base em teorias sociológicas, políticas e antropológicas, o professor incentivou também a pesquisa, a busca de fontes e a observação crítica destas fontes. Como nestas oficinas havia a presença de estudantes que ainda não frequentam aulas de Sociologia (pois ainda estavam nos estágios finais da educação fundamental), durante as observações, constatou-se o esforço e o cuidado do professor em introduzir questões fundamentais e ainda assim seguir com o curso proposto pelas oficinas.

Estes momentos de explicação aconteceram diversas vezes nas oficinas observadas, o professor explicava sobre a Sociologia e a Ciência Política e como ela pode analisar todos os temas presentes na vida dos/as estudantes. Em alguns momentos, o professor pediu que os presentes pensassem em situações do cotidiano que tivessem interesse em estudar sociologicamente. Os/as estudantes que frequentaram as oficinas de Sociologia possuíam habilidades especiais, essas habilidades são referentes a uma ou mais áreas do conhecimento, mas assim como qualquer outra pessoa, "sua visão, sua capacidade estão limitadas pelo cenário próximo: o emprego, a família, os vizinhos; em outros ambientes, movimentam-se como estranhos, e permanecem espectadores" (MILLS, 1972, p. 9).

Para Reis e Gomes (2011, p. 506) o conceito de superdotação passou de uma visão fechada e unidimensional para uma visão multidimensional, vista de diversas formas e lentes, nesse sentido a Sociologia também apresenta diferentes formas de ver e analisar o mundo social. Todas as atividades oferecidas aos/as estudantes nas oficinas de sociologia apresentaram formas de compreender a realidade a partir de um método e criticidade.

Convém destacar, que a proposta de uma educação inclusiva direciona-se num caminho oposto a ideia de integração. Segundo Borges, Pereira e Aquino (2012, p. 1), ambas as tendências auxiliam no direcionamento das políticas educacionais para a educação especial, mas a tendência de integração, apesar de defender o acesso democrático a educação, permanece contraditória, haja vista não permitir uma real inserção dos/as alunos com deficiência nas escolas comuns, de modo que esses tendem a permanecerem segregados. Em contrapartida, a educação inclusiva busca "fazer da integração uma obrigação de todos" (BORGES; PEREIRA; AQUINO, 2012, p. 4). Desse modo, a proposta de uma educação inclusiva almeja que as escolas sejam capazes de acolher todas as pessoas, independente das suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas, entre outras.

Apesar de ser um ideal defendido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, a educação verdadeiramente inclusiva exige esforço constante das esferas públicas e da sociedade em geral. Nesse sentido, projetos educacionais que invistam na formação dos/as profissionais da educação, agentes educacionais e, sobretudo, de professores e professoras, com vistas a assegurar a formação adequada para este contexto, são imprescindíveis aos propósitos de uma política educacional inclusiva e comprometida com o desenvolvimento das potencialidades dos cidadãos e cidadãs. Ademais, destaca-se a importância da organização destes Núcleos para a ampliação com qualidade do atendimento às necessidades educacionais especiais dos/as alunos/as, oferecimento de suporte às famílias desses/as alunos/as e promoção do suporte pedagógico aos/às professores/as. Esse tipo de iniciativa atuará na perspectiva da construção de um sistema educacional inclusivo, que assegure o atendimento aos/às educandos/as com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino, como preconiza o artigo 208, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Considerações Finais

Um desafio que se mantém e que foi constatado no decorrer das observações, é o fato de que ainda existe uma grande dificuldade para identificar os/as jovens/as com altas habilidades no cotidiano escolar e familiar, principalmente devido à falta de informação sobre o tema. Esta dificuldade ainda leva muitos profissionais e cidadãos/as em geral a desmerecerem atitudes e comportamentos de crianças e adolescentes com altas habilidades/ superdotação. Diante de todo esse panorama, o programa de implantação de Núcleos de Atividades de Altas Habilidades /

Superdotação – NAAH/S tem se constituído enquanto uma importante iniciativa para a introdução das políticas e ações públicas na área de educação com as Secretarias Estaduais de Educação do Brasil.

No tocante às oficinas, constatou-se que, sob a perspectiva da didática da Pedagogia Histórico-Crítica, as oficinas de sociologia e política, puderam contribuir para a formação dos/as estudantes com superdotação a partir de fundamentos acerca de criticidade metodológica com vistas a analisar o mundo social. É mister destacar que mesmo que os sujeitos possuam altas habilidades em alguns ou vários aspectos relevantes, estes ainda trazem consigo muitas concepções oriundas de suas relações sociais e da realidade que os cerca, deste modo, ressalta-se que mesmo as pessoas superdotadas carregam consigo visões de mundo pautadas no senso comum. A partir disso, as oficinas realizadas foram importantes para ajudar esses estudantes a ampliarem as suas concepções e potencialidades de análise crítica destes sujeitos para com a própria realidade e também em relação a realidades distintas.

Referências

BORGES, Maria Célia; PEREIRA, H. O. S.; AQUINO, F. A. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, v. 59, n. 3, 2012.

BRASIL. *Núcleo de atividades de altas habilidades/superdotação*: material orientador. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FANTII, Bruna. O número de superdotados cresce 17 vezes em 14 anos nas escolas do Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 out. 2015.

FAUST, Georgia Martins. *Atlas habilidades e superdotação*: questão de gênero? 2015. Disponível em: https://geofaust.wordpress.com/2015/06/30/altas-habilidades-e-superdotacao-questao-de-genero/. Acesso em: 18 jan. 2019.

FLEITH, Denise de Souza (org.). *A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação*: volume 1: orientação a professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2007a.

FLEITH, Denise de Souza (org.). *A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação*: volume 2: atividades de estimulação de alunos. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de educação especial, 2007b.

FLEITH, Denise de Souza (org.). *A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/superdotação*: volume 3: o aluno e a família. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007c.

FREITAS, Soraia Napoleão; PÉRES, Susana Graciela Pérez. A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de uma identidade. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 4, p. 677-694, out./dez. 2012.

GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse estatísticas de educação*: 2016. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em: 2 jan. 2019.

KRUCZEVESKI, Lais Regina; SILVA, Aline O. G. Altas habilidades/superdotação na educação básica: apontamentos a partir da perspectiva de gênero. *Alabrasto*, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 37-51, 2018.

KRUCZEVESKI, Lais Regina. *Altas habilidades/superdotação a partir da perspectiva de gênero*. 2017. Monografia (Especialização em Ensino de Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MARTINS, Barbara Amaral *et al.* Altas habilidades/superdotação: estudos no Brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*, [*S. l.*], v. 16, n. 1, 2016.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

PALUDO, Karina; DALLO, Luana. Gênero e altas habilidades/superdotação: incidência menor em meninas*?* A inclusão dos superdotados na escola e na sociedade. *In*: ENCONTRO NACIONAL CONBRASSD, 5., 2012, [*S. l.*]. *Anais* [...]. [*S. l.*], 2012.

PARANÁ. *Paraná é referência no atendimento a superdotados*. 2013. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias /article.php?storyid=4460. Acesso em: 22 jul. 2018.

REIS, Ana Paula P. Z.; GOMES, Candido A. Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a subrepresentação de meninas entre alunos superdotados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIGOTSKI, Lev S. *Obras escogidas*. Madrid: Visor, 1991. t. 1.

VIRGOLIM, Angela M. R. (org.). *Altas habilidades/superdotação*: encorajando potenciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

Recebido em: *01 de outubro de 2018*
Aceito em: *30 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

RASTROS DA MALDADE: Horror e alteridade cinema contemporâneo

BONE TOMAHAWK: Horror and alterity in contemporary cinema

Ícaro Yure Freire de Andrade
Doutorando em Sociologia pelo PPGS/UFPB. Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFPB. Bacharel em Ciências Sociais pela UFPB.
E-mail: icaroyuresocio@gmail.com

Resumo
O presente artigo tem como objetivo apresentar a relação entre experiência moral e cinema através da análise sociológica do filme "Rastro da maldade" – "Bone Tomahawk" - (2015). A narrativa do canibalismo numa sociedade tradicional apresenta dilemas e problemas que são típicos das sociedades capitalistas, como mostrados pelas teorias de Kracauer (1988), e Bauman (1998; 1999) assim como Adorno (2008). Portanto, tor-ase relevante para este estudo, através da imagen do canibal no filme, o problema do reconhecimento da alteridade, bem como a importância do cinema de horror - e gêneros do tipo - para a pesquisa social.

Palavras-chave: Teoria Social; Cinema; Canibalismo; Moral; Alteridade

Abstract: This paper aims to approach the relation between moral experience and cinema through the sociological analysis of "Bone Tomahawk" (2015). The movie's narrative of cannibalism in a traditional society presents dilemmas and problems that are typical of capitalist societies, such as shown by the theories of Krakauer (1988) and Bauman (1998;1999) as well as Adorno (2008). Therefore it becomes relevant to this study the problem of alterity and recognition through the image of the cannibal, as well as the importance, for the social research, of cultural objects in cinema, including the horror genres.

Keywords: Social Theory; Cinema; Cannibalism; Moral; Alterity

Introdução

Um dos grandes dilemas das sociedades modernas refere-se a tensão existente entre reconhecimento da alteridade e sua total negação. Pensadores das mais diversas áreas da teoria social debruçaram-se sobre tais problemas e expuseram os dilemas acerca dos valores modernos e a impossibilidade destes valores em tornarem-se universalizáveis.

Zygmunt Bauman a partir de uma análise sociológica sobre a experiência social moderna expõe como estes problemas referentes a concepção de uma base moral que adotasse as formas de alteridade enquanto formas socialmente reconhecidas continua sendo um dos grandes problemas das sociedades tardias. Apesar da globalização e da inevitabilidade do choque entre culturas diferentes, a relação entre nós e os outros ainda continua sendo mediada por um conjunto de referentes morais que guiam as ações dos grupos e indivíduos e a forma como os mesmos lidam com seus semelhantes e não semelhantes. (BAUMAN, 1998; 1999)

Assim como o sociólogo polonês, o filósofo alemão Theodor Adorno em sua teoria crítica da sociedade, tem como principal preocupação compreender os processos e dilemas próprios a experiência moral no capitalismo tardio. A partir de uma base normativa, o intelectual alemão tem como objetivo expor as bases sociais da construção do modelo moral adotado enquanto forma mediadora dos valores sociais comungados nos processos de interação social pelos indivíduos socializados no mundo tardio, ou seja, o autor traça uma genealogia dos valores morais da vida lesada (ADORNO, 2008).

Por mais que Adorno não se considerasse um sociólogo, é perceptível na construção de seu diagnóstico sobre a sociedade uma base sociológica muito forte. E é nessa base sociológica exposta por Adorno e da sociologia de Bauman, que o cinema aparecerá neste artigo enquanto objeto de análise.

O cinema enquanto produto cultural moderno, incorpora alguns destes sentidos morais nas obras produzidas pela indústria cinematográfica. Para o sociólogo alemão Siegfried Kracauer (1988) é possível perceber nos filmes a projeção e representação desses dilemas e tensões da experiência social contemporânea. A partir da recorrência cada vez maior de temas pictóricos e de formas narrativas nas obras tanto do grande cinema quando do cinema B servem como indícios que possibilitam a compreensão da própria realidade social.

Kracauer percebe o cinema não enquanto obra individual, mas enquanto um produto cultural coletivo. O sociólogo alemão estabelece uma conexão intima entre obras cinematográficas

e valores sociais. Os filmes dentro dessa perspectiva sociológica são entendidos enquanto índices impressos do presente e só podem ser compreendidos enquanto objetos sociológicos quando relacionados com a realidade social mais ampla.

A partir da discussão exposta anteriormente, o que será feito neste artigo é uma análise do filme *"Rastro da Maldade"* (2015) e dos problemas expostos na narrativa a respeito da alteridade e moral, uma vez que a obra apresenta-se enquanto um *"western*" – um filme de "bang bang" mas possuindo também elementos do horror – dentro da forma comumente aplicada por tais películas, mas como filme produzido recentemente o traz em seu interior problemas da experiência social contemporânea. A indústria cultural (ADORNO & HORKHEIMER, 1985) após os desdobramentos tecnológicos se torna global, logo estes problemas expostos no filme produzido nos Estados Unidos da América torna-se um problema também global. Neste sentido, as análises sociológicas de Bauman (1998; 1999) e Adorno (2008) servirão como ferramentas analíticas para entender a relação entre os problemas apresentados em tais obras e sua relação com a experiência social mais ampla.

O filme apresenta sua narrativa da seguinte forma: uma pacata cidade do velho oeste americano tem a normatividade abalada após o sequestro da esposa de um grande fazendeiro por índios canibais. A partir daí os homens honrados e não tão honrados assim desta comunidade precisam unir forças para resgatar a esposa sequestrada, superando assim todos os problemas presentes neste agrupamento de indivíduos, a partir do reconhecimento de um inimigo comum: a ameaça externa incivilizada animalesca dos índios canibais e amorais.

Como se explica a recorrência do tema canibalismo na produção cinematográfica contemporânea, tendo em vista que essa construção acerca da antropofagia ameríndia foi desmentida pelas pesquisas mais recentes da antropologia social?

A partir deste questionamento pretendesse expor as funções dadas a imagem do canibalismo na trama e como o mesmo se apresenta enquanto forma de dar sentido a certos problemas enfrentados pelas sociedades tardias.

Sociologia e Experiência Moral

Zygmunt Bauman expôs de forma bastante clara os processos de construção da desqualificação moral de grupos e sujeitos. Como esse tipo de problema não limitasse como

acreditam alguns, a era pré-moderna, mas intensifica-se de forma mais reforçada nos desdobramentos da própria experiência moderna.

Em uma de suas obras mais importantes *"Modernidade e Holocausto"* (BAUMAN, 1998), o sociólogo polonês expõe de forma bastante clara todos os processos de desqualificação moral produzidos sobre os judeus no período da ascensão do Terceiro Reich.

Era necessário que aqueles indivíduos que fossem considerados alvo do projeto de extermínio não fossem enxergados enquanto humanos. Bauman apresenta todos os procedimentos tanto técnicos como conceituais que foram sendo pensados no transcorrer deste grande acontecimento histórico.

Mas centralizaremos na relação entre ordem e negação da diferença, problema que não se resolve como prometido pelos valores modernos, mas intensifica-se. Bauman afirma que:

> Para a maioria dos integrantes da sociedade, o advento da modernidade significou a destruição da ordem e da segurança e mais uma vez os judeus eram encarados como situados perto do centro do processo destruidor. A rápida e incompreensível ascensão e transformação social dos judeus parecia resumir a devastação produzida pela promoção da modernidade a tudo que era habitual, familiar e seguro. (1998, p. 66)

Os judeus encarnavam toda a indeterminação, e por isso eram considerados aberrações e elementos anômicos. Logo era necessário que os mesmos fossem extirpados do mundo social, trazendo desta forma o sentido de ordem – que nunca existiu. Essa forma de interação com o diferente aparece como desdobramento dos processos sociais e históricas da experiência moderna.

Neste ponto, Theodor Adorno tem muitas afinidades teóricas com Zygmunt Bauman. Para o filósofo alemão o holocausto só foi possível a partir do advento tanto dos valores modernos como das formas modernas de dominação (1985; 2008). A cultura, para Adorno, passa a ser o meio pelo qual a dominação é expressa e legitimada. Analisando obras culturais produzidas em seu tempo, o filósofo alemão coloca que:

> A indignação por horrores cometidos diminui na medida mesma em que as vítimas são diferentes do leitor normal, mais morenas, mais "sujas". Isso não diz menos sobre o próprio horror do que sobre os observadores. Talvez o esquematismo social da percepção dos anti-semitas seja constituído de tal forma que eles nem sequer vejam os judeus como seres humanos. A afirmação sempre encontradiça de que selvagens, negros, japoneses sejam como animais, macacos talvez, já contém a chave para o *progom* . (ADORNO, 2008, p. 100-101)

Tanto Bauman quanto Adorno reconhecem que para existir uma justificativa para as barbáries acometidas contra o povo judeu, foi necessário que se construíssem imagens que desumanizassem os judeus e os apresentasse enquanto seres não pertencentes a comunidade moral

do bloco ocidental. Ambos reconhecem a excepcionalidade do caso judeu, mas os autores também denunciam que os problemas vivenciados neste período histórico não foram extirpados da realidade social presente, uma vez que os valores comungamos continuam sendo os mesmos. Adorno é bem mais enfático que Bauman nesse alarme, pois o mesmo afirma que as condições objetivas da legitimação do fascismo continuam a existir e que o espectro desse período histórico continua sendo uma possiblidade presente muito palpável.

Por mais que os dois autores estejam situados em momentos históricos diferentes, eles têm em comum a preocupação em associar a experiência moral com a experiência social mais ampla. Ambos têm como objetivo entender a relação entre a negação sistêmica da alteridade e as formas encontradas para isto, assim como os valores produzidos e assumidos para legitimar esse tipo de ação. E é a partir desse repertório conceitual tanto de Theodor Adorno quanto de Zygmunt Bauman a respeito da importância para se entender a modernidade a partir da experiência moral, que será utilizado como base conceitual de análise das relações sociais representadas no filme analisado no decorrer deste artigo.

A partir do problema exposto anteriormente o que pretende-se aqui é entender a imagem do canibal como um discurso de desqualificação moral e que a recorrência desse elemento nas produções cinematográficas contemporâneas só reafirma a continuidade e em alguns momentos a intensificação do problema referente a relação com a diferença.

Entre canibais e bárbaros

Em *"Rastro da Maldade"* (2015) existem dois tipos de índios: os índios canibais e os índios "civilizados". Os índios reconhecidos enquanto membros da comunidade incorporam tanto os valores como os costumes dos homens brancos. Das vestimentas ao dialeto falado eles se portam enquanto sujeitos assimilados pelas normas e regras daquela cidadela. Mas é nítido o lugar que é ocupado por esse personagem: um lugar de subserviência, ele é reconhecido como ente incorporado pela sua utilidade enquanto subalterno e não na proporção de ente moral em uma relação simétrica.

Estes índios "civilizados" exercem uma outra função na trama: eles conhecem a tribo de índios canibais. Segundo a própria descrição feita por um dos índios civilizados sobre os sequestradores, esta tribo não é considerada de humanos, mas composta por demônios. Além da imoralidade do ato de se alimentar indiscriminadamente da carne de outros humanos, estes

"demônios" – segundo o próprio índio informante – traz uma outra transgressão normativa: eles estupram suas mães e depois as comem.

Já é perceptível a partir dessa descrição a construção de uma economia dos valores acerca dos personagens que se apresentam na trama. Além do que sua selvageria atesta um caráter de degenerescência moral, pois estes demônios não se satisfazem apenas com o ato de come carne humana – que em si mesmo já configura-se enquanto transgressão de um tabu social basilar-, mas com uma série de outras violências e rituais que podem ser considerados atos de tortura para com seus algozes.

Posteriormente os antagonistas da trama são apresentados pela narrativa. São enormes, não possuem vestes, são mais escuros que os índios que aparecem anteriormente, andam de forma que lembram animais na natureza. A agressividade já está presente na maneira como estes personagens se movimentam, como eles andam. Mesmo quando atingidos por tiros ou agredidos, os índios "incivilizados" agem como se não sentissem dor, apresentando-se como alheios a algum traço de sensibilidade humana. Nem são dotados de qualquer dimensão afetiva e emocional, dando a entender que são movidos somente pelos instintos de sobrevivência, assim como os animais selvagens.

Mas talvez o que seja ainda mais sintomático nestes personagens refere-se a fala. Diferente de outras narrativas em que os índios são retratados como selvagens, em *"Rastros da Maldade" (2015)* estes selvagens não falam nenhum dialeto que lembre uma língua humana. Quando nascem tem suas cordas vocais cortadas e posteriormente são inseridos em suas gargantas um instrumento que possibilita que os mesmos emitam ruídos que são barulhentos e que somente os entes pertencentes a sua comunidade conseguem compreender.

O que dá a entender que a rejeição da humanidade é arbitrária e os próprios selvagens rejeitam serem reconhecidos enquanto portadores de qualquer qualidade ou característica que os façam ser associados com outros índios ou até mesmo com os brancos no transcorrer da história.

Como apresentados por Bauman e Adorno, não basta apenas que os personagens apresentados nestas tramas sejam apresentados como mais violentos, mais sujos, incivilizados é necessário que os associe com adjetivos e qualidades referentes a imoralidade. Neste sentido os índios canibais são apresentados como seres impossíveis, dada as circunstâncias, de serem reconhecidos enquanto humanos em potencial.

Eles assumem o papel do mal a ser expurgado na trama. Reafirmando assim o problema que nasce com a própria modernidade e que com o seu desdobramento se intensifica. Nesta perspectiva,

o Outro passa a ser qualificado como "(...), o mal, como Nietzsche nos ensinou, continua a caracterizar o que quer que seja radicalmente diferente de mim, ou o que quer que, justamente por ser diferente, pareça constituir uma ameaça real é premente à minha existência. (JAMESON, 1992, p. 115)

As formas como os vilões da trama são apresentados já traz consigo uma justificativa moral para as ações efetuadas pelos personagens que partem na jornada em busca da integração e do resgate dos entes sequestrados. Os outros coadjuvantes da trama, o xerife, o vigarista, o fazendeiro, o ajudante, todos eles agem anteriormente a esse sequestro por visões próprias de valor e também trazem consigo vários problemas de ação moral – alguns são ladrões e assassinos, outros vigaristas-mas a partir do momento em que a ameaça externa ao mundo que eles conhecem aparece é necessário que se pense em uma integração, mesmo que circunstancial, visando a manutenção da ordem e dos pequenos problemas próprios a ela, da comunidade em que vivem.

Antes eles do que nós

Por mais que o filme analisado seja uma ficção é inevitável que o mesmo seja desassociado da própria realidade social. Uma vez que como aponta a sociologia do cinema proposta pelo sociólogo alemão S. Kracauer (1988), o conteúdo interno tanto quanto a forma como esse conteúdo é exposto nestes filmes está fundamentado na sociedade das quais estas obras emergiram.

Apesar da análise aqui proposta basear-se em um único filme, o tema do canibal enquanto ameaça a ordem social estabelecida, vem sendo um assunto recorrente na produção cinematográfica contemporânea. Como exemplo disso temos *"Os canibais"* (2013) – *"Green Inferno"* – dirigido por Eli Roth.

Entender os sentidos dado a figura do canibalismo em "*Rastro da Maldade*" (2015) torna-se possível quando contextualizado dentro dos últimos acontecimentos ocorridos na sociedade. Se entendemos os índios canibais, os demônios como os próprios personagens os classificam, não enquanto a ameaça de um levante indígena contra os colonizadores em um rompante de vingança, mas sim como uma das caracterizações do medo em que o mundo moderno vem demonstrando a

qualquer elemento exterior que traga tensão ou contradição para o modelo de ordem social ali defendido.

Não é um problema localizado apenas a sociedade americana. Basta pensarmos em relatos das mais diversas partes do mundo à respeito das invasões exteriores. As iniciativas tomadas pelo parlamento europeu para tentar barrar a entrada de imigrantes em suas fronteiras e a reação da sociedade civil quanto a isso[1]. A eleição do presidente americano utilizando-se de uma plataforma política baseada em xenofobia e com um racismo – para alguns – bem nivelado, mas sempre presente[2]. O caso brasileiro e o rompante do conservadorismo e seus ataques. A volta da extrema direita ao parlamento alemão depois de mais de seis décadas desde a última vez em 1945[3]. Os ataques recentes da sociedade civil brasileira a qualquer forma de expressão que represente a diferença radical[4].

Todos esses acontecimentos recentes ligam-se a inaptidão dos valores produzidos socialmente em lidar com qualquer forma de diferença. Lembrando que tanto o desejo quanto as ansiedades sociais são o que alimentam a produção do imaginário social cinematográfico. Principalmente se levarmos em conta não apenas a ambientação do filme aqui analisado, mas a maneira como os fatos vão sendo apresentados. Os índios canibais são evocados na trama somente enquanto "o medo". Passam a possuir um status de onipresença durante grande parte da trama, até reaparecem para o ato final.

A mensagem em evidencia neste filme é que a importância da necessidade dos problemas do mundo dos iguais, o "nosso mundo", supere as suas diferenças e se unam contra o inimigo comum que são os outros, "eles". O filme ganha sentido ainda mais conservador, quando ambienta a sua narrativa em um período passado dotado de certo sentido nostálgico. Aquele mundo possuía mais sentido que este mundo, pois as formas de resolver os problemas eram muito mais simples.

Considerações finais

[1] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/world/20160707STO36236/a-crise-da-migracao-e-dos-refugiados-as-iniciativas-do-parlamento-europeu
[2] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/13/internacional/1502645550_679199.html
[3] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/24/internacional/1506276160_113753.html
[4] Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/09/conservadores-atacam-mam-com-tese-de-que-artistas-corrompem-criancas

O presente trabalho não tem como intuito simplificar as formas de compreensão dos processos sociais. Mas demonstrar a relação entre produção cultural e valores sociais. Os filmes não são reflexos diretos da sociedade, mas exprimem tensões e dilemas que emergem a partir das relações sociais, isto é, são representações que só tornam-se possíveis a partir da realidade histórica e dos processos sociais advindos dali. A indústria cultural aqui precisa ser entendida não apenas como o lugar onde a cultura torna-se mercadoria, mas também como o lugar onde " (...) são reproduzidos valores, normas, sentimentos, injunções sobre a personalidade, padrões de comportamento. " (CAMARGO, 2006, p. 48)

Defendemos que a persistência do tema do canibalismo na produção cultural recente – e mais especificamente no cinema – está relacionada a um problema de ordem moral que não foi esgotado com o advento das sociedades tardias, mas sim intensificado.

Além do mais foi pretendido aqui expor a atualidade dos problemas levantados por pensadores como Bauman (1998;1999) e Adorno (2008), dado que os momentos denunciados pelos mesmos não foram superados, mas apenas sublimados. Assim como apresentar as contribuições de S. Kracauaer (1988; 2009) para a pesquisa social que tome o cinema enquanto seu objeto de análise.

Como dito por Sigfried Kracauer:

> O lugar que uma época ocupa no processo histórico pode ser determinado de modo muito mais pertinente a partir da análise de suas discretas manifestações de superfície do que dos juízos da época sobre si mesma. Estes, enquanto expressão de tendências do tempo, não representam um testemunho conclusivo para a constituição conjunta da época. Aquelas, em razão de sua natureza inconsciente, garantem um acesso imediato ao conteúdo fundamental do existente. Inversamente, ao seu conhecimento está ligada sua interpretação. O conteúdo fundamental de uma época e os seus impulsos desprezados se iluminam reciprocamente. (P. 91, 2009)

O cinema passa mais do que nunca a ser um importante meio de estudo para entender a experiência social moderna. Tanto pelo lugar de quase instituição social adquirida com o seu desenvolvimento pós-segunda guerra, assim como por ser um produto cultural nascida na e a partir do desenvolvimento da modernidade.

A produção cultural continua sendo um importante objeto de análise para se entender os processos sociais tardios. Principalmente em contextos contemporâneos em que a própria indústria cultural ganhou proporções jamais imaginadas.

FICHA TÉCNICA

Rastro da maldade (Bone Tomahawk). EUA, 2015. 132 min. Dirigido por S. Craig Zahler.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. *Minima moralia: reflexões a partir de uma vida lesada*. São Paulo: Ática, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro : Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmut. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CAMARGO, Sílvio. *Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2006.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

KRACAUER, Siegfried. *De Caligari à Hitler: história psicológica do cinema alemão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa.* São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LESTRIGANT, Frank. *O canibal: grandeza e decadência*. Brasília: UNB,1997.

Recebido em: *10 de fevereiro de 2017*
Aprovado em: *30 de janeiro de 2018*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

ARTIGO TRADUZIDO

Primeira Carta sobre a Argélia (23 de junho de 1837)
Première lettre sur l'Algérie (23 juin 1837)

Alexis de Tocqueville

Tradutor:
Plácido Adriano de Moraes Nunes
Médico, jurista, tradutor, mestre em Sociologia (UFAL).
E-mail:
placido.adriano@hotmail.com

Prefácio do tradutor

Este é um dos textos sobre a Argélia escritos por Alexis de Tocqueville. São textos de domínio público, embora pouco conhecidos ou traduzidos. Foram "redescobertos" na década de 1980. Em 1837, Tocqueville começara a empreender uma carreira política. Ele tinha que escolher um eleitorado para as eleições. Com a votação deixando a possibilidade de múltiplas candidaturas, Tocqueville pretendia se apresentar a Cherbourg ou a Versailles, porque o seu pai era o prefeito ali e talvez pudesse contar com os votos dos legitimistas, no décimo distrito administrativo de Paris, na época. Ele queria provar aos seus eleitores em potencial a sua capacidade de lidar com os novos problemas que surgiriam na sociedade francesa e propor soluções relevantes. A partir de 1835, ele apresentou à Real Sociedade Acadêmica de Cherbourg o seu primeiro livro de memórias sobre o pauperismo. Poucos meses depois, em 23 de junho e 22 de agosto 1837, ele publicou duas cartas sobre a Argélia em "La Presse", de Seine-et-Oise, porque ele queria mostrar aos eleitores desta circunscrição que ele era capaz de analisar seriamente a questão da Argélia e propor as linhas gerais de uma política colonialista. A abordagem é comparável em ambos os casos: duas memórias correspondem a duas cartas. Aqui está o texto da primeira. Nestes textos, ver-se-á um lado não conhecido de Tocqueville no qual ele defende peremptoriamente o colonialismo à base mesmo de violência. Tocqueville, de fato, foi um partidário resoluto da política colonial francesa na Argélia, e, em vista das necessidades políticas e econômicas de conquista, ele afirma que subscreve a política de terror e invasões, chegando mesmo a afirmar que, apesar de ser necessidades infelizes, qualquer pessoa que deseje fazer uma guerra contra os árabes será obrigada a fazer tais atos. Em 1988, Tzvetan Todorov organizou e editou os textos de Tocqueville sobre a Argélia os quais se encontram em "De la colonie en Algérie" (Bruxelles: Complexe, 1988). O texto que segue é uma tradução do francês a partir da edição disponibilizada pela Université du Québec à Chicoutimi em http://classiques.uqac.ca/.

Grandes eventos acabaram de acontecer na Argélia; podemos acreditar que outros ainda estão prestes a ocorrer, então não é uma má escolha do meu tempo, Senhor, ir de encontro a teu desejo e contar-te o que sei sobre Argel. Faço-o mais facilmente porque, embora tenha havido muita discussão sobre este país, parece-me que mal o conhecemos.

Sr. Desjobert, em um livro, de algum modo, muito estimado recentemente publicado em nossa nova colônia, assegura-nos que, para falar adequadamente de um país estrangeiro, é bom não ter estado lá. Esta é uma vantagem que compartilho com ele, mas não me orgulho disso. Pelo contrário, penso com o vulgar que, para bem fazer conhecer uma coisa aos outros (a), é útil conhecê-la por si mesmo e que, para conhecê-la bem, não é sem utilidade tê-la visto. Não me glorificarei de não ter ido à África, mas tentarei aproveitar as histórias de muitos dos meus amigos que estão lá há muito tempo, e fazer que se perceba o mínimo possível que eu não testemunhei por mim mesmo o que estou tentando pintar.

Creio que antes de falar sobre os habitantes, é bom dizer-te uma palavra do próprio país. Essas duas coisas se têm e explicam-se uma pela outra.

Sabes, Senhor, que a Argélia se estende quase diretamente do oeste para o leste, por um espaço de ... léguas.[1] Paralelamente ao mar, ergue-se uma cadeia de altas montanhas chamada Atlas. Às vezes, tal cadeia recua abruptamente para o sul e abre-se em planícies longas e largas; outras vezes, aproxima-se subitamente da costa e vem banhar os seus últimos elos nas ondas. De tempos em tempos, ela se dobra sobre si mesma e envolve vales profundos em seus contornos.

Mil pequenos riachos fluem por todos os lados sobre os seus flancos. Mas em nenhuma parte o Atlas deixa-se abaixar mesmo por um momento até o nível das planícies e a permitir a passagem a um grande rio que facilmente levaria as armas e as artes da Europa às profundezas dos desertos.

No Atlas vivem os cabilas[2][3], nos vales, os árabes. Todas as vezes que percebes uma montanha, podes ter por certo que ela esconde em suas sinuosidades uma tribo de cabilas e assim que percebes

[1] No texto original não consta a distância. Atualmente, a Argélia tem uma área de 2.381.741km².

[2] Em francês, "Kabylie" deriva de "Kabyle" que é a etimologia mais comumente aceita, derivada do árabe qabā'il, plural de qabila, "tribo". No primeiro sentido, os cabilas seriam, portanto, simplesmente o "povo das tribos". Na história pré-colonial do Norte da África, a tribo é a forma de organização social que se opõe contra todas as tentativas de submissão pelos Estados emergentes.

[3] Os cabilas, bem como a Argélia e as suas demais populações, já foram objeto de estudos sociológicos e antropológicos, por diversos pesquisadores importantes, como Pierre Bourdieu. Este escreveu a sua Sociologie de l'Algérie que foi publicada na coletânea "Que sais-je? em 1958. Após a independência da Argélia (1962), publicou, em 1963, Travail et travailleurs en Algérie, um estudo sobre a descoberta do trabalho assalariado e a formação do proletariado urbano na Argélia, em colaboração com Alain Darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel. Em 1964, ele publicou Le Déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie, em colaboração com seu amigo argelino Abdelmalek Sayad, sobre a destruição da agricultura e da sociedade tradicional e a política de reagrupamento de populações pelo exército francês.

uma planície, deves esperar que o acampamento árabe em breve apareça no horizonte. As duas raças estão, portanto, constantemente interligadas, mas nunca se confundem.

Perguntar-me-ás sem dúvida, Senhor, qual é a origem desses cabilas, tão singularmente misturados aos árabes e sempre distintos deles. O Instituto ainda duvida. Eu deixo-te para julgar se posso permitir-me uma conjectura. Alguns afirmam que são ibéricos e acreditam que reconhecem analogias entre sua linguagem e o gascão. Outros pensam que são antigos árabes que chegaram das fronteiras da Judéia. Há alguns que imaginam encontrar neles os descendentes dos vândalos. Toma por certo, Senhor, que até agora ninguém sabe nada sobre isso. Mas à vera digo: isto pouco importa. São os cabilas de nossos dias que devemos conhecer e não seus ancestrais.

Os cabilas têm uma língua completamente diferente da dos árabes e os seus costumes não se assemelham. O único ponto de contato entre as duas raças é a religião. Os cabilas ainda são sedentários, cultivam o solo, constroem casas e conservaram ou adquiriram algumas das artes mais necessárias. Operam-se em casa as minas de ferro; fabrica-se o pó; forjam-se as armas de toda espécie e tecem-se artefatos grosseiros. Não imagines, Senhor, que todos esses cabilas formam um grande povo sujeito ao mesmo governo. Eles ainda estão divididos em pequenas tribos, como no primórdio do mundo. Estas tribos não têm nenhum poder umas sobre as outras ou mesmo qualquer ligação entre elas, vivem separadas e frequentemente em guerra, cada uma delas tem o seu pequeno governo independente que é estabelecido por cada uma e a sua legislação pouco complicada. Se Rousseau tivesse conhecido os cabilas, ele não teria nos dito tanta loucura sobre os caribenhos e outros índios da América: ele teria buscado no Atlas os seus modelos; é lá que ele teria encontrado homens sujeitos a uma espécie de polícia social e, no entanto, quase tão livres quanto o indivíduo isolado que desfruta de sua independência selvagem nas profundezas das matas; homens que não são nem ricos nem pobres, nem servos nem senhores; que nomeia eles mesmos os seus chefes e quase não percebem que têm chefes, que estão contentes com a sua condição e a asseguram.

Mas há alguns axiomas da política desses cabilas que talvez Rousseau não aprovasse tanto. Essa gente tem por máxima fundamental de que não é necessário que um estrangeiro pise em seu território. Eles não ouvem a razão neste ponto. Eles vêm vender os seus produtos em nossos mercados, eles vão até as planícies para alugar os seus serviços, eles voluntariamente se juntam aos nossos exércitos, mas se tu, por favor, Senhor, por reciprocidade, quiser ir visitá-los em suas montanhas, e vieres com as melhores intenções do mundo, se apenas queiras falar de moralidade, civilização, belas artes, economia política ou filosofia, eles certamente cortariam a tua cabeça. É um princípio de governo, o qual eles persistem em não abandonar.

Estou certo de que os cabilas têm uma religião bastante indiferente; que é uma raça prosaica e interesseira que se preocupa muito mais com este mundo do que com o outro, e que será mais fácil derrotá-los com o nosso luxo e as nossas artes do que com as nossas armas.

Eu teria muito mais coisas a dizer sobre os árabes; mas devo me limitar. Os limites do jornal me obrigam.

Acredita-se geralmente na Europa que todos os árabes são pastores, e estão dispostos a representá-los, passando a vida conduzindo muitos rebanhos em vastos pastos que não são de propriedade de ninguém ou que, pelo menos, pertencem à tribo inteira. Isto é como eles foram há três mil anos, por isso ainda os encontramos hoje nos desertos do Iêmen. Mas não é assim que eles se fazem ver ao longo do Atlas. Imagina, Senhor, que não há uma polegada de terra nos arredores de Argel que não tenha proprietário conhecido, e que não há mais terreno vazio na planície de Mitidja do que na de Argenteuil. Cada possuidor recebe um título escrito em boa forma por um funcionário público. Aqui admitirás que são selvagens singulares. O que lhes falta, por favor, para se assemelharem a homens inteiramente civilizados, que discutem diariamente sobre os limites indicados em seus contratos? Mas isso é o que eles dificilmente fazem pela razão que eu vou dizer-te: se os árabes não permanecessem completamente pastores e nômades, não se tornariam sedentários e agricultores. Eles são alternadamente um e outro. Um pequeno número deles tem casas, a grande maioria conservou o hábito de viver em tendas. Todos os anos, eles semeiam alguns dos seus campos e põem grandes rebanhos para pastar em todos os outros. Cada tribo tem, portanto, um território muito vasto cuja a maior parte permanece inculta e a outra é cultivada com pouca arte. Enquanto um campo não for cultivado, cada membro da tribo pode pastorear o seu gado lá; mas a partir do momento em que o proprietário se apresenta e semeia, os frutos pertencem somente a ele.

Vê, Senhor, que os árabes da costa da África são fazendeiros e pastores. A maioria deles está mudando, sem cessar, de lugar, mas jamais ultrapassam um determinado raio. Eles chegaram a essa época de transição quando, dispostos entre a vida nômade e a vida sedentária, ainda não estavam fortemente ligados a uma nem mais firmemente ligados à outra, puderam estar definitivamente fixados por circunstâncias fortuitas a uma ou à outra. Eu irei fazer-te compreender, mais tarde, a parte que nós podemos tirar desse estado de coisas.

À medida que nos movemos para o sul, encontramos menos campos cultivados e mais rebanhos; as tendas se multiplicam; as casas desaparecem; os hábitos da população tornam-se cada vez menos sedentários; a vida nômade assume o controle. Chegamos assim ao grande deserto que se encontra do outro lado do Atlas. É lá que encontramos, dizem, os árabes da Bíblia e dos Patriarcas. Lá, além dos limites, além dos confins dos campos, além dos títulos para a posse de terras, mas uma solidão

imensa onde as tribos vagueiam incessantemente na inteira e plena liberdade do deserto, arrastando atrás de si um prodigioso número de camelos, éguas* e ovelhas.

À época onde os sucessores de Maomé invadiram o Egito e a Numídia, os árabes os seguiram por tribos. Estes árabes conquistaram tudo o que encontraram até o sopé dos Pireneus, e em todos os países em que se instalaram, preservaram a mesma forma de sociedade. Os árabes da costa da África ainda hoje estão divididos em pequenas tribos quase independentes umas das outras, como eram há 1200 anos, na Arábia, quando a sua grande paixão religiosa os levou todos de vez para o Ocidente.

Cada uma dessas pequenas sociedades elege os seus líderes, que são chamados de xeques, e discutem os seus próprios assuntos em comum. Todas essas tribos, no entanto, para dizer a verdade, são um mesmo povo. Elas têm a mesma origem, as mesmas lembranças, as mesmas opiniões, os mesmos costumes, eles formaram antigamente uma única nação e eram de outro modo governadas, no mínimo governadas em alguns pontos por um único governo.

Nas tribos árabes, não vemos igualdade tão completa quanto aquela entre as tribos cabilas; pelo contrário, descobrimos desigualdades muito grandes. Há em cada tribo um certo número de famílias, a maioria antiga, que possui vastas propriedades, grandes rebanhos e numerosos servos. Os chefes dessas famílias têm belos cavalos, que eles montam sem cessar, belas e boas armas, que se veem todos os dias em suas mãos; eles formam um tipo de aristocracia militar que, por consentimento tácito do resto da população, dirige mais ou menos todos os negócios

Mas a principal aristocracia árabe tem origem na religião. Ouve, com atenção, peço-te, Senhor, porque a coisa é ao mesmo tempo importante e singular. Há homens que uma vez por sua piedade e conhecimento adquiriram uma reputação de extraordinária santidade. Esses homens, que são chamados de marabus, foram cercados pelo respeito público durante as suas vidas e, geralmente, exerceram uma grande influência sobre o espírito das populações em redor; e o que é particular é que eles repassaram tudo isso a seus descendentes. Em cada família de marabus, não falta nascer para toda a nova geração um homem santo e erudito que mantenha o bom renome e o poder de seus predecessores. Há poucas tribos onde se encontram um ou mais marabus que habitualmente vivem perto do túmulo do seu antepassado mais famoso e dão uma hospitalidade bastante generosa àqueles que vêm fazer ali peregrinações, porque, em geral, eles são ricos. Esses marabus são homens de religião e ciência, que sentem ou afetam uma grande distância pelas ocupações tumultuadas e mentirosas deste mundo. Enquanto a aristocracia militar ainda sempre está a cavalo, o yatagan ou rifle na mão, o marabu monta um asno e cruza desarmado e furtivamente vestido a multidão de homens de guerra que se apressa para abrir as suas fileiras à sua passagem e para beijar-lhe a mão. Apesar dessa aparência pobre, os marabus devem, no entanto, ser considerados como os membros mais influentes da sociedade árabe.

Eles são a inteligência desse grande corpo cuja aristocracia militar forma o coração e os membros. Geralmente são os marabus que restauram a paz entre as tribos e que secretamente dirigem as principais fontes de sua política.

Nota bem, Senhor, que Abd-el-Kader, de quem já ouviste falar tanto, pertence a uma das primeiras famílias de marabus da Regência e é um marabu. Isso explica muitas coisas.

Quanto às características gerais do caráter árabe, elas são conhecidas há muitos séculos. E elas se encontram na Argélia como em qualquer outro lugar. Entre os árabes da costa da África, notamos a imaginação brilhante e sensual, o espírito insensível, sagaz, a coragem e a inconstância que eram evidentes em seus pais. Como eles, pertencem a essa raça móvel e indomável que adora o gozo físico, mas que coloca a liberdade acima de todos os prazeres e que sabe fugir nas areias do deserto em vez de vegetar sob um mestre.

Os árabes da costa da África também têm uma miríade de vícios e virtudes que não lhes são próprios, mas pertencem ao período da civilização em que se encontram. Símile a todos os povos semisselvagens, eles acima de tudo honram o poder e a força. controlando pouco a vida dos homens e desprezando o comércio e as artes, como esses, eles amam especialmente a guerra, a pompa e o barulho; desafiantes e crédulos, entregues, às vezes, a um entusiasmo irrefletido e, às vezes, a uma abatimento exagerado, eles caem e erguem-se sem dificuldade, frequentemente excessivos em suas ações e sempre mais dispostos a sentir do que pensar.

Depois de falar-te sobre as duas principais raças que povoam a Argélia, é bom, Senhor, terminar dizendo uma palavra de uma terceira, que não existe mais lá, mas que, durante três séculos, obteve um poder preponderante, eu desejo discorrer sobre os turcos.

Quando os espanhóis expulsaram os árabes da Península Ibérica, eles não tardaram a segui-los até as costas da Argélia. Estes últimos convocaram os turcos, no apogeu do seu poder e da sua glória, que, depois de terem conquistado os cristãos e tomado Argel, declararam-se mestres daqueles a quem tinham vindo defender.

Não imaginas, Senhor, que os turcos, conquistadores de Argel e de uma parte da Regência, quisessem fundar um império para os seus descendentes. Nem um pouco. Esses turcos estavam tão orgulhosos de si mesmos e de seu país que desprezavam os seus próprios filhos, que nasceram de mulheres árabes. Preferindo a raça à família, eles não os queriam recrutar. Mas todos os anos eles enviam para a Turquia para procurar novos soldados. Mas todos os anos eles enviam para a Turquia para procurar novos soldados. As coisas assim estabelecidas continuaram. Ainda era o mesmo em 1830. A cada ano, a raça dominante era recrutada na costa asiática, deixando os seus próprios filhos cair na obscuridade e no desamparo.

É preciso dizer-te, Senhor, quais eram os princípios e os meios de governo desses turcos. Isso é necessário para compreender tudo o que aconteceu desde que tomamos o seu lugar.

Os turcos, a maioria dos quais vivera em Argel, formaram uma milícia pouco numerosa, mas muito brava e muito turbulenta à qual pertencia o direito de escolher o chefe de governo. Foi no seio dela que a maioria das autoridades civis e todos os oficiais militares foram escolhidos.

Esses turcos formaram assim um corpo aristocrático e mostraram os defeitos e qualidades de todas as aristocracias. Repletos de imenso orgulho, mostraram ao mesmo tempo certo respeito por si mesmos, que os fez falar e quase sempre agir com nobreza. Além disso, interessavam-se apenas pelos interesses de seus corpos, desprezando tudo o que lhes era estranho.

Quanto ao que eles chamavam de seu governo, aqui está em que consiste:

Os turcos tentaram reduzir as tribos cabilas. Mas eles conseguiram fazer apenas com que um pequeno número deles reconhecesse a sua soberania. Todos os outros entrincheiraram-se em suas montanhas e permaneceram inacessíveis.

Presumo que seja a proximidade contínua desses turcos que fez com que os cabilas adotassem essa máxima fundamental, da qual falei acima, e sob a qual se cortam as cabeças de todos os estrangeiros que vêm andar nas inclinações do Atlas.

A dominação turca se estabeleceu mais facilmente sobre os árabes que, como já te relatei, vivem em planícies abertas. Aqui está como procederam: cinco a seis mil turcos confinados em Argel não poderiam sozinhos reduzir essas tribos móveis que fogem à aproximação da mão que quer agarrá-los. Mas as tiranias jamais se estabeleceriam se os opressores não encontrassem os seus instrumentos entre os oprimidos. Os turcos distinguiram certas tribos às quais concederam privilégios e uma grande independência, sob a condição de ajudá-los a escravizar os outros. Além disso, nas mesmas tribos em que o seu jugo se impunha, aliavam-se, por meios análogos, especialmente por isenção de impostos, à maioria dos membros da aristocracia militar que mencionei acima. Dessa maneira, eles poderiam se servir dos árabes para dominar os árabes. Mas esses árabes auxiliares sempre foram comandados por turcos. Todo ano, portanto, um oficial turco saía de Argel, seguido por alguns soldados de sua própria nação, aos quais se juntava a cavalaria dos Marzem. Estes eram os cavaleiros árabes que mencionei. Eles viajavam pelo país nesse comboio; o imposto era cobrado pacificamente ou cobrado violentamente sobre as tribos que se recusaram a pagá-lo. Essa era a essência do governo turco. Não se deve crer, Senhor, que o dinheiro arrecadado dessa maneira serve, como se pratica ou pelo menos como parece ser praticado entre todas as nações civilizadas, para assegurar a tranquilidade e a prosperidade daqueles que o pagaram. A quase totalidade fora para os cofres do Dey ou voltara para os seus soldados.

Os turcos, no entanto, fizeram algumas tentativas bastante incompletas para estabelecer entre os árabes algo que se assemelhasse a uma administração pública.

Eles dividiram o país, principalmente em redor das cidades, em distritos chamados outans*, nos quais várias tribos habitavam. À frente dessa população, puseram um oficial turco chamado chefe (caïd) e alguns soldados da mesma nação aos quais se juntavam, quando necessário, os cavaleiros dos Marzem. Este oficial tinha o dever de exercer a justiça criminal, assegurar a paz pública e a segurança das estradas, um dever que ele fazia muito pouco. Pois as tribos, apesar de suas cautelas, guerreavam incessantemente umas com as outras e, muitas vezes, arrastavam à frente o próprio chefe, que, para manter alguma autoridade sobre elas, era obrigado a compartilhar as suas paixões e abraçar as suas querelas.

Os turcos empregavam um outro meio de proteger as cidades. Eles mantinham uma guarnição a qual tinham o cuidado de renovar com frequência. Os soldados assim destacados eram casados com mulheres árabes e tinham filhos. As crianças nascidas na Argélia da união de turcos e árabes tinham um nome particular. Eles chamavam-se coulouglis e formavam uma raça distinta das duas outras. Os turcos, sem dar aos coulouglis uma participação no governo ou um lugar em suas milícias, asseguravam-lhes, entretanto, por privilégios, uma posição preponderante que os ligava ao governo e separava os seus interesses dos do resto dos governados. Esses couloulglis formavam, portanto, nas cidades em que tinham nascido uma população amistosa, com a qual podiam contar, e que se defendiam facilmente se não os abandonassem inteiramente a si mesmos.

Assim, nas montanhas, os cabilas eram um pouco mais independentes. Nas planícies, os árabes eram muito incompletamente submissos; nas cidades os turcos e os coulouglis e uma população mista e sem caráter fixo sobre a qual direi uma palavra no final.

Já sabes o suficiente para ver, Senhor, que esse pretenso governo turco não era realmente um governo, mas uma continuação da conquista, uma exploração violenta dos vencidos pelo conquistador. Não só os turcos se estabeleceram nas costas da África como estrangeiros, mas eles resolveram este difícil problema de viver durante trezentos anos, um país onde eles eram sempre estrangeiros e onde constantemente assemelhavam-se a recém-chegados que chegam com o objetivo de fazer os seus negócios particulares e não para administrar o povo conquistado.

Relatei-te como as coisas se passam no distrito de Argel. Procedeu-se de modo análogo nos três Beyliks que reconheciam a autoridade do Dey. Os turcos dividiram a Argélia em três governos: um a leste no qual Constantino* era a capital, um outro ao sul, que se chamava Beylik de Tittery e o terceiro, a oeste, que formava a província de Oran.

Estes três Beys foram nomeados pelo Dey. Eles se estabeleceram na cidade principal da província como este em Argel e governaram lá pelos mesmos meios. Mas, em geral, o seu poder era ainda mais limitado do que o do Dey e mais contestado.

Prometi não terminar, Senhor, sem te dizer uma palavra sobre aquela parte da população das cidades, que não era nem turca nem coulouglie. Ela era composta de judeus, sobre os quais tu sabes tanto quanto eu, porque eles estão lá e os vemos em todos os lugares, e os mouros. Estes mouros pertencem a diferentes raças; mas o maior número deles é de árabes cujos gostos sedentários, o desejo de desfrutar de sua riqueza em paz ou de adquiri-la por comércio, fixaram nas cidades. É uma raça espiritual, gentil, inteligente e forte amigo da ordem. Os árabes da planície, que vivem* sob as estrelas, o sabre em punho e que são necessariamente entregues às dores e alegrias de uma existência aventureira, professam o mais esplêndido desdém por aquela parte pacífica e diligente de seus compatriotas. Em seu desprezo, eles dão a esses mouros um nome que significa, em árabe, vendedores de pimenta o qual só poderia ser traduzido para o francês por vendedor de especiarias. Imaginaste, aposto, Senhor, que esse epíteto, tão repetido hoje, surgira em meio aos nossos motins. Vês que ele vem de longe, e eu creio mesmo que ele é muito venerável por sua antiguidade.

Os orientais não mudam as suas boas palavras mais do que as suas crenças, eu não ficaria surpreso se se não regressasse às primeiras eras do mundo. Acrescento que não me parece melhor ser antigo.

Acabei de mostrar-te, resumindo, o que a Argélia era antes de nossa conquista. Na próxima carta, tentarei fazer conhecer rapidamente o que fizemos e indicar o meu melhor conselho sobre o que resta a ser feito.

Recebido em: *29 de dezembro de 2019*

Aceito em: *30 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

Marx e Polanyi: a construção de uma epistemologia crítica ao Liberalismo Econômico

Marx and Polanyi: the building of a critical epistemology towards the Economic Liberalism

Ticiana Amaral Nunes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: ticiamaral19@gmail.com

Resumo

O propósito do artigo é, a partir das obras de Marx e Polanyi, realizar uma revisão teórica centrada no pensamento crítico que os autores direcionaram à Economia Política burguesa, especialmente às "falácias epistemológicas", cujo objetivo seria justificar um modo de produção desumanizante, que submete as demais esferas da vida social às leis de mercado, e o de naturalizar leis próprias, através da separação institucional entre sociedade e economia. Busca-se demonstrar como, apesar das diferenças teóricas e metodológicas, Marx e Polanyi elaboraram uma crítica sólida aos postulados do liberalismo econômico, em específico ao que concerne a visão de natureza humana e livre mercado.

Palavras-chave: Marx. Polanyi. Epistemologia. Economia Política. Homo-Economicus.

Abstract

The purpose of the article is, taking into consideration the works of Marx and Polanyi, to build a theoretical review focused on the critical thinking that the authors directed towards the bourgeois Political Economy, especially to the "epistemological fallacy", whose objective was supposed to justify a dehumanizing mode of production, which subordinates the other spheres of social life to the laws of the market, and to naturalize its own laws through the institutional separation between society and economy. It aims to demonstrate how, despite theoretical and methodological differences, Marx and Polanyi elaborated a solid criticism to the postulates of economic liberalism, specifically regarding the views on human nature and free market.

Keywords: Marx. Polanyi. Epistemology. Political Economy. Homo-Economicus.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo a elaboração de uma revisão teórica a partir das obras de Karl Marx (1818-1883) e Karl Polanyi (1886-1964), explicitando ideias centrais em seus escritos que denunciam a epistemologia do liberalismo econômico ou da "economia burguesa"[1], que visa corroborar com o ideal normativo de mercado autorregulado[2]. Consideram-se no artigo, para fins da construção da abordagem crítica por Marx e Polanyi, algumas ideias centrais no pensamento liberal a respeito da natureza humana, através do conceito de *Homo Economicus*[3] e de livre mercado.

O artigo está dividido da seguinte maneira: na próxima parte, ainda que a discussão seja muito extensa para ser aprofundada no espaço de uma seção do artigo, será identificada, através da trajetória histórica do campo de Economia Política, a evolução de algumas das principais construções do liberalismo acerca de "*homo economicus*" e de "livre mercado", que Marx e Polanyi buscaram desmitificar, apresentando algumas obras e autores centrais que corroboraram nas formulações ideológicas do campo. Destaca-se a progressiva perda do conteúdo ético existente na Economia Política nos séculos XVIII e XIX, em nome da construção de uma Ciência Econômica[4] que estaria centrada na explicação dos fenômenos exclusivos de uma suposta esfera de transações de bens e serviços regida por leis matemáticas e conceitos universais.

Em seguida, discorre-se sobre as ideias apresentadas ao longo da obra de Marx que se opõem a essas visões liberais. Primeiramente, através de seu pensamento materialista histórico dialético, Marx observa a particularidade das relações sociais típicas do capitalismo na história da humanidade. Apresenta-se o conceito de "alienação do trabalho", presente nos "Manuscritos Econômicos e Filosóficos", que constitui uma ideia central na concepção marxista sobre a natureza do ser humano como social e inseparável do meio ambiente. É também onde ele demonstra sua percepção sobre o caráter desumanizante da economia burguesa, raciocínio que é seguido pelo exposto em "O Capital", sobre o fetichismo das mercadorias e em "Crítica ao Programa de Gotha", quando ele aborda a geração da riqueza nacional.

Na quarta seção, busca-se fazer o mesmo a partir da obra de Polanyi, que se utilizou de estudos antropológicos, os quais ele menciona ao longo dos capítulos de "A Subsistência do

1 O termo refere-se à instrumentalização do campo da Economia Política pelos interesses da classe burguesa.

2 É um sistema no qual os preços dos bens e serviços são determinados pelo mercado aberto e as leis e forças de oferta e demanda são livres de qualquer intervenção por parte de um monopólio, do governo ou outra autoridade.

3 Do latim "homem econômico", o termo é utilizado para fazer referência a um ser inerentemente maximizador de ganhos materiais, cujas motivações são automaticamente movidas por esse interesse.

4 Esse termo encontra-se bastante delineado a partir da definição de Lionel Robbins em *Ensaio sobre a natureza e significação da ciência econômica*, em que a economia é uma ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre determinados fins e meios escassos que têm usos alternativos (ROBBINS, 1944).

Homem". Através de ideias como "incrustação da economia na sociedade", "tipos de economia baseados em formas de integração" e "estruturas de apoio" e pela análise semântica do conceito de economia, ele elabora sua crítica à naturalização das leis de mercado. Também apresentam-se algumas ideias presentes em sua obra mais conhecida, "A Grande Transformação", a respeito da economia de mercado[5], a partir de sua construção teórica sobre o "Duplo Movimento" e a tendência auto destrutiva nos avanços do liberalismo econômico.

Por fim, busca-se demonstrar de que modo Marx e Polanyi, mesmo tendo vivido em contextos diferentes e possuindo diferenças em suas concepções filosóficas e metodológicas, foram dois autores da Economia Política que se opuseram à epistemologia burguesa, dominante no campo, abrindo caminho para futuras construções teóricas alternativas a esse modelo.

1 *Homo Economicus* e Liberalismo Econômico

Desde o surgimento da Economia Política e a criação da "Ciência" Econômica no final do século XIX, até o presente, o liberalismo econômico possui em seu cerne uma concepção distintiva de natureza humana. A percepção central em relação aos agentes econômicos, de acordo com a epistemologia liberal, reside na atomização da sociedade em indivíduos pré-concebidos. O indivíduo é considerado uma unidade fechada, a partir da qual se desenvolvem as relações políticas e econômicas existentes. Essa concepção imputa a percepção de um ser autocentrado que é independente de variáveis históricas e do ambiente que o cerca, pois já possui uma natureza pré-concebida. A natureza do humano é individualista e racional no sentido de maximização dos ganhos econômicos, ou seja, um *homo economicus*.

A partir desse postulado, considera-se o livre mercado como um estágio avançado da evolução natural da sociedade humana, seguindo a lógica da concepção individualista e economicista do ser humano. O mercado autorregulado constituiria um ideal de modelo econômico, pois seria considerado o mais eficiente em alocar recursos escassos e, portanto, distribuir ganhos entre os cidadãos.

Conforme o movimento Iluminista foi adquirindo espaço na intelectualidade europeia dos séculos XVII e XVIII, ocorria, concomitantemente, a ascensão da centralidade dos ideais de liberdade individual no pensamento filosófico existente. Isso pode ser explicado pelo clima de oposição às monarquias despóticas e pela agitação política que clamava pela instauração das

5 Equivalente em Polanyi ao capitalismo, cujo funcionamento é definido por um sistema interligado de mercados formadores de preços, regulado pelo mecanismo de oferta e procura e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro.

Repúblicas. Contudo, em sua origem, a filosofia liberal não associava a liberdade individual dos homens a uma natureza inerentemente egoísta ou dissociada das relações sociais.

As concepções acerca da natureza individualista e econômica e o ideal de livre mercado estão conectados pela formulação da "mão invisível" por Adam Smith, que a partir de uma visão economicista da natureza humana supõe por estágio mais elevado de racionalidade econômica aquela que proporciona maior grau de liberdade para os indivíduos maximizarem seus ganhos. De acordo com essa visão, os ganhos do indivíduo transformam-se em ganhos de toda sociedade, se não houver intervenções externas às leis de mercado. No segundo capítulo de A "Riqueza das Nações" ele afirma que a natureza do ser humano é propensa às trocas:

> Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra (SMITH, 1996, p. 63).

Mais adiante, ao referir-se às motivações dos indivíduos que conduzem atividades produtivas, é possível apreender do autor o entendimento da natureza humana pelo conceito de *homo economicus*. Smith deixa claro, no parágrafo abaixo, seu entendimento de que o que move a atividade produtiva na sociedade nada mais é do que os interesses individuais em maximizar ganhos materiais.

> Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p. 74).

A partir de uma observação cronológica do entendimento, pela ótica da Economia Política Clássica, da relação entre *homo economicus* e liberdade de mercado, a obra de David Ricardo, sobretudo em "A Teoria das Vantagens Comparativas*",* pode ser vista como um ponto de transição em relação a visão predominante até o trabalho de Adam Smith. Em sua obra desaparecem questões morais; estas são substituídas pelo rigor científico, por meio do qual, ele buscou leis matemáticas que explicassem as transações econômicas fluindo de modo automático (RICARDO, 1996).

Diferente do conteúdo ético ainda embutido na obra de Smith, é possível verificar o entendimento economicista da natureza humana em John Stuart Mill, que explicava os fenômenos sociais a partir do comportamento individualista, como na passagem: "[...] os seres humanos são governados, em todas as suas ações, por seus interesses materiais*"* (MILL, 1996, p. 88).

Identifica-se uma transição de paradigma quando, no século XIX, começa a ser utilizado com frequência o termo "Ciência Econômica" para tratar dos fenômenos econômicos. Através do rigor positivista, os economistas da época passaram a utilizar leis e cálculos universais para explicar a atividade econômica e separar o campo de estudo da influência das filosofias éticas e morais. No século XIX, surge a chamada "Escola Marginalista", cujos economistas mais conhecidos, como Stanley Jevons, Léon Walras e Carl Manger, avançaram na elaboração de modelos matemáticos que mostravam como, em uma economia aberta, os retornos marginais dos fatores de produção eram proporcionais a sua participação na produção de determinado insumo. Essa tentativa de conferir rigor matemático ao estudo da economia, juntamente com a análise comportamental dos mercados de Alfred Marshall (1890), corroboraram para a efetivação do termo de Ciências Econômicas em um campo que, até então, não possuía "leis" independentes das outras esferas da vida social.

Em síntese, a compreensão da natureza humana pela ótica do conceito de *homo economicus* e o isolamento imposto às análises sobre o funcionamento das transações econômicas em um campo separado das outras esferas que compunham a vida social, constituíram a base epistemológica, através da qual torna-se possível a consolidação do paradigma normativo de mercado autorregulado pela economia burguesa. Ou seja, o *laissez-faire* é justificável quando existe uma premissa filosófica que considera o ser humano naturalmente individualista e centrado na maximização dos ganhos materiais, estes que podem ser atingidos a partir da ausência da intervenção política dentro de um universo econômico que é regido por leis próprias.

Nas próximas seções, verifica-se como as obras de Marx e Polanyi romperam com esse constructo epistemológico ao desmitificar o conceito de *homo economicus* e o entendimento acerca das relações de mercado. A revisão de ideias presentes nas obras de Marx e Polanyi buscará comprovar que os autores convergiram no entendimento de que as relações produtivas e sociais existentes na economia de mercado constituem uma especificidade ao longo da história da humanidade.

2 Marx: As Especificidades do Modo Capitalista de Produção

A visão crítica à epistemologia burguesa acerca da natureza humana e das relações tipicamente capitalistas está presente em diversos momentos na obra de Marx, estando conectada, notavelmente, pelo fio condutor do materialismo histórico dialético. Marx, no Prólogo de "Contribuição à Crítica da Economia Política", resume o eixo norteador de sua obra, no que ele chama de ¨resultado geral obtido¨, da seguinte forma:

> Na produção social de sua vida, os seres humanos contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, as relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A base corresponde às condições materiais da sociedade em que ocorrem as relações de produção e é a partir dela que se constrói a superestrutura jurídica e política a que correspondem certas formas de consciência social. Portanto, o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual (MARX, [s.a], p. 182, tradução nossa).¨[6]

É evidente a presença desse método materialista e dialético na compreensão de Marx sobre os processos históricos e sociais. Apesar de, por vezes ser acusado de determinista, ao postular o modo de produção capitalista como etapa histórica, há passagens na obra de Marx que demonstram que ele não somente percebe o desenvolvimento das forças capitalistas como específicas em determinados momentos e circunstâncias, como também critica a economia burguesa por considerar essa etapa como natural da evolução humana. O ponto que marca a transição de um modo de produção para outro, na visão dialética de Marx, é necessariamente quando as forças produtivas materiais de uma sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou com as relações de propriedade dentro das quais tenham se desenvolvido até o momento, a partir de determinado grau de desenvolvimento dessas forças. MARX, [s.a]).

O que marca o caráter transitório do capitalismo em Marx são as contradições inerentes às relações de produção. Por vezes Marx aponta para o problema da queda da taxa média de lucro a longo prazo; por vezes, o problema da superprodução e do subconsumo, em que a massa absoluta da produção cresce a uma taxa superior à taxa de consumo dos operários e capitalistas. Ambos implicam que haja necessidade de mais-trabalho e de uma jornada de trabalho excedente, seja na forma absoluta ou relativa. Portanto, a necessidade de contínua obtenção de mais-valia pela intensificação da exploração dos trabalhadores e do aumento da produção fazem com que expansão do capitalismo leve a sua destruição (MARX, 1962).

Na introdução de "Grundrisse", observa-se a visão crítica de Marx sobre como a Economia Política concebia as relações capitalistas de produção como naturais ao longo da história humana. Ele menciona a forma independente das variáveis históricas pela qual Adam Smith e David Ricardo percebem o indivíduo do século XVIII. Para Marx, através do estudo sobre o comportamento de outras sociedades antigas, é possível descartar as características individualistas do homem do século XVIII como naturais e universais (MARX, 1996).

6 En la producción social de su vida, los seres humanos contraen ciertas relaciones necesarias e independientes de su voluntad, las relaciones de producción que corresponden a una determinada fase del desarrollo de sus fuerzas productivas materiales. La base corresponde a las condiciones materiales de la sociedad en que ocurren las relaciones de producción y es a partir de ella que se construye la superestructura jurídica y política a que corresponden ciertas formas de conciencia social. Por lo tanto, el modo de producción de la vida material condiciona el proceso de la vida social, política y espiritual(MARX, [s.a], p.182).

> Quanto mais profundamente voltamos à história, mais o indivíduo e, portanto, também o indivíduo produtor, aparecem como dependentes, como pertencendo a um todo maior: de uma maneira ainda bastante natural na família e na família expandida para o clã; mais tarde, nas várias formas de sociedade comunal decorrentes das antíteses e fusões dos clãs. Somente no século XVIII, na "sociedade civil", as várias formas de conexão social aparecem para o indivíduo como um mero meio para seus propósitos privados, como necessidade externa (MARX, 1996, p. 84, tradução nossa).[7]

No sexto item das "Teses de Feuerbach", Marx critica a concepção tradicional da natureza humana, caracterizada como uma espécie cuja essência abstrata encarna em cada indivíduo, argumentando que, na realidade, ela é formada pela totalidade das relações sociais. Portanto, ele percebe essa essência como universal em alguns aspectos como também determinada por formações históricas e sociais específicas (MARX, 1891).

Uma crítica marxista essencial ao individualismo metodológico é a oposição à ideia de que as características do modo de produção capitalista fossem universais na história. Marx concebeu de forma distinta características gerais da vida material e características específicas de cada modo. Produção e trabalho são comuns a todas as sociedades humanas, sendo consideradas atividades vitais do ser humano, enquanto propriedade privada e assalariamento, por exemplo são historicamente específicos (MARX, 2012).

Nos "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" observa-se detalhadamente como a natureza humana, social e conectada com a natureza, é transformada conforme se desenvolvem as forças produtivas capitalistas. Marx explica esse fenômeno através do processo de alienação do trabalho. Ele parte da observação da relação do ser humano com a natureza, considerando-a como o corpo inorgânico do homem, no sentido de que ele depende do meio ambiente para a realização de sua atividade vital (MARX, 2004). A produção é parte da atividade vital do ser humano, diferenciando-o de outros animais na medida em que, através do trabalho, ele transforma a natureza de forma consciente e independente de suas necessidades vitais (MARX, 2004).

O produto do trabalho humano nada mais é do que a objetivação do trabalho em algo material. O trabalho, portanto, passa por uma "efetivação" a partir dessa objetivação. No entanto, no capitalismo, o que acontece é a "desefetivação" do trabalho, pois nesse modo de produção ele e seus produtos são institucionalizados como estranhos ao trabalhador. Isso acontece através da privação dos meios de subsistência ao trabalhador, de forma que o trabalho, antes parte de sua atividade vital, passa a ser uma obrigação sem a qual ele tem sua existência ameaçada pela fome (MARX, 2004).

7 The more deeply we go back into history, the more does the individual, and hence also the producing individual, appear as dependent, as belonging to a greater whole: in a still quite natural way in the family and expanded into the clan; then later in the various forms of communal society arising out of the antitheses and fusions of the clans. Only in the eighteenth century, in ' civil society', do the various forms of social connectedness confront the individual as a mere means towards his private purposes, as external necessity (MARX, 1996, p. 84).

Nesse processo de estranhamento, o ser humano afasta-se de sua atividade vital, que envolve o trabalho e, consequentemente, afasta-se de si próprio. O trabalho estranhado faz com que a atividade vital deixe de ser parte da "essência" para ser meio de "existência do ser humano". Na subsistência, ele torna-se estranho ao meio ambiente e é reduzido a uma existência individual: "estranha a ele seu próprio corpo, sua espiritualidade e por fim sua essência humana" (MARX, 2004, p. 85). A última consequência do estranhamento do trabalho é o estranhamento entre os próprios seres humanos, uma vez que o homem estranha a si mesmo, reproduz essa relação com os outros.

São nas relações de estranhamento ou de alienação que se assentam as relações capitalistas de produção, pois a propriedade privada é produto do trabalho estranhado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo próprio. A propriedade privada é, ao mesmo tempo, produto e meio da exteriorização, pois além de ela ser originada a partir da não conexão entre o ser humano e os produtos do seu trabalho, ela possibilita a perpetuação dessa relação de estranhamento. O salário, perante a relação de estranhamento, não é diferente da propriedade privada; ele surge da mesma distinção entre o ser humano e seu trabalho. Porém o que caracteriza o salário, é que ele representa a recompensa necessária à subsistência de sua força de trabalho (MARX, 2004).

Identifica-se uma continuidade do pensamento de Marx relativo à alienação do trabalho no primeiro volume de "O Capital", quando Marx desmistifica o valor das mercadorias. Com essa finalidade, ele expõe o "campo nebuloso" da Economia Política que se ocupava em desvendar o segredo da valorização dos objetos. Diferenciando entre o valor de uso e de troca de um objeto, Marx desvenda o segredo do fenômeno que transforma materiais simples em objetos metafísicos denominados mercadorias, que em nada guarda relação com o valor de uso deles.

> De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. [...]. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse *quiproquó* os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (MARX, 1996, p. 198)

Acrescenta-se a esse raciocínio a visão de Marx sobre teoria do valor do trabalho, que argumenta que o valor econômico de um bem ou serviço é determinado pela quantidade total de mão de obra socialmente necessária para produzi-lo, e não pelo uso ou prazer que se obtém dela. Em "Crítica ao Programa de Gotha", Marx expõe o caráter humano que dá origem à riqueza produzida na sociedade e argumenta que os mitos que atribuem um poder criativo supernatural a esse processo devem ser desmentidos em nome do programa socialista.

> O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é tanto a fonte de valores de uso (e certamente é de tal que a riqueza material é constituída!) Como o trabalho, que por si só é a manifestação de uma força da natureza, assim é a força de trabalho humana. A frase acima é encontrada em todos os livros de crianças e é correta na medida em que implique que o trabalho seja realizado com sujeitos e instrumentos. Mas um programa socialista não pode permitir que tais frases burguesas passem em silêncio as condições que sozinhas lhes dão significado. E na medida em que o homem, desde o início, se comporta em relação à natureza, a fonte primária de todos os instrumentos e assuntos do trabalho ,como dono, trata-a como pertencente a ele, seu trabalho se torna fonte de valores de uso, portanto, também de riqueza. (MARX, 1891, tradução nossa).[8]

Resumindo o raciocínio exposto, através do método do materialismo histórico dialético, é possível conceber a distinção, percebida por Marx, entre aspectos universais e específicos da natureza humana. Assim como ele entende a produção e o trabalho como atividades vitais independentes de variáveis históricas (como comer, dormir ou procriar), ele critica a naturalização das relações produtivas capitalistas e do indivíduo autônomo como universais. Para Marx, o ser humano é, ao mesmo tempo um ser indissociável da natureza, que a transforma pela sua vontade consciente, como também é um ser social e historicamente moldável.

Para Marx, o modo de produção capitalista está associado a relações sociais historicamente específicas cuja característica central reside na separação entre o trabalhador e os insumos necessários para realizar a atividade produtiva. Essa realidade seria portanto, artificial em relação à caracterização da natureza humana que ele descreve nos Manuscritos. O trabalho é, para Marx, função vital da espécie humana, enquanto para a epistemologia burguesa aparece como um meio de maximização de ganhos individuais. As relações capitalistas de produção estão baseadas na alienação da mercadoria e do trabalho, e é nesse ponto em que, para Marx, reside o caráter desumanizante do capitalismo.

A seguir, busca-se demonstrar como Karl Polanyi elaborou sua crítica à epistemologia da Economia Liberal através da realização de estudos antropológicos que se opõem à universalidade das relações sociais de mercado ao longo da história humana.

3 Polanyi: A Falácia economicista e a Incrustação da Economia

Assim como Marx, Polanyi também rejeitou o conceito de *homo economicus* e visualizou a naturalização das relações sociais capitalistas como instrumento político, incorporado pela

8 Labor is not the source of all wealth. Nature is as much the source of use values (and it is surely of such that material wealth consists!) as labor, which itself is only the manifestation of a force of nature, human labor power. The above sentence is to be found in all children's primers and is correct insofar as it is implied that labor is performed with the subjects and instruments. But a socialist program can not allow such bourgeois phrases to pass over in silence the conditions that lone give them meaning. And insofar as man from the beginning behaves toward nature, the primary source of all instruments and subjects of labor, as an owner, treats her as belonging to him, his labor becomes the source of use values, therefore also of wealth (MARX, 1891).

intelectualidade burguesa em sua época. Uma característica evidente na obra de Polanyi é a preocupação em demonstrar a excepcionalidade das relações de mercado na história humana. Tendo escrito grande parte de sua obra durante a primeira metade do século XX, o pensamento de Polanyi fora marcado por grandes eventos históricos que permeatam sua época. A sociedade existente no século XIX entrava em colapso; as Duas Guerras Mundiais, a Revolução Russa, assim como a Grande Depressão, foram acontecimentos marcantes em sua vida. Nesse ambiente de declínio e reconfiguração da ordem existente, Polanyi construiu sua obra transformando-a numa ferrenha crítica ao que ele denominava "falácias economicistas" (POLANYI-LEVITT, 2017).

Um ponto de partida para a teoria crítica de Polanyi é a concepção de que o termo "econômico" possui dois significados: o primeiro significado é o formal, que é indissociável das relações entre meio e fim e pressupõe a escassez dos recursos materiais necessários à vida do ser humano. Por isso, o significado formal é subjacente à ideia de racionalização do processo econômico de modo a maximizar a utilização dos recursos escassos. Por outro lado, a economia também é identificada em seu sentido substantivo, que se refere a relação direta dos seres humanos com o meio ambiente. Esse significado abrange a interação do humano com o meio e a institucionalização da relação como forma de satisfazer suas necessidades materiais (POLANYI, 2012).

De acordo com Polanyi, a falácia economicista consiste justamente no monopólio semântico do significado formal da economia, de modo a identificar a escassez e a situação de mercado como naturais na história humana. Para Polanyi, o conceito de "lei econômica" é uma das forças mais poderosas que já adentraram no cenário humano. No campo epistemológico, a sociedade de mercado demanda a separação entre as esferas política e econômica. Desse modo, a hegemonia do significado formal da economia prejudica a análise do fenômeno econômico em seu sentido mais abrangente (POLANYI, 2012).

A partir da hegemonia do significado formal de econômico e da separação institucional entre economia e sociedade, a tradição do pensamento econômico contemporâneo está assentada numa falácia economicista, que consiste na tendência a identificar a economia com sua forma de mercado. Para Polanyi, essa tradição intelectual tem origem no momento em que os fisiocratas franceses cunham o conceito de economia referindo-se à emergência da instituição do mercado, como mecanismo de oferta-procura-preço, e a descoberta da interdependência entre preços flutuantes. Com o tempo, esse mecanismo expande-se para outras esferas da vida social: trabalho e terra. É nesse momento que Smith é considerado o fundador da economia política, ao reconhecer a interdependência entre os diferentes tipos de preços num mercado competitivo (POLANYI, 2012).

Ainda que, de acordo com Polanyi, nem Adam Smith nem François Quesnay almejassem a construção de uma economia que transcendesse a esfera da sociedade, eles contribuíram significativamente para a construção da falácia economicista que reside na naturalização das relações de mercado como inerentes ao ser humano. Esse solipsismo econômico, como caracteriza Polanyi, deriva diretamente do Iluminismo político do século XIX, que evoluiu para o predomínio da racionalidade econômica sobre a política (POLANYI, 2012). Desse modo, ele considerou como característica do sistema econômico do século XIX a sua separação institucional do resto da sociedade:

> Numa economia de mercado, a produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulador de mercados, regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro. Esse arranjo institucional separa-se das instituições não econômicas da sociedade, como a organização do parentesco e os sistemas políticos e religiosos (POLANYI, 2012, p. 95).

Contudo, cético em relação a essa construção epistemológica, Polanyi conduziu uma análise histórica e antropológica através de estudos sobre comunidades primitivas, e concluiu que, em diversas épocas ou regiões, existiram sociedades que possuíram modos muito distintos de realização das atividades econômicas em comparação com o modelo de mercado vigente nos países ocidentais, o que vai de encontro a ideia de natureza individualista do homem.

> Opondo-se tanto a teoria neoclássica de indivíduos atomizados quanto às análises que concebem o indivíduo como inserido numa rede, Polanyi retorna ao conceito aristotélico do indivíduo na sociedade. Seu raciocínio, influenciado pela filosofia cristã está baseado na ideia de que cada ser humano é social por natureza. Entre pensadores contemporâneos, Charles Taylor nos ilumina mais sobre o indivíduo "socializado": é a natureza social de cada ser, sobretudo, sua natureza dialógica que governa sua vida e determina sua maneira de se relacionar aos outros e se identificar perante aos outros, assim como sua inserção em diversos grupos sociais (POLANYI, 1935; TAYLOR, 1989,1991) (...) a sociedade não existe entre os homens, nem sobre eles mas está neles [...] dessa forma, a sociedade enquanto realidade [...] é parte integrante da consciência de cada indivíduo ¨ (POLANYI-LEVITT; MENDELL, 1987, p 24, apud. MENDELL, 2006, tradução nossa)[9]

Polanyi debruçou-se sobre estudos de antropologia como os dos autores Franz Boas, Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald, e compreendeu a atividade econômica como

9 S'opposant à la fois à la théorie néoclassique de l'individu atomiste et aux analyses qui conçoivent l'individu comme enserré dans un réseau, Polanyi reprend le concept aristotélicien de l'individu sociétal. Son raisonnement, influencé par la philosophie chrétienne, repose sur l'idée que chaque être humain est social par essence. Chez les penseurs contemporains, c'est Charles Taylor qui nous éclaire le plus sur l'individu « sociétalisé » : c'est la nature sociale de chaque être, en fait, sa nature dialogique, qui gouverne sa vie et détermine sa manière de s'identifier par rapport aux autres et face aux autres, ainsi que son appartenance à divers groupes sociaux (POLANYI, 1935 ; TAYLOR, 1989,1991)(...) La société n'existe pas entre les hommes, ni par-dessus eux, mais elle est en eux [...] de telle sorte que la société en tant que réalité [...] fait partie intégrante de la conscience de chaque individu¨ (cf. POLANYI-LEVITT; MENDELL, 1987, p. 24, apud. MENDELL, 2006).

incorporada em formas sociais instituídas, de modo que o processo econômico só possa ser entendido no seu contexto social mais amplo. O interesse de Polanyi no campo da antropologia econômica está diretamente relacionado a desconstrução do conceito de *homo economicus*. Através da análise de sociedades tribais e arcaicas, Polanyi buscou mostrar a excepcionalidade da economia de mercado e suas instituições na história humana. Analisando outras sociedades, ele concluiu que, nem sempre, as instituições almejadas ou tidas como ideais eram aquelas que visavam a proteção do lucro e da propriedade privada de indivíduos.

Polanyi identificou como uma maneira possível de caracterizar empiricamente as sociedades a avaliação do lugar ocupado pelo processo econômico em relação às demais esferas da vida social. A classificação das economias estaria baseada em "tipos de integração", subjacentes a institucionalização de movimentos de bens e pessoas. As formas principais são denominadas reciprocidade, redistribuição e troca (POLANYI, 2012).

De modo resumido, a reciprocidade corresponde à movimentação de bens ou serviços entre indivíduos ou grupos simetricamente dispostos, que não visam lucros, mas relações de mutualidade. Essa forma é predominante nas sociedades tribais. A redistribuição, por sua vez, predomina nas sociedades arcaicas e requer a presença de um centro coordenador que centraliza os recursos e depois os redistribui entre os membros de uma comunidade. E, por fim, a troca é um movimento bidirecional orientado para a obtenção de lucro.

As formas de integração não representam estágios de desenvolvimento e, na realidade, uma forma de integração principal geralmente coexiste com outras subordinadas numa mesma sociedade. O mercado e o predomínio da troca não implicaram no desaparecimento das outras formas de integração, mas a coexistência entre elas e uma nova organização social, sobretudo no Ocidente a partir do século XIX. Nesse momento acelera-se a separação institucional da economia do restante da sociedade (POLANYI, 2012).

Em "Nossa Obsoleta Mentalidade de Mercado", Polanyi argumenta que o capitalismo liberal foi a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução Industrial, cujo sucesso deve-se a subordinação "quase entusiástica" do ser humano às necessidades das máquinas. Esse capitalismo liberal, para prosperar, necessitava que as demais esferas da vida social se subordinassem aos ditames de um mercado autorregulado. "Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado" (POLANYI, 2012, p. 212). Para que esse ideal de sociedade se concretizasse, as concepções de que os incentivos que movem a vida cotidiana são basicamente de origem material adquiriram o estatuto de axiomas.

No livro "A Grande Transformação", ao investigar as origens da sociedade de mercado, existente na Europa do século XIX, Polanyi proporciona um retorno aos séculos anteriores na Inglaterra, onde foram moldadas as leis e arcabouços institucionais que paulatinamente submeteram as esferas da vida social aos processos da economia de mercado. A partir dos cercamentos nos campos na Inglaterra do século XVI, do fim da Lei de *Speenhamland* e a decretação da Lei da Pobreza no século XIX, Polanyi demonstrou como o Direito, as leis e as instituições são transformadas em instrumentos de motivações prioritariamente econômicas, proporcionando os avanços do mercado autorregulado que alienaram os seres humanos de seus meios de subsistência e os transformaram em meras mercadorias a serem compradas e vendidas dentro do mercado pelas leis de oferta e demanda. (POLANYI, 2011).

O ingrediente secreto, que atua para que as engrenagens da economia de mercado possam mover-se livremente, consiste na transformação de certos elementos da sociedade em mercadorias: trabalho, terra e dinheiro passam a ser tratados como insumos tendo como finalidade a venda. Polanyi os chama de "mercadorias fictícias", uma vez que esses elementos não são mercadorias de verdade, pois não são produzidos. É exatamente nesse ponto que reside a crítica de Polanyi a respeito do caráter desumanizante da economia de mercado.[10]

> Desde seu desenvolvimento, o sistema de fábrica tinha sido organizado como parte de um processo de compra e venda; trabalho, terra e dinheiro deviam ser transformados em bens para manter a produção em andamento. Claro, eles não poderiam realmente se tornar mercadorias, como, aliás, não foram produzidos para venda no mercado. Mas a ficção de que se produziam para tal propósito converteu-se em princípio organizador social. Destaca-se um desses três elementos: a mão de obra é o termo técnico usado para os seres humanos, na medida em que não são empregadores, mas funcionários; se segue que a organização do trabalho transformaria conjuntamente a organização do sistema de mercado. Mas em virtude da organização do trabalho ser apenas uma palavra para designar as formas de vida das pessoas comuns, isso significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado pela mudança na organização da própria sociedade. A sociedade humana havia se tornado um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2011, p. 126, tradução nossa).[11]

10 Polanyi denomina *Moinho Satânico* o avanço do mercado autorregulado que submete as outras esferas da vida social aos seus interesses (POLANYI, 2011).

11 Dado que el desarrollo del sistema fabril se había organizado como parte de un proceso de compraventa, la mano de obra, la tierra e el dinero debían transformarse en mercancias para mantener en marcha la producción. Por supuesto, no podrían transformarse realmente en mercancias, ya que en efecto no se producían para su venta en el mercado. Pero la ficción de que sí se producían para tal propósito se convertió em el princípio organizador de la sociedad. Se destaca uno de esos tres elementos: la mano de obra es el término técnico usado para los seres humanos, en la medida em que no sean empleadores sino empleados; se siegue que la organización del trabajo cambiaría em adelante junto com la organización del sistema del mercado. Pero em virtud de que la organización de trabajo es sólo outra palabra para designar las formas de la vida de la gente común, esto significa que el desarrollo del sistema de mercado iría acompañado de um câmbio en la organización de la sociedad misma. La sociedad humana se había convertido en um accesorio del sistema económico (POLANYI, 2011 p. 126).

Conforme Polanyi notou o avanço da "desincrustação"[12] econômica, ele também observou forças atuantes no sentido oposto e argumentou que o desenvolvimento das sociedades de mercado do século XIX foi moldado por um duplo movimento. De um lado, está o movimento do *laissez-faire*, fundado na intenção de ampliar o alcance dos mercados autorregulados. Do outro, o movimento de autoproteção, iniciativas para isolar o tecido da vida social do impacto destrutivo das pressões do mercado que tentam expandir suas leis próprias através do aprofundamento da geração das mercadorias fictícias. As sociedades de mercado são produtos de ambos os movimentos; da expansão das leis de mercado e da autoproteção social. Porém, a existência de um mercado autorregulado e completamente desincrustado é uma ideia utópica, pois a sua existência acarreta a destruição do tecido social que este necessita para existir (BLOCK, 2011).

> Esta base fictícia da economia de mercado significou que o movimento de laissez-faire sempre operasse com certa desvantagem. Uma vez que seu objetivo político declarado - uma economia de mercado totalmente autorreguladora - é fundamentalmente impraticável e incoerente, há sempre um fosso substancial entre a ideologia e a realidade. Isso representa uma grande diferença entre Marx e Polanyi. Para o primeiro, a contradição central é que o capitalismo seria incapaz de desenvolver as forças produtivas e uma transformação socialista se tornaria inevitável. Para Polanyi, a contradição central da sociedade de mercado é que um sistema de mercados autorreguladores não pode ser um alicerce para a ordem social; A ação do Estado é necessária para produzir e manter a ordem econômica e social. (BLOCK, 2008, p.2, tradução nossa).[13]

Polanyi teve como mérito ter contestado os postulados liberais que tendiam a naturalizar a forma de mercado como o curso natural da evolução da racionalidade humana, ainda que isso significasse a desincrustação cada vez mais acentuada da economia, marginalizando assim, as motivações não econômicas da sociedade, a fim de priorizar mecanismos do mercado autorregulado. Atento aos grandes eventos de sua vida, Polanyi consolidou sua obra em distintos campos de conhecimento ao questionar a sociedade de livre mercado inaugurada no século XIX e todo o arcabouço ideológico e intelectual que lhe proporcionava sustentação.

> Descobrimo-nos embrutecidos pela herança de uma economia de mercado que nos legou ideias ultrassimplificadas sobre a função e o papel do sistema econômico na sociedade. Para que a crise seja superada, precisamos resgatar uma visão mais realista do mundo humano e moldar nossos objetivos comuns à luz desse reconhecimento¨ (POLANYI, 2012, p. 210).

12 Polanyi não usa esse termo na forma de criação de um conceito novo, mas refere-se a separação (ideológica ou prática) das atividades econômicas do restante das esferas sociais (POLANYI, 2012).

13 This fictitious foundation of the market economy meant that the movement for *laissez-faire* always operates at a certain disadvantage. Since its stated political goal–a fully self-regulating market economy–is fundamentally impractical and incoherent, there is always a substantial gap between the ideology and the reality. This represents a major difference between Marx and Polanyi. For the former, the core contradiction is that capitalism would prove unable to further develop the productive forces and a socialist transformation would become inevitable. For Polanyi, the core contradiction of market society is that a system of self-regulating markets cannot possibly be a foundation for social order; state action is required to produce and maintain economic and social order. (BLOCK, 2008, p.2).

Considerações Finais

O artigo procurou demonstrar, através da revisão teórica apresentada, algumas convergências encontradas nas ideias de Marx e Polanyi com relação a suas visões críticas acerca das construções epistemológicas do liberalismo econômico. Nas concepções filosóficas de Marx e nos estudos antropológicos de Polanyi, os dois almejaram desconstruir a ideia da natureza humana individualista. Ambos buscaram alertar para o fato de que as características das relações sociais existentes no modo de produção capitalista ou nas economias de mercado não são decorrentes de uma natureza humana universal, mas de condições historicamente específicas, de formações sociais particulares, ou de determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, como argumenta Marx.

Algumas contradições entre os autores são evidentes. Por exemplo, para Marx as condições materiais precedem outras esferas da vida, enquanto para Polanyi não existe necessariamente essa ordem. Contudo, os dois autores entenderam a especificidade histórica das relações sociais de mercado ou típicas do capitalismo, Marx através do materialismo histórico dialético e Polanyi por sua crítica em relação à falácia economicista, caracterizada pelo monopólio semântico do significado formal da economia. A atividade econômica, para os autores, consistiria num amplo espectro de possibilidades de relações além daquelas características das sociedades de mercado.

Eles possuíam visões distintas dos autores liberais com relação à natureza humana e buscaram desconstruir, aos seus modos, o conceito de *homo economicus*. Marx, em diversos trechos de sua obra, demonstra o entendimento do ser humano como um ser social, indissociável da natureza e de sua atividade vital, da qual o trabalho faz parte. Sua teorização sobre a alienação do trabalho deixa esse ponto evidenciado. Polanyi debruçou-se sobre estudos antropológicos e concluiu existir outras formas de integração predominantes em diversas sociedades, portanto, outras motivações, além da maximização dos lucros, seriam possíveis.

Ambos teorizaram sobre a desumanização da atividade econômica nas relações capitalistas e criticaram a epistemologia liberal por naturalizar esse processo. Marx o fez desvendando o segredo da geração de valor das mercadorias, no que ele denominou fetichismo das commodities, e da criação de riqueza nacional. Polanyi expôs a artificialidade das commodities fictícias e através da teorização do Duplo Movimento, em que buscou demonstrar como o avanço da desincrustação econômica acarretava efeitos nefastos na sociedade, que desencadeavam reações de resistência ou autoproteção social.

Apesar de existirem diferenças em relação às abordagens teóricas e metodológicas nos autores analisados, é possível concluir que seu legado para a Economia Política é indiscutível, pois as

teorizações e o posicionamento crítico de ambos persistem até o presente influenciando diversos autores que buscam desconstruir postulados da epistemologia econômica burguesa e desenvolver alternativas para os problemas desencadeados conforme prossegue a expansão do capitalismo.

Referências Blibliográficas

BLOCK, Fred. Polanyi's Double Movement and the Reconstruction of Critical Theory. *Revue Interventions économiques*. Quebéc, vol. 38, pp. 1-18, 2008.

_____. Introducción. In: POLANYI, K. *La Gran Transformación*: *Los origenes políticos y económicos de nuestro tempo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011, pp. 21-43.

LOCKE, John. *Second Treatise of Government*. Indianapolis e Cambridge Hackett Publishing Company, 1980.

MARX, Karl. *El Capital*: Critica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. *El Capital*: Critica de la Economia Politica. Havana: Instituto Nacional del Libro, 1962.

_____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Grundrisse*: Foundations of the critique of Economic Policy. Nova York: Penguin Books, 1993.

_____. Prologo De La Contribucion a La Critica de La Economia Politica. In: Marx y Engels: *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, [s.a], pp. 181-185.

_____. *Critique of the Gotha Programme.* Disponível em: < https://www.marxists.org/archive/marx/works/1875/gotha/ch01.htm>. Acesso em 03 de agosto, 2017.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. New York, Amherst, 1997.

MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi et Le Processus Institué de Démocratisation Économique. *Revue Interventions économiques.* Quebéc, vol. 33, pp. 1-17, 2006.

MILL, John. Stuart. *Princípios de Economia Política.* São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

POLANYI, Karl. *A subsistência do Homem e Ensaios Correlatos.* Organização de Kari Polanyi Levitt. Organização de Michele Cangiani. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. *La Gran Transformación*: *Los origenes políticos y económicos de nuestro tempo.* Prólogo de Joseph E. Stiglitz. Introdução de Fred Block. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

POLANYI-LEVITT, Kari. *Polanyi's Vision of a Socialist Transformation*:*Freedom of Action and Freedom of Thought*. Montreal: Université du Québec, 2017.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

ROBBINS, Lionel. *Naturaleza y Significación de la Ciencia Económica*. México, Fondo de Cultura Económico, 1944.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. *A Mão Invisível.* São Paulo: Penguin – Companhia das Letras, 2013.

Recebido em: *12 de junho de 2018*
Aceito em: *10 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

O impeachment como instituição casuística política e democrática (?): casos Andrew Johnson e Dilma Rousseff

Impeachment as a casual, political and democratic institution (?): cases Andrew Johnson and Dilma Rousseff

Felipe Cesar José Matos Rebêlo
Mestre e Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Pesquisador atuante nas áreas de Direito Constitucional, Direito Político/Eleitoral, Direito Econômico e Filosofia do Direito. Advogado e Professor Universitário.
E-mail: felipe.rebelo76@gmail.com

Resumo
O presente artigo tem como objetivo averiguar a instituição do impeachment como fomentador ou não de um regime democrático legítimo. Por legitimidade, é possível se entender aquele regime em que a participação popular na deliberação político-administrativa encontra um ponto ótimo de projeção, não se reservando apenas aos atores políticos essa função, como também à sociedade civil, espelho da democracia participativa que se pretende contemporânea. Nesse sentido, cumpre averiguar o papel que os partidos políticos nutrem perante o Estado democrático de direito, bem como o papel que os movimentos sociais podem preencher nessa sistemática, instrumentalizando-se a perquirição científica acerca de canais para esse fomento. O processo de impeachment, em casos pontuais como os de Andrew Johnson e Dilma Rousseff, será considerado, bem como sua essência e seu aparelhamento para a devida perpetração e legitimidade do regime democrático participativo, em consolidação perante o modelo representativo.
Palavras-chave: *Impeachment*. Movimentos Sociais. Partidos Políticos. Democracia Participativa

Abstract
The purpose of this article is to investigate the institution of impeachment as a promoter or not of a legitimate democratic regime. By legitimacy, it is possible to understand that regime in which popular participation in political-administrative deliberation finds an optimum point of projection, not only being reserved to political actors this function, but also to civil society, mirror of participatory democracy that intended contemporary. In this sense, it is necessary to investigate the role that political parties have in the democratic state of law, as well as the role that social movements can play in this system, instrumentalizing the scientific investigation of channels for this development. The process of impeachment, in specific cases such as those of Andrew Johnson and Dilma Rousseff, will be considered, as well as its essence and its apparatus for the proper perpetration and legitimacy of the participatory democratic regime, consolidating before the representative model.
Keywords: Impeachment. Social movements. Political parties. Participative Democracy.

Introdução

Quando se pensa acerca da estrutura e instrumentalização fornecida por um ordenamento jurídico, se pensa acerca de seu comprometimento com as demandas sociais, de forma a se elaborar uma simbiose construtiva. Inclusive, os mecanismos políticos previstos neste mesmo ordenamento devem encarnar essa assertiva.

A compreensão do liame elucidado move a pesquisa direcionada no presente artigo, que se volta a instituição do impeachment como um estudo direcionado aos seus elementos motivadores. A sociedade como agente importante a ser considerado em todo o processo passa pela análise, abordando-se na temática desenvolvida o papel do atendimento às demandas formuladas ao se instrumentalizar, ou seja, ao se tornar concreto, o aparato jurídico e político predisposto.

Referendou-se, para o presente estudo, os casos de Andrew Johnson e Dilma Rousseff, e não outros casos de impeachment, uma vez que se denotam ocasiões em que a decisão política mereceu muitas ponderações quanto ao seu processo de confecção, sendo relevantes como amostras da experiência brasileira e da experiência estrangeira. Ou seja, denotaram-se momentos em que a necessidade de atuação da sociedade no processo de impeachment é perquirida, de forma a se concretizar o próprio espírito constitucional e legal afeito ao caso concreto.

Em outros termos, irá se desenvolver o trabalho com o fulcro de averiguar se a sociedade específica alcançou ou não certo grau de transparência em suas demandas com as decisões políticas tomadas, enfocando-se o papel dos movimentos sociais e dos próprios partidos políticos, consolidando-se a estrutura jurídica e a própria democracia.

Por fim, cumpre esclarecer que para o alcance dos fins do trabalho em questão, diz-se que o método de abordagem adotado é o método hipotético-dedutivo, pois o trabalho intelectivo se baseia na apreciação da hipótese formulada, confrontando-se esta com o conhecimento existente, expresso pelas doutrinas nacional e internacional afeitas ao tema (principalmente a nacional), e, em caráter complementar, pelo relacionamento desse conhecimento com o caso prático sob análise, considerando-se, inclusive, dados institucionais para a consecução mais avançada da análise perpetrada.

De outra via, o método de procedimento adotado na pesquisa é o que se baseia pelo levantamento bibliográfico, expresso pelo método dissertativo-argumentativo, pois se pretende apresentar o tema com a devida profundidade, pautando-se pelas doutrinas nacional e internacional afeitas ao tema. Busca-se, com todo o proposto, a edificação do argumento sob apreciação em bases sólidas e cientificamente concatenadas.

1 Partidos políticos e movimentos sociais: construção da democracia

A democracia tem passado por um processo contínuo de evolução. Desde a estruturação de sua forma representativa, várias etapas têm sido alcançadas em seu processo evolutivo. A democracia participativa ou deliberativa, pode ser compreendida como seu momento atual. Aliás, a mesma pode ser compreendida da seguinte forma (LIMA JÚNIOR, 1997, p. 29):

> [...] fundamenta-se no ideal clássico do direito de todos ao desenvolvimento e propõe uma sociedade participativa em que haja preocupação com os problemas coletivos. A sociedade deve possibilitar o aperfeiçoamento do homem para que ele possa contribuir para o processo governamental. Prescreve-se a democratização da sociedade mediante a participação direta dos indivíduos na regulação das instituições sociais, sobretudo nos locais de trabalho e nas comunidades, e a democratização das instituições políticas, inclusive propondo um sistema institucional, digamos, aberto, para possibilitar o experimentalismo institucional.

Cabe enfocar, nesse ponto, que a estruturação democrática participativa já se antevia nos escritos de Thomas Jefferson, mais de dois séculos atrás, como forma de contemplação da democracia em coroação ao modelo democrático representativo, superadas suas vicissitudes naturais (JEFFERSON, 2011, p. 274-275):

> Todo governo degenera quando é confiado apenas aos governantes das pessoas. As próprias pessoas, portanto, são seus únicos depositários seguros. E para torná-los seguros, suas mentes devem ser melhoradas até certo ponto. Isso realmente não é tudo o que é necessário, embora seja essencialmente necessário. Uma emenda da nossa constituição deve vir a favor da educação pública. A influência sobre o governo deve ser compartilhada entre todas as pessoas. Se cada indivíduo que compõe sua massa participar da autoridade final, o governo estará seguro; porque a corrupção de toda a massa excederá os recursos privados da riqueza; e os públicos não podem ser fornecidos, mas por impostos sobre as pessoas.[1].

Com efeito, mormente no caso brasileiro, o período de redemocratização ensejou a retomada de práticas democráticas de forma mais abundante (COSTA, 1997), sendo que a própria Constituição de 1988 consagrou um modelo concernente à chamada democracia semidireta, prevendo instrumentos populares de participação como o plebiscito e o referendo[2].

[1] Tradução nossa. Texto original, em inglês: "Every government degenerates when trusted to the rulers of the people alone. The people themselves therefore are its only safe depositories. And to render even them safe their minds must be improved to a certain degree. This indeed is not all that is necessary, though it be essentially necessary. An amendment of our constitution must here come in aid of the public education. The influence over government must be shared among all the people. If every individual which composes their mass participates of the ultimate authority, the government will be safe; because the corrupting the whole mass will exceed any private resources of wealth: and public ones cannot be provided but by levies on the people".

[2] "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular".

Nesse contexto, a organização da sociedade civil passou a ser mais perceptível, com a estruturação mais concreta de organizações que atuam nos interesses de determinadas demandas sociais. O próprio Estado, nesse enfoque, é reconhecido no papel daquele ente que pode atuar de forma mais decisiva, ou seja, se sobeja sua participação em um caráter indutor e estimulador a maior participação, incrementando uma relação de parceria envolvendo a Administração Pública e os administrados.

Os partidos políticos não permaneceram inertes perante essa nova sistemática, realçando-se seu papel na arena democrática.

Em que pese um passado histórico de desconfiança em relação aos partidos políticos, não só no caso do Brasil[3], mantiveram-se com agentes envolventes na evolução das relações democráticas, sendo que a própria Constituição de 1988 consagrou uma normatividade específica para a sua regulamentação.

Diante de tais premissas, é possível se observar que a democracia percorreu um caminho até a estruturação de sua forma participativa, em que a sociedade civil encontrou um campo necessário para sua atuação, como forma de se aproximar ainda mais da Administração, com o fito de se obter a maior eficácia de políticas públicas e maior transparência dos atos governamentais.

As organizações não-governamentais, os sindicatos, dentre outras estruturas da sociedade civil, ganharam robustez no cenário desenhado, como a expressão de uma necessidade social de participar mais ativamente da coisa pública, não permitindo-se aos partidos políticos uma atuação isolada na arena público-democrática.

Nesse ambiente, se questiona sobre o papel que as greis partidárias ainda podem assumir no processo democrático elucidado.

No caso brasileiro, várias manifestações populares foram deflagradas a partir de 2013, com diversos vieses ideológicos (SCHERER-WARREN, 2014), questionando-se inúmeros pontos políticos da Administração Pública, requerendo-se, de forma precípua, mais transparência nas ações públicas e responsividade da classe política.

Sem se ignorar que o processo democrático participativo se revela algo comum no Ocidente, a exemplo dos Estados Unidos da América, em que as formas associativas sempre se revelaram um traço marcante da cidadania norte-americana, mormente no concernente ao interesse público (TOCQUEVILLE, 2014, p. 119-129), verificou-se na prática que a sociedade civil atuou de forma

[3] John Adams, no exemplo norte-americano, já reconhecia os partidos políticos como um mal, mesmo que necessário para a democracia.

incisiva, com manifestações em todos os sentidos, a exemplo do caso brasileiro no impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Os partidos políticos, pode-se compreender dessa forma, vieram "à galope" na esteira das manifestações populares, com os congressistas adotando posturas institucionais no bojo da realidade factual política imperante. Nesse caso, debate-se acerca da cumplicidade da postura político-partidária em relação às vozes das ruas. O momento pós-impeachment de Dilma Rousseff pode ser considerado um marco para análise, já que se observa o recrudescimento das manifestações populares no governo Michel Temer (mesmo que ainda persistam várias movimentações sociais nesse sentido), mesmo diante de reformas estatais estruturais de alta relevância e interesse público.

Portanto, é possível se ter em mente que o processo democrático contemporâneo contempla uma contribuição portentosa da sociedade civil, ainda carente de uma participação mais incisiva na Administração Pública (MUTZENBERG, 2011, p. 132), papel que poderia ser preenchido pelos Conselhos populares, caso os mesmos não assumissem, meramente, um caráter consultivo sem maiores proporções. Quer-se a deliberação mais às mãos dos cidadãos, e a democracia participativa lato sensu como estrutura que pode guiar a esse caminho (MEDEIROS, 2013).

Outrossim, os partidos políticos não podem restar negligenciados. Em que pese o caráter preconceituoso que é muitas vezes oponível a sua forma de atuação, os partidos políticos ainda podem conjurar elementos instrumentais catalisadores e decisivos para a formulação estatal, mesmo se tendo em pauta as pressões populares. A questão das manifestações populares em certo decréscimo pós-impeachment, no caso brasileiro, e a fomentação de políticas governamentais, muitas vezes, contrárias aos apelos sociais, ressuscitam o debate e compreensão acerca do papel político-partidário na democracia.

O estudo envolvendo esses liames passa pelo próximo item, em que o impeachment é estudado, considerando-se, como recorte, dois casos concretos que apresentam relação de influência no debate sobre o processo democrático. Trata-se dos casos Johnson e Rousseff, em que as manifestações sociais e as deliberações congressistas são analisadas com o fito de se auferir a eficiência da democracia como conceito de legitimação social e transparência decisional.

2 Andrew Johnson e Dilma Rousseff: partidos políticos e movimentos sociais

Os casos Andrew Johnson e Dilma Rousseff podem ser ressaltados no cerne do debate envolvendo o foco e a maneira de atuação dos movimentos sociais e dos partidos políticos, em um cenário democrático.

Com efeito, trata-se de casos de processos de impeachment em que as fundamentações político-sociais são usualmente suscitadas para se averiguar a devida respeitabilidade e identificação com o conjunto principiológico democrático.

O caso Andrew Johnson se revelou uma nuance específica do processo de impeachment, em que o mesmo não redundou totalmente em sua condenação. Em outros termos, diz-se que o processo redundou no reconhecimento de sua inocência, por um único voto de diferença, mas tornou ingovernável o resto do mandato do supracitado presidente, que não teve condições políticas para implementar o que entendia cabível como chefe do Executivo.

Andrew Johnson sucedeu Abraham Lincoln na presidência dos Estados Unidos da América, e sofreu o processo de impeachment em 1868, ou seja, três anos depois do fim da Guerra Civil.

O processo foi movido pela Câmara dos Representantes com base no art. 2º da Constituição dos Estados Unidos da América[4], por violar a lei do mandato de cargo, datada de 1867, que prescrevia que certos cargos ligados a chefia de gabinete do Executivo só poderiam ser removidos com a anuência do Senado. O estopim para isso foi a remoção de Edwin Stanton, Secretário de Guerra, para a colocação do general Lorenzo Thomas, sem a devida consulta ao órgão específico legislativo.

A partir desse momento, o processo acabou ganhando robustez, e Andrew Johnson consolidou uma situação de desgaste político que já imperava em seu governo. De fato, o Presidente dos Estados Unidos da América pertencia ao partido republicano, e já não gozava do mesmo prestígio com seus colegas partidários, uma vez que se negava constantemente a tomar medidas mais drásticas em relação ao sul do país, perdedor na Guerra Civil. Andrew Johnson não queria tomar e apoiar as medidas do Congresso que afetassem ainda mais, e de qualquer forma, o modo de produção e o modo de comportamento social do sul, aristocrata e com um processo de produção ainda distante dos graus de avanço alcançados pelo norte.

Os radicais do partido republicano, todavia, não enxergavam dessa forma, e viam como uma necessidade urgente a sujeição mais abrupta do sul aos mandamentos que a União entenderia como cabíveis, tanto em termos econômicos como sociais. A resistência de Johnson redundou no processo de impeachment, que não resultou na sua completa condenação devido a um voto, já que se requeria 36 votos para a condenação no Senado (dois terços dos senadores), sendo o número alcançado de 35 insuficiente para tanto.

Mesmo que formalmente absolvido, Andrew Johnson permaneceu no cargo de Presidente também de forma formal, uma vez que perdeu totalmente o apoio das Casas Legislativas. Outrossim,

[4] "Article II. Section 4. The President, Vice President and all civil officers of the United States, shall be removed from office on impeachment for, and conviction of, treason, bribery, or other high crimes and misdemeanors".

um traço marcante em todo esse processo é que os cidadãos norte-americanos permaneceram alheios a tudo que se transcorria. Apenas os partidos políticos se mobilizavam em torno da questão, movidos pela disputa ainda existente entre norte e sul pelo controle político e econômico da nação, rixa que havia sido rechaçada pelo ex-presidente Abraham Lincoln como condição para a reconstrução do país. Infelizmente, o período de Reconstrução não seguiu inicialmente essa diretriz, e Johnson acabou sendo expurgado do cargo com a eleição de Ulysses S. Grant para a presidência, seu desafeto, ao término de seu mandato presidencial.

A cidadania norte-americana, sempre motivada aos interesses políticos e do bem público, viu seu Presidente cair sem maior alarde. É como se reconhecesse que a normatividade existente, e base do processo de impeachment, fosse motivo o bastante, ou até pode se pensar, mesmo, em um caso de afetação psicológica, depois de anos de guerra civil e sofrimentos no âmbito doméstico, se tornado a civilidade mais tolerante aos atos governamentais como uma forma de apoiar, de certa forma, o processo de Reconstrução em moldes mais pacíficos, e sem turbulências políticas.

Deve-se dizer, nesse ponto, a posição da cidadania norte-americana permaneceu *sui generis* diante dos fatos perpetrados, destacando-se o lobby político e as articulações (direcionadas politicamente) dessa matiz com destaque (ROSS, 1896, p. 134):

> O partido dominante do país foi despertado e ativo para a deposição do Presidente. Reuniões públicas foram realizadas em todo o Norte e as resoluções adotadas e encaminhadas aos senadores exigindo que o Sr. Johnson seja prontamente expulso do cargo pelo Senado - e tornou-se evidente, antes da votação, essa expulsão absoluta, rápida e ignominiosa do escritório aguardava algum senador republicano que deveria se atrever a desconsiderar essa demanda.
>
> Sob estas condições, foi natural que durante o julgamento e, especialmente quando o próximo se aproximasse, as ruas de Washington e os lobbies do Capitólio se aglomerassem dia a dia com espectadores interessados de cada seção da União, ou que os senadores fossem sitiados dia e noite, por parte dos constituintes interessados, por alguma palavra de encorajamento de que uma mudança estava por vir do processo desse dia, e com ameaças de vingança popular contra o fracasso de qualquer senador republicano em relação à demanda [5].

[5] Tradução nossa. Texto original, em inglês: "The dominant party of the country was aroused and active for the deposition of the President. Public meetings were held throughout the North and resolutions adopted and forwarded to Senators demanding that Mr. Johnson be promptly expelled from office by the Senate – and it had become apparent, long before the taking of the vote, that absolute, swift, and ignominious expulsion from office awaited very Republican Senator who should dare to disregard that demand.
Under these conditions it was but natural that during the trial, and especially as the close approached, the streets of Washington and the lobbies of the Capitol were thronged from day to day with interested spectators from every section of the Union, or that Senators were beleaguered day and night, by interested constituents, for some word of encouragement that a change was about to come of that day's proceeding, and with threats of popular vengeance upon the failure of any Republican Senator to second that demand".

O caso brasileiro, especificamente falando, referente a Dilma Rousseff, assumiu facetas diferenciadas. A Presidente do Brasil foi efetivamente afastada de seu cargo, ou seja, o processo de impeachment movido no Congresso brasileiro redundou no reconhecimento de sua condenação, com base em alegações de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como de normas de controle orçamentário previstos na Constituição Federal de 1988, dentre a prática de outros crimes.

No exemplo brasileiro, da mesma forma que o exemplo norte-americano, se avistava a perda da governabilidade pela Presidente em relação ao Congresso Nacional, com medidas tomadas pelo Executivo em desconforto às benesses usualmente vivenciadas pelos senadores e deputados federais. Nesse sentido, a atuação político-partidária se revelou contundente para o estreitamento positivo do processo de impeachment, aliando-se a isso várias manifestações de movimentos sociais em apoio ao controle da responsabilidade presidencial.

Aqui se nota outra característica peculiar do caso brasileiro, uma vez que se observou uma aderência de movimentos sociais ao processo de impeachment, como o Movimento Brasil Livre (MBL), em confluência às ações político-partidárias, em que pese nem todos os movimentos sociais terem sido ouvidos e participado nesse processo, tais quais os aderentes à defesa da inocência da Presidente. Como exemplos destes últimos, é possível a citação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Frente Nacional de Luta (FNL), movimentos ligados à aplicabilidade dos direitos sociais. Mas, mesmo assim, distingue-se do caso norte-americano, aonde apenas os partidos políticos restaram imperiosos. Talvez a democracia representativa em um cenário de Reconstrução, ansiosa pela paz, tenha justificado essa realidade.

A democracia participativa, portanto, assumiu uma feição parcial no caso brasileiro, já que os movimentos sociais se destacaram no processo de impeachment de Dilma Rousseff, mas não em uma integralidade ligada às nuances constitutivas da sociedade como um todo, já que muitos movimentos se defrontaram contra a decisão tomada, e aclamaram pelo estabelecimento de um Golpe parlamentar no Brasil (BRAZ, 2017). De certa forma, reflexos da eleição de 2014 ainda podem ser compreendidos no cenário político e social brasileiro, em que Dilma Rousseff e Aécio Neves, candidato derrotado à presidência, praticamente foram separados por uma margem mínima de votos, e geograficamente dividida no espaço territorial brasileiro[6].

Portanto, com base nos dados fornecidos, é possível se visualizar que os partidos políticos e os movimentos sociais podem sim assumir feições destacáveis em processo políticos de alto relevo, como foi o caso dos processos de impeachment relatados. De outro modo, a intensidade de ação pode ser diferenciada, bem como o aspecto qualitativo e incisivo da ação. Nos exemplos dados, os partidos

[6] Dilma Rousseff teve 51,64% dos votos válidos, contra 48,36% de Aécio Neves.

políticos, as bancadas congressistas, acabaram demonstrando um poder importante de delimitação do rumo a ser tomado. Os movimentos sociais podem influenciar as agitações parlamentares, mas, deve-se ponderar, no âmbito de uma democracia participativa, sua força de atuação necessita ser mais incisiva e permanente sobre o corpo da Administração Pública, em um protagonismo mais consolidado (GOHN, 2011, p. 355-356), questão que não ocorreu no seio da experiência norte-americana relatada e acontecera parcialmente no exemplo brasileiro, uma vez que nem todos os movimentos sociais substantivos aderiram ao procedimento e às medidas políticas tomadas, partindo-se do pressuposto que a democracia não pode se instaurar como uma espécie de ditadura da maioria, ou maioria relativa, sobre os demais membros da sociedade. Thomas Jefferson já reconhecia esse pressuposto (WILTSE, 1960, p. 84-85):

> É um remédio forte, e a república, acima de todos os outros governos, deve ocupar um lugar, e um lugar de honra, reservado ao dissidente. A maioria pode estar errada. Então Jefferson acrescenta a qualificação "que, embora a vontade da maioria em todos os casos deva prevalecer, para ser legítimo, deve ser razoável; a minoria possui seus direitos iguais, que leis iguais devem proteger e cuja violação representaria opressão"[7].

Assim sendo, a forma democrática passa por uma análise acerca de sua concretude e legitimidade, em um molde participativo, sob o viés analisado. Talvez as instituições precisem passar por uma reanálise para que se almeje a concreção participativa e legítima no processo político e administrativo decisório. Esse ponto receberá abordagem no item subsequente.

3 O impeachment em resguardo à sociedade (?)

O impeachment é retratado pelo ordenamento jurídico brasileiro como um instituto capaz de preservar da probidade público-administrativa, voltando-se precipuamente a membros do Executivo e, inclusive, ministros do Supremo Tribunal Federal, por má conduta ou práticas criminosas que impliquem responsabilidade diante das suas funções institucionais.

A Constituição Federal brasileira assim define o processo de impeachment, para a apuração de crime de responsabilidade do Presidente da República:

> Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
>
> I - a existência da União;

[7] Tradução nossa. Texto original, em inglês: "It is strong medicine, and the republic above all other governments must take a place, and an honored place, for the dissenter. The majority may be wrong. So Jefferson adds the qualification "that though the will of the majority is in all cases to prevail, that will, to be rightful, must be reasonable; that the minority possess their equal rights, which equal laws must protect, and to violate which would be oppression"".

> II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
>
> III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
>
> IV - a segurança interna do País;
>
> V - a probidade na administração;
>
> VI - a lei orçamentária;
>
> VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
>
> Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.
>
> Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
>
> § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:
>
> I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;
>
> II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
>
> § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
>
> § 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
>
> § 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Coloca-se como um de seus objetivos manifestos a preservação da dignidade e transparência da Administração Pública, em relação de interligação com o interesse público. "[...] a finalidade principal do impeachment é impedir a permanência no poder daquele que desmereceu a confiança popular" (RICCITELLI, 2006, p. 04).

Não obstante essa concepção básica de impeachment, que é o que interessa de acordo com os fins do presente trabalho, cumpre averiguar se esse processo atende ao interesse público como hoje se constrói, na perspectiva de uma cidadania erigida no bojo de uma democracia participativa.

Como se pode notar nos casos trabalhados, Andrew Johnson e Dilma Rousseff, a participação popular mais profícua pode se configurar uma realidade apenas em um cenário externo, no momento e delimitação da pressão sobre o Congresso para a adoção de certas medidas. Tendo-se como parâmetro que a democracia participativa pressupõe um grau de participação mais incisivo na Administração, inclusive no tocante ao processo deliberativo, é permissivo se questionar se realmente o processo citado, nos moldes relatados, assume uma feição condizente ao desejado.

No caso norte-americano vislumbra-se quase que sumariamente a participação mínima da sociedade no processo de impeachment de seu Presidente, enquanto que no caso brasileiro a

participação permaneceu fora da arena do Congresso, cabendo ao Senado brasileiro apreciar as acusações oferecidas em votação aberta.

Em que pese a consagração de um modelo democrático representativo, se descortina na própria essência democrática a consagração de uma oportunidade de participação às minorias. Não se revela um modelo puramente de participação reservado à maioria, como o próprio Thomas Jefferson exprimiu, e sim um modelo que deve consagrar a devida proteção e perpetuação dos interesses dos demais integrantes da sociedade, em seu potencial de participação, como forma de manutenção do próprio espírito republicano.

Nos casos citados, independentemente da estruturação de um juízo de valor acerca do conjunto probatório apresentado, a sociedade não participou de forma mais incisiva das discussões perpetradas no órgão congressual acerca da legitimidade do processo movido contra o Presidente da República. Coube à parcela dos membros do órgão representativo apreciar o ponto sob análise.

A sociedade civil vem assumindo um caráter de protagonista no cenário político-democrático atual (OLIVEIRA, 1999, p. 32). No exemplo dado e pertencente ao século XIX, a democracia representativa ainda dominava o cenário global, no plano democrático, mesmo permanecendo ainda aquém a participação popular com base na estrutura cultural e institucional da época. O caso mencionado e pertencente ao século XXI se remonta a um modelo diverso, aonde a democracia não pode encontrar sustentabilidade e legitimidade, inclusive casuística, se o cidadão não for incorporado a arena política de participação e decisão, através de instrumentalização das diversas esferas. David Held (2006, p. 280) se pronuncia nesse sentido:

> Se os indivíduos devem ser livres e iguais na determinação das condições de sua própria existência, deve haver uma multiplicidade de esferas sociais - por exemplo, setores de empresas socialmente regulamentadas, comunidades independentes de mídia e centros de saúde - que permitam aos membros controlar os recursos à sua disposição sem interferência direta do estado, agências políticas ou outros terceiros[8].

Verifica-se no momento oportuno um policentrismo do poder, onde não apenas o Estado delimita a ação política, na concepção clássica de democracia representativa. Como decantado, a sociedade civil clama seu espaço de forma veemente como corolário de uma democracia participativa demandada e contextualizada aos tempos vigentes, persistindo, ainda, outros atores, como sindicatos

[8] Tradução nossa. Texto original, em inglês: "If individuals are to be free and equal in the determination of the conditions of their own existence, there must be a multiplicity of social spheres – for example, sectors of socially regulated enterprises, independent communities media and health centres – which allow their members control of the resources at their disposal without direct interference from the state, political agencies or other third parties".

e os próprios partidos políticos. No entanto, o liame participativo se assevera persistente caso se note a participação popular em acréscimo e de forma realmente incisiva no processo político.

Murilo Gaspardo (2016, p. 74) bem ilustra essa realidade:

> Entendemos por policentrismo do poder o contexto político em que o Estado nacional continua a ser um ator fundamental, mas deixa de ser o único centro político-decisório, pois a decisão última não pertence mais a ele, passa a ser condicionada e compartilhada com outros atores internacionais, regionais e locais. Desta maneira, como o poder se encontra desconcentrado, descentralizado e fragmentado entre vários atores, as decisões se dão a partir da formação de redes globais que escapam ao controle estatal. Ou seja: o Estado não detém a exclusividade da tomada e concretização das decisões que afetam à coletividade.

Com efeito, os partidos políticos se compreendem como atores na estrutura democrática, mormente na participativa, mas não podem ser concebidos como os atores únicos e decisivos nas construções deliberativas da Administração Pública, recebendo, inclusive, muitas críticas quanto a sua real eficiência em favor do jogo democrático (GONDIM, 2016, p. 05-13).

A formação de Conselhos participativos, no âmbito da Administração Pública, nos últimos anos, se revela um exemplo da sensibilidade e porosidade que a própria Administração pode e deve assumir perante o interesse público (SANTOS; SZWAKO, 2016, p. 117). Os partidos políticos não podem ser compreendidos como os atores singulares na arena política, cabendo aos próprios movimentos sociais a permissão para uma maior atividade pública.

No caso Dilma Rousseff, os movimentos sociais participaram de forma notável no processo engendrado, tanto os que se colocavam a favor da condenação, como aqueles que se colocavam contra. A questão que permaneceu latente em todo o processo foi a oportunidade para a efetividade de todo o processo de manifestação popular diante da estrutura estatal e partidária, uma vez que o processo formal de impeachment não contemplou essas divergências, se atendo, unicamente, a ação dos parlamentares eleitos pela população.

Na perspectiva participativa, essa sistemática pode se revelar pobre e alheia aos interesses populares, que necessitam ser contemplados o máximo possível, ainda mais em uma decisão de suma importância, como a destituição ou não de um Presidente da República.

A estruturação de canais que permitam a participação mais próxima do cidadão desse tipo de ação político-administrativa, não pode passar desapercebida da discussão, sob pena de nem todas as vozes da sociedade serem contempladas em seu direito de expor seu ponto de vista sobre questões de interesse nacional. A democracia participativa implica a oferta de oportunidade de participar de forma potencialmente decisiva no processo deliberativo político, fato que a atual estrutura jurídico-institucional do processo de impeachment não contempla, reservando a decisão à Câmara Alta.

No caso norte-americano tem-se um exemplo de processo de impeachment típico da democracia representativa, e de desalento pela indiferença em relação aos fatos concatenados e apreciação da conduta do presidente Johnson pelo Senado. No caso brasileiro, se está diante de um modelo participativo, cujo ideal originário é consagrado na própria Constituição Federal, semidireta com a consagração de institutos como plebiscito e referendo. Não obstante, o processo de impeachment engendrado se refere como restrito aos órgãos representativos, não sendo apreciada a consulta popular de forma mais próxima, ainda mais se tendo em mente a divisão social desenhada em torno do mérito da culpabilidade da Presidente Dilma Rousseff, expresso por grandes movimentos sociais de apoio à sua manutenção no cargo. Nesse ponto, deve-se dizer, é que redunda o questionamento, sobre a legitimidade democrática de uma decisão no tocante à transparência e intersecção com as vozes da sociedade, a favor ou contra do ponto levantado, e acerca dos canais institucionais para a consecução do processo democrático almejado.

Considerações Finais

Como observado no presente trabalho, o instituto do impeachment tem sido reservado para a prática de condutas criminosas, especificamente falando, prática de crimes de responsabilidade, por parte de delimitados agentes públicos, com destaque para os presidentes da República.

Dois casos foram postos sob análise, e referentes aos Presidentes Andrew Johnson e Dilma Rousseff, em que se pontuam a participação dos movimentos sociais e dos partidos políticos no histórico de ambos os incidentes.

Considerando-se a própria natureza do regime democrático, bem como as tendências contemporâneas da sociedade, com expressão em movimentos sociais de grande monta que aumentaram seu foco de incidência a partir de 2013, estrutura-se o pensamento de que a democracia participativa ganha robustez como cerne de análise, aprimorando os próprios preceitos constitucionais citados, de fomento de uma democracia semidireta.

Diante desses fatos, concatena-se o pensamento de que o modelo de impeachment, para a apuração das devidas responsabilidades governamentais, deve passar com maior proximidade pela participação da sociedade civil, uma vez que canais de instrumentalização devem ser formalizados para facilitar essa participação, em um contexto do policentrismo de poder como grau de legitimação de um regime democrático.

Tendo-se os casos Johnson e Rousseff como paradigmas, é possível se vislumbrar que a afetação negativa do relacionamento envolvendo ambos e as respectivas Casas Legislativas, o que resultou em um processo irreversível e prejudicial aos chefes do Executivo. A participação popular pode ter

encontrado um momento de destaque na fulguração política, mas a relação institucional alcançou estágios determinantes nos processos de impeachment. Nesse ponto, ambos se assemelham, ao mesmo tempo que ensejam a maior participação social nesse processo decisório, tão importante para os rumos de um país, ainda mais depois que se efetivou um processo eleitoral democrático de representantes, por voto popular. A sua remoção via deliberação parlamentar enseja mais aprofundamentos nesse quesito.

Resgatando os ensinamentos de Thomas Jefferson, a democracia não deve preservar somente a maioria, como também a minoria, como uma forma de concreção social. Ainda mais no caso brasileiro, em que se verificou, mormente a partir meados de 2014, com a última eleição presidencial, as preferências internas restaram bem divididas, cabendo ao próprio aparato jurídico-institucional aproximar de forma mais transparente o processo político-deliberativo dos cidadãos. Os movimentos sociais subjacentes, imperantes desde 2013, se reconhecem como carros-chefe da democracia participativa instaurada.

O exemplo norte-americano denotou omissão social, ainda sob a égide de um modelo representativo, enquanto o exemplo brasileiro se encheu de atuação partidária no direcionamento do deslinde político, não se considerando, da devida forma, a pujança dos movimentos sociais, e da própria sociedade civil como um todo, na estruturação mais adequada da decisão política e administrativa.

É possível se vislumbrar, portanto, para o caso concreto a necessidade de uma reestruturação específica do instituto do impeachment, bem como, cabe dizer, do restante do processo político administrativo, para permanecer menos restrito, em seu processo decisório, aos parlamentares eleitos no foco de uma democracia representativa, e mais próximo a ação popular, como participação e relevância de propulsão para o estabelecimento de uma decisão. Queira-se ou não, portanto, reformas de tonalidade administrativa e política se fazem ponderadas diante dos questionamentos levantados às instituições e ao processo decisório da Administração Pública, mormente em casos como os decantados, de impeachment que assolaram as comunidades norte-americana e brasileira no tocante à sua própria legitimidade estrutural.

Especificamente para o caso brasileiro, é de se pensar em uma reforma política que contemple o elucidado, procurando aproximar ainda mais os cidadãos de processos deliberativos dessa magnitude, como é o caso do processo político de impeachment.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14.06.2017.

BRAZ, Marcelo. *O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.* Revista Serviço Soc., São Paulo, s/v, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

COSTA, Sérgio. *Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 121-134, out. 1997.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição (1787). *The Constitution of The United States of America*. Bedford, Massachusetts: Applewood Books, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na contemporaneidade.* Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio./ago. 2011.

GONDIM, Linda M. P.. *Movimentos Sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das jornadas de junho de 2013.* Polis – Revista Latinoamericana, Santiago, v. 44, s/n., p. 01-20, abr. 2016.

HELD, David. *Models of Democracy*. 3º ed. Stanford: Stanford University Press, 2006.

JEFFERSON, Thomas. *Notes on the State of Virginia*. In: PETERSON, Merril D. (Org.). Thomas Jefferson Writings. New York: The Library of America, 2011.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Instituições Políticas Democráticas: o segredo da legitimidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MEDEIROS, Alexsandro Melo. *Os mecanismos de participação da sociedade no Congresso Nacional através da Internet*. Revista Eletrônica Mutações, Manaus, v. 4, 2013. Disponível em: http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/about. Acesso em: 15.06.2016.

MUTZENBERG, Remo. *Movimentos Sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos.* SINAIS – Revista eletrônica Ciências Sociais, Vitória, v. 1, n. 9, p. 127-143, jun. 2011.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: Instituto Rio Branco, 1999.

RICCITELLI, Antonio. *Impeachment à brasileira: instrumento de controle parlamentar?* Barueri: Manole, 2006.

ROSS, Edmund G.. *History of the impeachment of Andrew Johnson President of the United States by the House of Representatives and his trial by the Senate for high crimes and misdemeanors in office*. New York: Burt Franklin, 1896.

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. *Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil.* Saúde em debate, Rio de Janeiro, v. 40, s/n., p. 114-121, dez. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política*. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio./ago. 2014.

WILTSE, Charles M.. *The jeffersonian tradition in american democracy*. New York: Hill and Wang, Inc., 1960.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes*. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. v. 1.

Recebido em: *09 de agosto de 2017*
Aceito em: *07 de novembro de 2018*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

Reconfigurações do capitalismo e do trabalho: novas formas de dominação em contexto de trabalho imaterial

Reconfigurations of capitalism and labor: new forms of domination in the context of immaterial labor

Pedro Dionizio de Mello
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: p.mello07@gmail.com

Rafael Ferrari da Silva
Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autor principal.
E-mail: rafael.ferrari4@gmail.com

Resumo
O saber e a subjetividade dos trabalhadores têm-se tornado parte significativa da esfera produtiva, fazendo com que competências humanas como comunicação, organização, cooperação e capacidade de resolver problemas sejam incorporadas às atividades laborais. Para acompanhar esse processo, apoiamo-nos em quatro teóricos: Camargo (2011), Gorz (2003) e Negri & Lazzarato (2001). Assim, a demanda do capitalismo por um novo ideal de trabalhador será interpretada sob o ponto de vista de novas formas de dominação, mais complexas e que requerem um olhar para além do espaço e tempo tradicionais de trabalho. Como as competências humanas são requisitos para o desenvolvimento de atividades laborais mais complexas típicas da nova economia, e sabendo que esses aspectos são adquiridos no cotidiano, os espaços e tempos de lazer acabam ganhando bastante interesse. O tempo além do trabalho acaba tornando-se um novo sustentáculo de dominação, expandindo-a para além do expediente por meio de uma subjetividade que estará envolvida no trabalho. Como objetivo geral, buscamos observar como essas metamorfoses impactam na vida dos trabalhadores a partir de novas formas de dominação, contextualizada no caso de empreendedores e trabalhadores na área da economia do conhecimento. Quanto ao método, a pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas, levando em conta a subjetividade de cada um para entender o contexto inserido. Nesse sentido, a questão da dominação instiga a pensar como novas formas de dominação associadas ao capital se apropriam da vida em sua totalidade, tendo como uma hipótese inicial uma maior dificuldade de separação de espaços e tempos de trabalho e não trabalho.
Palavras-chave: Trabalho Imaterial. Dominação. Tempos e espaços de não trabalho. Reestruturação produtiva; Subjetividades.

Abstract
Workers' knowledge and subjectivity have become a significant part of the productive sphere, making human skills such as communication, organization, cooperation, and problem-solving skills incorporated into work activities. To accompany this process, we rely on four theorists: Camargo (2011), Gorz (2003) and Negri & Lazzarato (2001). Thus, capitalism's demand for a new worker ideal will be interpreted from the standpoint of new, more complex forms of domination that require a look beyond the traditional space and time of labor. As human skills are requirements for the development of more complex labor activities typical of the new economy, and knowing that these aspects are acquired in everyday life, the spaces and times of recreation end up gaining a lot of

interest. Time beyond work ends up becoming a new mainstay of domination, expanding it beyond the ordinary through a subjectivity that will be involved in the work. As a general objective, we seek to observe how these metamorphoses impact the life of the workers from new forms of domination, contextualized in the case of entrepreneurs and workers in the area of the knowledge economy. As for the method, the research carried out semi-structured interviews, taking into account the subjectivity of each one to understand the inserted context. In this sense, the question of domination instigates to think how new forms of domination associated with capital take over life in its totality, having as an initial hypothesis a greater difficulty of separability of spaces and times of work and not work.
Keywords: Intangible Work. Domination. Times and spaces do not work. Productive restructuring; Subjectivities.

Introdução

O trabalho imaterial é um fenômeno ainda recente e pouco estudado, principalmente no contexto brasileiro. Mesmo assim, os autores que se propõem a analisar as metamorfoses do capitalismo e do trabalho realizam um trabalho qualificado, baseando-se em teóricos e contextos passados para apontar as novas formas de dominação e resistência na contemporaneidade. Para interpretar esse processo contextualizado em um contexto empírico, apoiamo-nos em quatro teóricos do imaterial, sendo um brasileiro: Sílvio Camargo (2011), André Gorz (2003) e Negri & Lazzarato (2001).

Na primeira parte, fazemos uma análise contextual do trabalho imaterial, apontando o início de um debate sobre as transformações do sistema capitalista que culminaram no desenvolvimento e aprofundamento de teses acerca deste "novo cenário". Assim, através de uma breve revisão de literatura, chamamos a atenção para algumas transformações ocorridas no capitalismo mundial nos últimos trinta anos que criaram as condições para a expansão das atividades econômicas imateriais.

Em seguida, buscamos definir o trabalho imaterial, apontando os principais conceitos que os teóricos usam para caracterizá-lo. A definição de trabalho imaterial não é algo simples e frequentemente há confusões em torno do conceito, como diz Camargo[1]. As características principais vão dizer respeito às qualidades subjetivas, como comunicação, cooperação e saberes.

Já na terceira parte está, talvez, a fração mais importante do artigo: novas formas de dominação. As análises dos autores em relação ao trabalho imaterial objetivam, principalmente, enxergar formas de dominação que antes não existiam, ou que se complexificaram. Dessa forma, ver-se-á que o trabalho imaterial requer uma análise em conjunto com a esfera cultural, analisando as

[1] Para ver mais, acessar a entrevista concedida à Unisinos sobre Trabalho Imaterial: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/507815-trabalhoimaterialeapropriacaodasubjetividade-humana-entrevistaespeicalcomsilviocamargo>.

extensões do capital para outras esferas da vida de não trabalho. Capital humano será um conceito bastante importante para compreender as novas formas de dominação, pois a partir dele são geradas justificativas que orientam uma série de investimentos prévios na força de trabalho por parte, principalmente, dos próprios trabalhadores.

Por fim, apresentamos a descrição e análise dos resultados da pesquisa de campo. Tendo como base o conceito de "trabalho imaterial", investigamos quatro categorias de análise: "Saberes", "Empreendedorismo", "Flexibilidade de tempo e espaço" e "Estratégias de uso de tempo e espaço de não trabalho". Dessa forma, o objetivo central tratado neste artigo consiste em identificar e analisar as novas formas de dominação ligadas, principalmente, ao tempo de não trabalho, conectando-o à lógica racional econômica constante da vida, presente neste cenário emergente do trabalho imaterial. Busca também identificar as formas de resistência mobilizadas pelos trabalhadores diante de um contexto de novas formas de dominação.

A discussão é orientada com base na experiência de cinco profissionais autônomos do setor de serviços (comércio varejista de móveis planejados, assessoria jurídica e tradução) na cidade de Porto Alegre. A cidade pode ser considerada uma referência no quesito de criatividade e conhecimento, uma vez que abriga, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC)[2], a melhor universidade federal do país, além de dispor de importantes parques tecnológicos. Embora as atividades econômicas analisadas guardem diferenças entre si, todas têm em comum um intensivo nível de conhecimento imbuído em suas operações laborais, elemento típico do trabalho imaterial.

Serviços típicos do trabalho imaterial, como jogos eletrônicos, publicidade online e vídeos sob demanda, despontam entre os segmentos que mais crescem no Brasil. Em 2015, o setor baseado em cultura, por exemplo, movimentou R$ 155 bilhões no Brasil, empregando 850 mil profissionais. Até 2021, a perspectiva de crescimento é de 4, 2% (ESTADÃO, 2018). O papel crescente de atividades como publicidade, literatura, música popular, rádio, cinema e televisão na vida social é reforçado pela consolidação econômica atual do setor baseado em conhecimento e cultura, que aporta ao PIB dos países ocidentais mais do que a indústria de bebidas, alimentos e construção (YUDICE, 2002). Esses dados indicam que o trabalho imaterial constitui, hoje, uma força produtiva relevante no mundo do trabalho, merecendo estudos que investiguem novas formas de dominação e resistência geradas nesse campo social.

Capitalismo em transição: as condições de emergência do trabalho imaterial

[2] Ver mais em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-permanece-como-a-melhor-universidade-federal-no-indice-geral-de-cursos

A esfera do trabalho tem passado por diversas mudanças nas últimas décadas, tornando sua própria natureza mais complexa e transformando também o perfil dos trabalhadores. Um novo estágio do capitalismo mundial, segundo Camargo (2011), iniciou em meados da década de 1970, na chamada "reestruturação produtiva". [3]

Até o final de 1970, o padrão de desenvolvimento econômico capitalista estava centrado, em grande medida, nas inovações ocorridas nos setores de química, eletricidade, fundição do aço e também nos métodos de organização do trabalho baseados no taylorismo. Era também o período do Estado de bem-estar social nos países capitalistas europeus centrais (que perdurou de 1945 até 1973), bem como do crescimento explosivo das indústrias de produção em massa encabeçadas por grandes empresas geradoras de bens de consumo duráveis e padronizados.

No entanto, a partir do final da década de 1970, o Estado social e o seu padrão de desenvolvimento econômico começam a entrar em crise. Na análise de Dos Anjos e Farah Jr. (2002), uma queda vertiginosa de demanda associada a um elevado índice de desemprego resultaram em um aumento da capacidade ociosa das empresas, em níveis maiores de estoque e do índice de preços de produtos. No setor energético, ocorre a crise do petróleo em 1973; já no plano demográfico, o aumento da expectativa de vida incide nos custos da previdência social. Assim, na década de 1980, chefes de Estado alegam não ser mais possível mais sustentar o chamado Estado previdência.

O primeiro país a abandonar tal modelo de desenvolvimento foi a Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, reformando amplamente a esfera do trabalho com base na sua desregulamentação e flexibilização. Já no final dos anos 1980, verifica-se um novo fenômeno ainda em curso que pode ser descrito como uma terceira Revolução Industrial, ou, nas palavras de Manuel Castells (1999), uma "revolução das tecnologias da informação". E é justamente através da emergência das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) que o padrão de desenvolvimento econômico e organizacional passa a ser reestruturado. O sistema econômico continua capitalista, mas seu motor agora está centrado no processamento, na manipulação e conversão do fluxo de informação disseminado pelas TICs em instrumentos úteis à inovação de bens e serviços em um mercado global organizado em redes de produção e informação. Paralelamente a isso, nota-se a desintegração vertical das empresas, visando ao aumento da competividade com base

[3] Diferentes designações e interpretações foram dadas para as transformações deste período histórico – como "sociedade pós-industrial" (BELL, 1977), "sociedade em rede" (CASTELLS, 1999) "capitalismo tardio" (JAMESON, 1997), "capitalismo cultural" (RIFKIN, 2001) e "capitalismo cognitivo" (GORZ, 2004). Apesar das diferenças interpretativas entre os autores, todos convergem na asserção de que houve transformações significativas na esfera do trabalho a partir da década de 1970, trazendo consigo novas consequências e a necessidade de novas análises sobre este período.

na flexibilidade organizacional. Nas palavras de Castells, esse processo socioeconômico de intensas mudanças pode ser descrito da seguinte forma:

> um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho, com o declínio concomitante da influência do movimento dos trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital. (CASTELLS, 1999, pp. 21 e 22)

A partir da reestruturação produtiva, as atividades econômicas passam a se concentrar em um ciclo de três esferas: grande indústria, serviços e trabalho imaterial (NEGRI, 2011).

Na grande indústria, o que impera é a informação, que vai dar a base para a empresa e sua economia. É ela que vai assegurar o controle das matérias-primas, a venda e a relação com os consumidores. Negri (2001) vai dizer que, para a maioria das empresas, a sobrevivência passa pela pesquisa constante de novas aberturas comerciais, sendo elas que levam à definição de uma gama de produtos mais amplos ou diferenciados. Desse modo, a mercadoria dessa época denominada como pós-industrial é determinada pela relação do produtor e consumidor.

Na esfera de "serviços", destacam-se os consumidores agindo de forma ativa na constituição do produto. A inovação dependerá dos consumidores, e por isso irá aumentar o "front-office", que são as relações com os clientes, que acabam por deslocar a pesquisa humana em direção ao exterior da empresa. Com isso, torna-se mais difícil definir as normas de produção dos serviços e estabelecer uma medida "objetiva" da produtividade (NEGRI, 2001).

Por fim, na esfera do trabalho imaterial são ativadas novas formas e condições de comunicação (seja de cooperação produtiva dentro da empresa, seja de relação entre consumidor e produtor), dando forma e materializando as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor (NEGRI, 2001, p. 45-46). Uma vez que o trabalho imaterial passa a ter uma participação ativa no ciclo de produção, o consumismo também será estimulado por ele, transformando-se num "processo de trabalho", ou seja, dispositivos específicos, como publicidade e marketing, dão impulso ao consumo e estimulam a subjetividade em um instrumento ativo:

> Se a produção é hoje diretamente produção de relação social, a "matéria-prima" do trabalho imaterial é a subjetividade e o "ambiente ideológico" no qual esta subjetividade vive e se reproduz. A produção de subjetividade cessa, então, de ser somente um instrumento de controle social e torna-se diretamente produtiva, porque em nossa sociedade pós-industrial

> o seu objetivo é construir o consumidor/comunicador. E construí-lo "ativo". Os trabalhadores imateriais (publicidade, moda, marketing, tv, informática) satisfazem uma demanda do consumidor ao mesmo tempo que a constituem. O fato de que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, poder e saber. O processo de comunicação social torna-se aqui diretamente produtivo porque em certo modo ele "produz" a produção. (NEGRI, 2001, p. 46 – 47).

Nesse contexto de profundas transformações, emergem a valorização e a demanda de profissões com grande conteúdo de conhecimento em suas operações técnicas. Com isso, o trabalhador vem se tornando, cada vez mais, uma espécie de empreendedor de si próprio, dependente de autoinvestimentos para poder inserir-se na lógica do capital humano demandado pelo mercado de trabalho. Tomando o exemplo de profissões como o marketing e a publicidade, vemos que eles são a base de uma produção da riqueza erigida sob símbolos e imagens, ao mesmo tempo que adentram o espaço de vida dos trabalhadores em todos os seus momentos de não trabalho e lazer (CAMARGO, 2011). A penetração do trabalho em outras esferas da vida que não o trabalho foi justamente o mote que nos instigou, então, a responder às seguintes questões que orientam a parte empírica deste artigo: como as metamorfoses ocorridas na esfera do trabalho impactam na vida dos trabalhadores a partir de novas formas de dominação? Quais as formas de resistência mobilizadas pelos trabalhadores diante de um contexto de novas formas de dominação?

As análises a respeito dessas mudanças ganham mais corpo com a Teoria Crítica Contemporânea, que dão mais ênfase de pesquisa em torno da vida cotidiana. De acordo com Camargo (2011), a pesquisa sociológica se daria com o intuito de diagnosticar os processos de dominação em uma esfera além do trabalho, ou seja, a esfera cultural. O atual estágio do capitalismo se encontraria com novas formas de dominação e sociabilidades, marcadas pela junção entre esferas Cultural, Consumo e Trabalho Imaterial, como veremos a seguir na conceituação de trabalho imaterial.

Caracterizando o trabalho imaterial

Na fabricação de um bem material, sempre há um componente de saber necessário para concebê-lo, seja na produção industrial, seja no setor de serviços. Gorz (2003) dirá que não se trata de conhecimentos técnicos específicos aprendidos visando à execução de um trabalho, pelo contrário, trata-se do saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação, características de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano e que pertencem à

esfera da própria vida. O trabalho imaterial se refere desse modo a qualificações subjetivas dos trabalhadores, que fazem parte da mercadoria e, além disso, lhe atribuem valor.

Assim, "o modo como os empregados incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado nem ditado. Ele exige o investimento de si mesmo, aquilo que na linguagem empresarial é chamado de 'motivação'" (GORZ, 2003, p.9). Trata-se de um saber que escapa à possibilidade de formalização, que é aprendido pela prática e pelo costume. Desse modo, continua Gorz, toda produção passa a se assemelhar a uma prestação de serviços, deixando de ser mensurável em unidades de tempo, como afirmava a teoria marxista, e passando a ser valorizada pelo componente comportamental e motivacional, surgindo, daí, o conceito "capital humano". Ele será formado pela inteligência, imaginação e o saber que, juntos, constituem o capital humano. Esse saber é feito de experiências e de práticas intuitivas, ou seja, hábitos.

Ao contrário da indústria "taylorizada", quando os trabalhadores só se tornavam operacionais depois de serem despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos do cotidiano, o período denominado pós-fordismo integra todos esses saberes, devendo o trabalhador entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, esportes, lutas, disputas, música, teatro, sendo nessas atividades fora do trabalho que serão desenvolvidas sua vivacidade, capacidade de improvisação e cooperação (GORZ, 2003). O que irá contar nesse período, portanto, são as qualidades de comportamento que expressam imaginação e o envolvimento pessoal nas tarefas. Assim, "o trabalhador não se apresenta mais apenas como um possuidor de sua força de trabalho, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir" (GORZ, 2003, p. 22).

No capitalismo cognitivo de Gorz (2003), o trabalhador passa a ser uma espécie de empreendedor de si mesmo, dependente de auto investimentos e qualificações cada vez mais intelectualizadas e simbólicas. Dessa forma, o trabalhador estará em constante aprendizado, além dos saberes que já possui do cotidiano. Essa entrega acaba por se tornar uma "produção de si" que se dará por meios culturais e cotidianos, como educação, cuidados médicos, assistência, moda, design e publicidade.

Tratando-se da "fabricação" desses produtos no dito capitalismo cognitivo, Gorz (2003) sustentará a tese de que o serviço será como uma mercantilização de um saber objetivado. Porém o imaterial não se reduz apenas ao resultado do trabalho, mas, principalmente, se refere ao conteúdo da atividade do trabalho que passa a determinar a valorização da mercadoria (CAMARGO, 2011). É assim que o sociólogo dirá que o preço depende mais dos atributos simbólicos do que materiais, citando como exemplo um tênis da marca Nike, que envolve uma complexa rede de valorização

cognitiva desde os processos de inovação em design, publicidade, informações de mercado e consumidor, entre outros. O trabalho imaterial se refere desse modo a qualificações subjetivas que passam a ter um papel central no processo de valorização das mercadorias [4](CAMARGO, 2011).

Portanto, o trabalhador passa a utilizar não apenas sua força mecânica com gestos repetitivos, mas também seu saber e subjetividade formada ao longo da vida. Esses fatores incidirão diretamente na valorização da mercadoria, dependendo de um envolvimento desse trabalhador com seu serviço por meio de sua criatividade, imaginação e espontaneidade. A valorização vai se relacionar qualitativamente com as atividades de criação e estratégia, como publicidade e marketing, revelando, assim, a participação da subjetividade e, com isso, o total envolvimento do trabalhador com seu trabalho. Como forma de detalhar esse processo, abordaremos a seguir o conceito de racionalidade econômica.

A vida imersa na racionalidade econômica: novas formas de dominação na contemporaneidade

Como visto, passamos por transformações na esfera do trabalho que, por consequência, veio acompanhada de novas análises que adentram na vida cotidiana como um todo. Porém o trabalho imaterial não eliminou, segundo Camargo (2011), as formas de dominação engendradas pela modernidade, mas as aprofundou na denominada sociedade pós-industrial. Essas novas formas de dominação presentes no trabalho imaterial tornam os gestos aparentemente inocentes em base de produtividade, exigindo um olhar mais crítico e atento às relações micro. Os trabalhadores dessa nova época transformaram seu tempo de não trabalho em novos sustentáculos de um novo estágio de acumulação. Como o trabalho imaterial caracteriza-se, principalmente, por atividades relacionadas aos saberes, e sabendo que eles são adquiridos na vida cotidiana, o tempo e o espaço de não trabalho ganham uma nova importância, principalmente relacionando-se à esfera do consumo.

De acordo com Camargo (2011), o capitalismo é o reflexo de um mundo completamente administrado que, agora, passa a prolongar a sua antiga dominação e atingindo, mais do que antes, a

[4] Importante destacar que essa perspectiva não é unívoca nas discussões teóricas sobre trabalho imaterial. Amorim (2014) sustenta que trabalho manual e trabalho imaterial não se opõem dicotomicamente, pois toda atividade humana fundamenta-se em um processo onde as subjetividades são exteriorizadas em um modo específico de produzir. Em outras palavras, toda atividade humana depende de graus de intelecção variados. Além disso, o autor critica a ênfase dado pelos teóricos do imaterial ao trabalho concreto e seu conteúdo em detrimento do trabalho abstrato enquanto elemento regulador das trocas mercantis. Assim, "não importa a particularidade dos trabalhos concretos, mas sim como, com base neles, é possível aumentar a produtividade do trabalho abstrato para a valorização do capital" (AMORIM, 2014, p.36).

própria alma do trabalhador. O mundo da vida, caracterizado pelo tempo livre e as experiências culturais e cotidianas, passam a produzir certo tipo de valor ou riqueza.

Daí a importância de Negri & Lazzarato (2001) recorrerem à terceira fase do pensamento do filósofo Michel Foucault. Para eles, a subjetividade que anda junto com o imaterial não se refere a uma sociedade disciplinar, mas sim à sociedade de controle, sendo este o ponto para compreender a relação entre subjetividade e trabalho imaterial e levando à importância do conceito *foucaultiano* de biopoder. Nele, há uma forma de poder que regula toda a vida social, acompanhando-a, interpretando-a, observando-a, e a rearticulando (CAMARGO, 2011).

Essa regulação total da vida está diretamente relacionada à forma de dominação capitalista nesta fase que se caracteriza com o conceito de capital humano de Gorz (2003). Já não lidamos mais com um trabalhador que vende sua força de trabalho e é alienado neste processo, e sim com um trabalhador que deve adquirir um montante de saberes e competências que se referem à própria vida cotidiana, ou seja, qualificações. E esse tempo livre, ou de não trabalho, passa a ser um tempo de formação de capital humano e, portanto, torna-se economicamente racional e, assim, sendo bastante difícil a distinção entre as duas esferas – tempo de trabalho e tempo de não trabalho:

> Pensemos assim sobre este tempo livre ou de não trabalho. Em primeiro lugar, a formação do chamado capital humano, que tende a substituir a figura do trabalhador assalariado, depende diretamente do que os indivíduos fazem fora de seu tempo de trabalho: estudar, fazer cursos de aperfeiçoamento, aprender uma nova língua estrangeira, praticar esportes, fazer trabalhos voluntários, investir em cuidados com a aparência pessoal, ser comunicativo e sociável nos momentos de lazer, fazer experiências turísticas, adquirir conhecimentos culinários, etc. (CAMARGO, Sílvio César, 2011, p. 120).

Esse tempo de não trabalho que também passa a possuir racionalidade econômica trata-se de uma nova forma de exploração, não necessariamente extração direta de mais-valia, e sim de uma espécie de autoexploração. O capital humano precisará estar em constante formação, investindo tempo e dinheiro e mobilizando recursos simbólicos. Essa formação nem sempre corresponde à posse de dinheiro, mas sim de "cultura". Camargo (2011) cita o conceito de capital cultural, do sociólogo Pierre Bourdieu, que se refere a recursos que não são necessariamente vinculados à esfera econômica, mas a esferas de distinção social, como gosto estético e qualificações culturais, podendo ser objetivado em músicas, filmes, imagens, moradias, alimentação, além de cursos de qualificações em determinadas áreas de trabalho.

Dessa forma, Gorz (2003) diz que no lugar da exploração entram a autoexploração e a autocomercialização do "Eu S/A", tornando a pessoa uma própria empresa. É assim que o capital consegue exercer poder sobre os trabalhadores numa quase totalidade: empregados precisam se tornar

empresas e responder pela sua rentabilidade dos serviços, além de serem forçados a internalizar a pressão e briga pela concorrência. Com o autoempreendimento, a transformação em trabalho de toda vida e de toda pessoa podem finalmente ser realizadas, e a vida passa a se tornar o capital mais precioso (GORZ, 2003). Diluem-se as limitações entre as fronteiras de espaços de trabalho e não trabalho, justamente porque o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência da racionalidade econômica. Toda a atividade deve tornar-se um negócio e tudo deve se tornar mercadoria; a venda do si se estende a todos os aspectos da vida.

A figura objetivada dessas novas formas de dominação pode ser encontrada melhor e mais claramente na figura no trabalhador "autônomo" que Bologna (1996) pesquisou no contexto francês da década de 1980. De acordo com as descrições da organização do trabalho no pós-fordismo de Bologna, deduz-se que está havendo uma "autonomização" do próprio trabalho. O autor cita algumas características, como a continuidade temporal e espacial do processo de trabalho e a substituição da remuneração salarial pela forma de renda. Assim, a jornada de trabalho tende a não ter mais horário e espaço fixo, fazendo com que os trabalhadores autônomos trabalhem sempre.

Procedimentos metodológicos

Sabendo-se que esse contexto de trabalho imaterial encontra similaridades no trabalho autônomo, a pesquisa centrou-se em cinco entrevistas com agentes inseridos nesse cenário. Duas entrevistas foram realizadas autonomamente e três pela orientadora de pesquisa Cinara L. Rosenfield.[5] As duas referem-se a um dono de uma loja de móveis planejados e um advogado com escritório; as outras três referem-se a tradutoras/intérpretes. Apesar de haver uma heterogeneidade em relação às profissões, elas convergem no sentido da mobilização de conhecimentos e saberes objetivados nas atividades laborais, além de tempos e espaços mais flexíveis. Foi levado em conta, ainda, o ambiente competitivo, que exige constante aprendizagem e autoqualificação e marketing próprio para se manter no mercado. Os dados foram coletados a partir de técnicas qualitativas com entrevistas individuais semiestruturadas. Essas entrevistas tiveram duração média superior a 30 minutos, sendo gravadas com a autorização dos entrevistados e depois transcritas. A análise dos dados tomou as categorias prévias do estudo sobre trabalho imaterial: saberes, autoempreendedorismo, flexibilidade e resistências.

[5]Professora Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFRGS

Descrição e análise dos dados

Os sujeitos da pesquisa têm as seguintes características gerais: três são do sexo masculino e dois do sexo feminino. Quanto à escolaridade, um possui ensino médio e o restante tem, no mínimo, graduação completa. As idades variam de 28 anos até 63 anos, sendo quatro deles com idade entre 28 e 34. Quanto ao estado civil, duas são solteiras, dois têm algum tipo de relacionamento e um é viúvo. Outras informações: todos os entrevistados trabalham com horários flexíveis durante os dias da semana, ou seja, eles são donos do próprio expediente e decidem quando trabalhar. O uso dos saberes adquiridos a partir das vivências ao longo da vida é uma realidade no cotidiano dos trabalhadores autônomos. Todos entrevistados possuem algum tipo de saber que vai além do necessário para realizar as suas atividades laborais. Esses saberes referem-se às diversas necessidades que o trabalho autônomo demanda, como marketing, contabilidade, tecnologias, etc. Nesse sentido, o Advogado 1 diz:

> "E o empreendedorismo é um conhecimento ampliado de várias coisas, tá? Por exemplo, no meu caso, eu sou advogado e tenho que ter o conhecimento da lei, mas tenho que ter o conhecimento de como ter o respeito com a pessoa, ter o conhecimento de gestão, ter o conhecimento de otimização, né?"

Além disso, há os saberes que se referem ao próprio trabalho realizado, como no caso da Tradutora 3, que afirma ter aprendido o inglês por causa dos grupos musicais que ela gostava e ouvia. O dono da loja de móveis afirma que o conhecimento de máquinas antigas lhe possibilitou abrir um negócio relacionado às novas máquinas IBM. Percebe-se, então, que há um acúmulo de saberes que vão sendo objetivados no trabalho, além de saberes que se referem à preservação e ampliação no mercado de trabalho.

Junto a isso se encontra a categoria "autoempreendedorismo", que se refere à responsabilização autônoma da trajetória de trabalho, marcada também pela necessidade de outros saberes além dos específicos da sua atividade laboral. O dono da loja de móveis diz que era ele quem coordenava todas as atividades da empresa, como o marketing e a publicidade, e vagamente contratava alguma agência para realizar esse papel. As tradutoras 1 e 2 destacam a presença nas redes sociais como forma de obter trabalho e se autopromover, como uma espécie de automarketing. Nesse sentido, as TICs mostram-se como instrumentos necessários que fazem parte da rotina dessas trabalhadoras. Os congressos, concursos e até mesmo encontros casuais mostram-se como instrumentos de socialização e divulgação de trabalhos. A partir disso, formam-se redes de tradutores que se divulgam e repassam trabalhos uns para os outros.

Os saberes referentes à administração da renda também se fazem presentes em todos entrevistados. Todos esses trabalhadores precisam ter algum tipo de conhecimento a respeito de contabilidade. Microempresa, Microempreendedor individual, Pessoa Jurídica, entre outros, são conceitos recorrentes presentes nas entrevistas. Há também a necessidade de controle e previsão dos gastos, visto que se trata de renda e não salário fixo. Paralelo a isso, o trabalho autônomo possui, como uma das principais características, a flexibilidade. É o próprio trabalhador que determina seu expediente, seu espaço e seu lazer. Apesar dos teóricos apontarem uma maior confusão de espaços e tempos de trabalho e não trabalho, os entrevistados convergem no sentido oposto: delimitam seus horários de maneira mais rígida a partir de uma organização própria. Ainda assim, a jornada de trabalho desses trabalhadores autônomos se mostra mais intensa, exigindo maior envolvimento e disponibilidade. As TIC's, novamente, se mostram bastante presente nos discursos, como no caso da tradutora 3: "Às vezes, não é tanta liberdade (...) na minha ex-empresa, eles mandavam trabalho das 9 às 18h. Eu sei que se eu receber alguma coisa eu tenho que entregar nas próximas horas" Dessa forma, a disponibilidade depende, principalmente, das tecnologias, pois é a partir delas que se recebem (e enviam) os trabalhos demandados. Como analisa Castells (1999), as TICs permitem o estabelecimento de processos de gestão totalmente interativos, envolvendo coordenação simultânea entre diferentes pessoas situadas a uma grande distância, o que inviabiliza um desprendimento total do trabalho mesmo em períodos de não trabalho. No caso da intensificação laboral, a fala do dono da loja de móveis esclarece bem esse fato: "Aí tu conhece a pressão, começa a te desgostar. Cara, eu não trabalhava sábado, aí tu começa a trabalhar sábado. E aí dezembro tem que trabalhar domingo também, entendeu?" A partir desse maior envolvimento subjetivo com o trabalho que a categoria "resistência" se faz necessária, instigando compreender formas de lazer e entretenimento que permitam um desprendimento do trabalho.

Como dito antes no caso das tradutoras, a divisão e repasse de trabalhos é um ponto em comum entre os entrevistados. Pode-se enxergar isso como uma forma de resistência à intensificação do trabalho nesse cenário, assim como o Advogado 1 diz:

> "Mas enfim, hoje, pra não acontecer isso de ter que trabalhar 10 ou 12 horas num dia, eu já tô negando alguns tipos de trabalho, repassando pra alguns colegas [...] Então esse trabalho todo às vezes eu deixo para o estagiário. E daí sim, é daí que eu tiro o meu tempo específico de lazer."

A partir disso, nota-se que as redes são fundamentais nas relações entre esses autônomos, principalmente como estratégia de resistência a um trabalho volumoso e intenso. O contato

interpessoal ou até mesmo a contratação de profissionais, como no caso do Advogado 1, é uma realidade comum entre os entrevistados.

Entretanto, o tempo de lazer proporcionado por esse tipo de estratégia, além da própria flexibilidade que permite determinar esse tempo, acaba, por vezes, sendo um tempo também de ordem racional econômica. Como visto, o capital humano caracteriza-se por qualificações subjetivas que agregam valor aos próprios serviços da pessoa, e é necessário manter-se em constante atualização e aprendizagem. Dessa forma, muitas vezes, os tempos de não trabalho acabam se conectando ainda às atividades laborais, como afirma a tradutora 3:

> "Porque quando eu não tô trabalhando, ou eu tô lendo alguma coisa, eu tô assistindo alguma série, porque eu... Apesar de gostar bastante de séries, eu acho que boa parte é trabalho também, porque eu tô ali, não uso legenda nem nada, então eu tô treinando ali o meu ouvido, tô mantendo a minha capacidade de ler. Tô aprendendo termos novos. Então também tem esse lado. O meu lazer nunca é só lazer."

Além disso, a associação do trabalho autônomo com a formação de redes e laços, muitas vezes, não permite um total desprendimento das atividades, mesmo em períodos de não trabalho. A conectividade, permeada pelas TIC's, ainda permanece mesmo no período de lazer, tendo em vista a instabilidade das relações de serviços com os clientes. É preciso estar atento e disponível para eventuais problemas e chamadas, com o intuito de não perder clientes.

Nesse sentido, apresenta-se uma maior dificuldade de dissociação de esferas e tempos de trabalho e não trabalho, exigindo desses trabalhadores uma disponibilidade quase constante. Permanece também uma constante preocupação que permeia este tipo de trabalho autônomo dependente de redes. A vida passa a ser regida pela lógica racional econômica, com os tempos e espaços sendo utilizados em torno do trabalho. É a vida tornando-se um capital, além do próprio indivíduo.

Considerações finais

Este trabalho buscou responder, em contexto de trabalho imaterial, quais os impactos que as transformações ocorridas na esfera laboral e no sistema capitalista como um todo, a partir da década de 1970, acarretam para os indivíduos inseridos em trabalhos autônomos. A partir disso, instigou-se compreender as formas de resistências associadas ao lazer que os sujeitos pesquisados desenvolvem frente à intensificação e prolongamento da jornada de trabalho.

As análises permitiram verificar que estas mudanças laborais vêm carregadas de novas formas de sociabilidades, modificando fronteiras de tempos e espaços de trabalho. Os saberes, o

autoempreendedorismo, a flexibilidade, as TIC's e as redes são formas características deste tipo de trabalho, que acabam por influenciar o estilo de vida e também o lazer. Devido a esses fatores, os sujeitos encontram-se mais envolvidos subjetivamente com seu trabalho, dificultando um desprendimento para si próprio por meio do lazer.

Apesar de ter provocado, com efeito, efeitos colaterais (como, por exemplo, pressões crescentes com relação à produção, aumento do ritmo da jornada de trabalho e acúmulo de atribuições e responsabilidades dos trabalhadores, além da flexibilidade de alterar e encerrar contratos, dando margem a demissões), a reestruturação produtiva trouxe, por outro lado, as condições para a valorização de atividades produtivas que requerem maior treinamento, instrução, formação escolar e operações que envolvem maior uso de tarefas mentais em detrimento de atividades rotineiras e simplificadas.

A partir do suporte teórico adotado – Gorz, Negri & Lazzarato e Camargo –, pode-se dizer que os novos paradigmas da esfera laboral complexificaram as formas de dominação, expandindo-a para além de tempos e espaços tradicionais, como a fábrica. Agora, os dispositivos de controle alongam-se para a vida cotidiana, fora do expediente, penetrando na própria subjetividade dos sujeitos. Mecanismos típicos da racionalidade econômica, como o aumento do ritmo da jornada de trabalho, o acúmulo de responsabilidades e compromissos, são agora cada vez mais incutidos de forma sutil, dissolvendo as fronteiras entre trabalho e lazer. A exploração pelo viés marxista se complexifica, tornando o próprio trabalhador uma espécie de autoexplorado. Nesse sentido, se faz necessário uma (re)adaptação do olhar sociológico para tempos e espaços de não trabalho, ou seja, um olhar que compreenda o cotidiano como um todo, captando novas subjetividades e ideologias atuais.

Esses achados empíricos de pesquisa são ainda incipientes e certamente precisariam ser investigados de maneira mais aprofundada para responder mais detalhadamente aos questionamentos envolvendo trabalho imaterial e novas formas de dominação e resistência na contemporaneidade. Numa agenda de pesquisa futura, caberia ampliar o universo de pesquisa, abordando outras ocupações profissionais situadas no contexto de trabalho imaterial. O tema vem ganhando cada vez mais importância na agenda pública brasileira com as recentes modificações na correlação de forças entre capital e trabalho, o que vem ensejando cada vez mais pressões de grupos de interesses por reformas na esfera laboral.

Referências

AMORIM, Henrique. As Teorias do Trabalho Imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, Jan./Abr. 2014.

ANJOS, Maria Anita dos; MOISÉS, Farah JR. *Coleção Gestão Empresarial 1: Economia brasileira*. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002.

Bell, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOLOGNA, Sergio. Durée du travail et post-fordisme. Multitudes. Septembre, 1996. Disponível em: http//:multitudes.samizdat.net/. Acessado em: 15/5/2018.

CAMARGO, Sílvio. *Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede [A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1]*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GORZ, André. *O imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

_____. (2004), "Économie de la connaissance, exploitation des saviors". Entrevista realizada por Yann Moulier Boutang et Carlo Vercellone. *Multitudes*, 15. Disponível em http://www.multitudes.samizdat.net

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio***.** São Paulo: Ed. Ática, 1996. p.27-79.

KRUSE, Tulio. Economia criativa cresce acima da média no Brasil. *Estadão*, São Paulo. 10/07/2018. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,economia-criativa-cresce-acima-da-media-no-brasil,70002396326>. Acesso em 15 fev. 2018

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

MASI, Domenico De. *A Economia do Ócio***.** Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda, 2001.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SPINK, Mary; LIMA, Helena. *Rigor e Visibilidade.* Rio de Janeiro: Editora Centro Eldestein de Pesquisas Socais, 2013.

YÚDICE, George. Las industrias culturales: más allá de la lógica puramente económica, el aporte social. *Pensar Iberoamérica*, Madri: OEI, n. 1, 2002.

Recebido em: *18 de outubro de 2018*
Aceito em: *16 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018

ISSN: 2317-0352

Patrimônio(s) e Lugares de Memórias: uma reflexão sobre a cidade do Porto, Portugal

Heritages' and Places of Memories: a reflection about the city of Porto, Portugal

Catarina Nogueira Pereira
Gestora do Patrimônio pela Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e mestranda em História e Patrimônio – Ramo Estudos Locais e Regionais – pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
E-mail:
catarina_nogueira@live.com.pt

Diogo Guedes Vidal
Sociólogo, mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutorando em Ecologia e Saúde Ambiental pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa. Pesquisador na Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde (FP-ENAS) da Universidade Fernando Pessoa.
E-mail: diogovidal@ufp.edu.pt

Resumo
As cidades contemporâneas são cada vez mais lugares utilizados não só por uma população residente mas, sobretudo, por uma população sazonal. O Porto (Portugal) é hoje palco de um fenómeno de turismo que se encontra legitimado pelo reconhecimento do mesmo enquanto Melhor Destino Europeu, mas a cidade não se esgota nos elementos patrimoniais classificados e integrantes dos roteiros turísticos. Nas Ruínas do Edificado encontram-se resquícios de práticas comuns a um grupo, sendo lugares com memória que contribuem para uma memória coletiva. Ainda que em ruínas ou em vias de requalificação para um outro uso, não deixam de fazer parte do imaginário da cidade. A proposta deste artigo assenta numa discussão sobre a evolução do conceito de patrimônio, ilustrando-a com as ruínas do edificado da cidade do Porto (Portugal) enquanto elementos importantes para a construção da memória coletiva.
Palavras-chave: Patrimônio. Sociologia. Ruínas. Memórias.

Abstract
Contemporary cities are increasingly used not only by a resident population but, above all, by a seasonal population. The city of Porto (Portugal) is today the example of a tourism phenomenon that is legitimized by the recognition of it as Best European Destination, but the city is not exhausted in the patrimonial elements classified and integral of the tourist itineraries. In the Ruínas do Edificado there are remnants of practices common to a group, being places with memory that contribute to a collective memory. Although in ruins or in requalification for another use they are also part of the imaginary of the city. The proposal of this article is based on a discussion about the evolution of the concept of heritage, illustrating it with the ruins of the the city of Porto (Portugal) as important elements for the construction of collective memory.
Keywords: Heritage. Sociology. Ruins. Memory.

Introdução

Os territórios urbanos, mais concretamente as cidades, têm vindo, ao longo dos últimos anos, a ser alvo de processos transformativos devido ao fator turismo. A crescente vaga de movimento de população sazonal corporiza um novo grupo urbano que, mediante o mercado turístico e a apresentação que o mesmo faz do patrimônio cultural, consome os bens patrimoniais das cidades. Mas o conceito de patrimônio, os seus usos e os seus sentidos, não são processos estanques e inalteráveis. As mudanças sociais, as ruturas políticas e económicas são os motores de engrenagem que conduzem a modificações profundas no patrimônio, adaptando-o aos novos paradigmas vigentes. A noção de um patrimônio construído por um grupo de elites dominantes de uma sociedade moderna, do século XIX, deu lugar a uma vontade de conservação e preservação a todo custo no pós-guerra mundial, ainda numa dimensão puramente material do patrimônio, monumental por sinal. A sociedade reconfigura-se e o patrimônio cultural acompanha essa mudança com o reconhecimento do patrimônio natural enquanto elemento a ser reconhecido e valorizado. Só mais tarde, fruto de trabalhos multidisciplinares do campo da antropologia, sociologia e história, é que a importância da dimensão imaterial do patrimônio cultural ganha relevo, a par da substituição de uma prática de salvaguarda em detrimento de uma componente meramente de preservação. O patrimônio cultural, entendido agora como uma construção social que resulta do reconhecimento que um determinado grupo ou comunidade faz sobre a importância do mesmo para a sua identificação e transmissão às gerações futuras, torna-se um elemento importante, também, na construção da memória coletiva e do sentimento de pertença. A memória coletiva, fragmento do passado e das memórias individuais, deve ser salvaguardada e reconhecida como uma dimensão imaterial do patrimônio que se encontra presente, por exemplo, nas Ruínas do Edificado da cidade que outrora tiveram os seus usos e sentidos e que agora não passam de memórias que podem unir, fomentar a coesão e o sentimento de identificação de um grupo.

O presente artigo objectiva reflectir, numa lógica de exercício, sobre as Ruínas do Edificado da cidade do Porto, enquanto elemento ilustrativo, apoiando-se numa exposição e discussão bibliográfica sobre a temática do patrimônio. Desta forma, inicia-se uma discussão teórica - "Patrimônios e Identidades: notas para uma nova abordagem" - sobre a evolução histórica e conceptual do conceito de patrimônio desde o século XIX até ao momento actual, através de obras e documentos resultantes de convenções internacionais. Após esta discussão, o texto embarca numa reflexão - "Das Ruínas do Edificado aos Lugares de Memória" – em que as Ruínas do Edificado da cidade do Porto, e o seu processo de turistificação, são utilizadas como ilustração das ideias anteriormente discutidas, terminando com uma conclusão em que a tónica é colocada na necessidade de salvaguardar o

patrimônio cultural e de entender as Ruínas do Edificado como veículos para a (re)construção da memória coletiva mas, também, como algo fluído e transformativo das sociedades.

1 Patrimônios e identidades: notas para uma nova abordagem

O século XIX é pautado por uma ruptura do paradigma vigente. Esta mudança teve impacto em todas as esferas da vida social, política, económica e cultural, com a introdução de uma nova conceção de sociedade alicerçada no principal motor de mudança da época: a Revolução Industrial. Esta Revolução não se pautou somente pela introdução da máquina e da divisão do trabalho, introduzindo profundas mudanças na conceção que o Homem possuía sobre o mundo, reconfigurando as paisagens das cidades, com a criação de grandes complexos industriais que, por conseguinte, despoletaram a aceleração da urbanização e a grande concentração populacional nas cidades.

O século XIX revelou-se um período contraditório no lugar que o patrimônio ocupou na sociedade. Se por um lado fora marcado pela disseminação das medidas protecionistas, ou seja, por uma lógica de preservar a todo o custo, por outro, fora alvo, o patrimônio, de lapidação, roubo e destruição (TORRICO, 2006). Importa que percebamos que, se estamos perante uma rutura, surge, de imediato, uma força que dificilmente se consegue travar: o radicalismo. O que é característico e fruto do paradigma outrora vigente deixa de fazer sentido, sendo o seu fim a destruição. Esta lógica de destruição patrimonial desemboca, a par do surgimento e consolidação dos novos modelos de estado-nação (TORRICO, 2006), numa vontade política de desenvolver mecanismos de proteção e valorização dos bens patrimoniais. Ainda neste surgimento, importava aos estados-nação tornar clara a sua afirmação e hegemonia no panorama internacional, ou seja, demonstrar aos outros a sua identidade, a sua cultura, a sua particularidade (TORRICO, 2006). É nesta altura que, muito fruto da afirmação política dos estados, se torna explícita a dimensão elitista e monumental do patrimônio. Françoise Choay discute esta noção de monumento, diferenciando-o do monumento histórico. O primeiro sugere memória, ou seja, "…a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças" (CHOAY, 1999, p. 17). O monumento histórico é uma criação posterior à sua construção inicial, sendo o processo ou o momento em que é considerado um elemento para preservação. É pois nesta época que o processo de patrimonialização assentava no princípio do patrimônio como representação da monumentalidade e da grandiosidade da sociedade, ou seja, o patrimônio como veículo de afirmação do poder do grupo (TORRICO, 2006).

Nos anos 60 e 70 do século XX – quase 200 anos após o auge da Revolução Industrial – assiste-se a um questionamento para a mudança sobre o significado de patrimônio (TORRICO, 2006). Contrariando a conceção do século XIX, esta nova visão sedimenta-se na valorização da diversidade cultural, procurando desconstruir uma ideia de evolução cultural, de um processo evolutivo de uma cultura primitiva para uma cultura ocidental (TORRICO, 2006). Ainda hoje se assiste a um discurso de misticismo e esoterismo de uma cultura primitiva, muito disseminado pelos meios de comunicação e pelos organismos turísticos, nomeadamente dos países africanos, asiáticos e sul-americanos. Esta imagem socialmente construída de um lugar cujas tradições se mantêm "autênticas" possibilita a interligação com o texto de Hobsbawn (2002) em que o autor discute o conceito de "tradição inventada". Para o Hobsbawn (2002), a tradição inventada é caracterizada por um conjunto de normas ou regras normalmente estabelecidas pelo mecanismo de repetição dando continuidade com relação ao passado (HOBSBAWN, 2002). A atração turística pelo que é antigo e primitivo leva a que se procure inventar a tradição, criar um cenário o mais próximo do real possível. A ideia transmitida é que ao visitar estes países contactámos com a cultura verdadeira, original, primitiva, "autêntica" e ancestral (FORTUNA, 1995; TORRICO, 2006).

O século XX foi palco de duas guerras mundiais que colocaram em causa a salvaguarda do patrimônio. Fruto desta ameaça, são desenvolvidos neste período um conjunto de documentos e acontecimentos – cartas, convenções e recomendações – que dão conta, primeiro, de uma necessidade urgente de salvaguarda e valorização do patrimônio e, segundo, de uma reflexão e discussão sobre os significados e usos do mesmo. A Carta de Atenas de 1933, a Convenção para a Salvaguarda dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado de 1954 e a 2ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos de 1964 representam mudanças substanciais, ainda que alicerçadas numa lógica de mera preservação dos monumentos, da valorização e reconhecimento da importância dos bens patrimoniais, ainda que não se encontre alusão à sua intangibilidade (TORRICO, 2006; SMITH, 2006), ou seja, à sua dimensão imaterial. Após a segunda guerra mundial, fruto das perdas e da destruição patrimonial adota-se uma postura de conservação a todo o custo, de conservacionismo, em relação ao processo de *patrimonialização* (PRATS, 1997). Somente em 1972, com a Convenção para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ainda que com um discurso predominantemente de conservação e proteção dos monumentos, se assiste a uma reformulação do conceito de patrimônio, com a introdução de uma necessidade política de valorizar e reconhecer o patrimônio natural. Ainda com esta convenção se registra a utilização de conceitos como identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir, não havendo ainda lugar para a noção de salvaguarda. Desta convenção percebe-se que é colocado do lado do Estado a responsabilidade de proteger e conservar o

patrimônio cultural e natural. Talvez deva ser entendida como um marco na atribuição de uma responsabilidade à escala global sobre o patrimônio, numa tentativa de unir forças em torno de um bem comum. Da mesma faz ainda parte a alusão ao processo de *patrimonialização* – Processo de produção cultural através de elementos culturais que são selecionados e reinterpretados para novos usos sociais (ALMEIDA, 1993) - agora bem mais complexo, continuando a não existir, porém, referências à imaterialidade do patrimônio (UNESCO, 1972).

A leitura das cartas sugere, para além do esforço, a visão meramente preservacionista sobre o patrimônio e a vontade de conservar a todo o custo. Ainda sobre o conteúdo das mesmas, denota-se uma linguagem e uma utilização de conceitos que fazem alusão a um patrimônio somente monumental, material, grandioso e representativo de uma imagem de poder e de passado glorioso de uma nação (SMITH, 2006), não esquecendo que ainda sobre este assunto se pode referir que tais definições espelham um carácter político muito fundado no monumento como símbolo de prestígio e poder. Em 2003, fruto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, vislumbra-se uma abertura do campo do patrimônio, colocando a tónica na sua dimensão imaterial. Segundo a mesma, do patrimônio cultural imaterial fazem parte as expressões culturais e as tradições, formas de vida e de organização social que se preserva como forma de respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras (UNESCO, 2003). A construção desta definição apoia-se na ideia que o patrimônio cultural imaterial resulta de uma transmissão geracional, seja ela milenar ou não, sendo sujeito a readaptações. O patrimônio imaterial contempla tudo o que não é tocável, visível, desde as práticas às formas de vida, respeitando as tradições e costumes de outras épocas. Esta convenção traz à luz do debate a importância da salvaguarda – o conceito de Salvaguarda do Patrimônio pressupõe uma visão mais ampla do que o conceito de Conservação, na medida em que o primeiro procura que esteja assegurada a "…identificação, documentação, investigação, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão - essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspectos deste patrimônio." (UNESCO 2003) - em detrimento da preservação e conservação. Ainda que representativa de uma reconfiguração do conceito de patrimônio, esta carta não deixa de fora a ideia de uma identificação universal partilhada, enquanto pertencentes a uma determinada comunidade ou grupo, em relação a um bem patrimonial. Acredita-se que esta é uma ideia incorreta, a de uma universalização do patrimônio e de uma identidade única, na medida em que nos podemos identificar não só com um mas com vários grupos (SMITH, 2006).

O estado atual do conceito de patrimônio leva-nos a entender que, tal como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade refere (2003), existe uma interligação inequívoca entre a dimensão material e imaterial do patrimônio que não pode ser desconsiderada. Esta

ligação possibilita a afirmação de que o que realmente dá início a um processo de *patrimonialização* e ao reconhecimento de um determinado bem é a sua imaterialidade, a sua intangibilidade (TORRICO, 2006). Um bem apenas se torna patrimônio quando é reconhecido dentro de um conjunto de valores culturais e práticas sociais, ou seja, dentro de um determinado grupo. Talvez se possa compreender melhor se apresentarmos um exemplo: a paisagem do Alto Douro Vinhateiro, classificada como Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001. Aliadas à beleza inquestionável deste espaço físico, potencialmente turístico, encontram-se as práticas de produção e venda de comércio do vinho, das atividades laborais e as práticas de vindima que ali decorriam. Desta forma, a dimensão imaterial deste patrimônio reside nas atividades humanas que modelaram a paisagem do território do Douro vinhateiro, tendo ainda em consideração o próprio patrimônio edificado – referimo-nos às casas, quintas e palacetes que se encontram relacionadas com a própria atividade económica da região – enquanto elementos que emergem do desenvolvimento desta atividade. O que se pretende dizer com isto é que por detrás de um monumento considerado e legitimado enquanto bem patrimonial se encontra a imaterialidade das práticas que nele ocorriam e que são essas que conferem ao mesmo o seu caráter patrimonial.

A par desta noção de patrimônio encontramos presente a interligação ao conceito de identidade (PERALTA; ANICO, 2006; TORRICO, 2006). A importância desta ligação reside, para além da sua pertinência, na ponte que se consegue estabelecer com o objeto deste trabalho: os lugares com memória. Segundo Peralta e Anico a "...cultura vive-se e não se conserva, ao contrário do patrimônio." (PERALTA; ANICO, 2006, p. 1), o que nos leva a perceber que estamos perante uma tentativa de construção de um conceito de patrimônio e de cultura que ajuda no processo de desconstrução de um patrimônio meramente *preservacionista* (DUARTE, 2010), reconstruindo uma leitura e um olhar sobre o mesmo, mais dinâmico e numa lógica de salvaguarda que vai muito além da mera preservação. A ideia de um patrimônio que traduza identidade conduz-nos, tal como já fora referido, a uma ideia de que um determinado elemento traduz a cultura universal de um grupo ou comunidade, sendo, por isso, uma noção fechada. O que um elemento patrimonial deve possibilitar é a identificação enquanto fim em aberto. Identificarmos, após a sua interpretação, com o bem patrimonial, mediante a interação com ele. Retomemos novamente o exemplo da paisagem do Douro. O contemplar e o interpretar da paisagem permite que nos identifiquemos com aquilo que a mesma representa e contém. E, talvez aqui, possamos reforçar a ideia de que o patrimônio é sempre cultural porque se encontra integrado numa determinada cultura (PERALTA; ANICO, 2006) e surgiu da mesma, das suas práticas, ações, acontecimentos e conjuntura. A paisagem vinícola do Douro surgiu exatamente da conjuntura

económica do país, de uma das principais atividades económicas e empregadoras da região norte, o comércio do vinho.

Do patrimônio fazem parte a sua dimensão material e imaterial, natural e cultural, herdados do passado ou emergidos do presente, através do qual um determinado grupo ou comunidade se identifica (ZANIRATO, 2009). Esta noção do patrimônio agrega em si mesma as várias dimensões do patrimônio, fomentando e sublinhando a sua interligação e interdependência. Além disto, releva que o patrimônio não surge somente de um passado mas também do presente. Quando as várias cartas e convenções colocam do lado do Estado a responsabilidade de proteger e salvaguardar o patrimônio, isso só acontece de forma natural se as populações se identificarem com os bens a serem salvaguardados, reconhecendo-se neles. Só assim faz sentido que os mesmos se mantenham, enquanto partes da sua própria história (ZANIRATO, 2009).

As modificações dais quais o conceito de patrimônio foi alvo, traduzem, acima de tudo, que quando falámos de patrimônio estamos a referir-nos à sua dimensão imaterial. Assim, o patrimônio é simultaneamente material e imaterial, enquanto construção social que emerge de um determinado grupo ao qual o mesmo reconhece um determinado grau de identificação (PRATS, 1997).

O final do século XX, e após várias alterações no domínio do patrimônio cultural, o processo de *patrimonialização* refere-se a um processo social, de um determinado grupo, de atribuição de um protocolo formal de classificação e de proteção a uma variedade infindável de bens (PEIXOTO, 1997; FRIAS; PEIXOTO, 2001). Assistimos a uma abertura do campo de possibilidades do processo de *patrimonialização*, sendo atribuídos novos usos e sentidos ao patrimônio, muito fruto do trabalho de antropólogos, historiadores de arte e profissionais da cultura que sublinham a importância da dimensão imaterial do mesmo. A este propósito Almeida (1993) denomina esta mudança como "complexo de Noé", caracterizada por uma expansiva classificação patrimonial, que se reflete numa gradual variação dos bens classificados: "a classificação patrimonial, hoje, não atinge apenas o monumento mas todo o seu conjunto e envolvência." (ALMEIDA, 1993, p. 409). As considerações feitas sobre esta abertura do campo da *patrimonialização* foi ampla e diversificada, entendendo que a necessidade de reconhecer o valor da dimensão imaterial do patrimônio cultural era necessária (LOWENTHAL, 1989; HOBSBAWN, 2002), até porque "…a marca de tradição do patrimônio se converte em capital de inovação." (FORTUNA, 1997, p. 5).

2 Das Ruínas do Edificado aos Lugares de Memória

A noção de patrimônio cultural enquanto elemento fundamental da identidade social e cultural ganha forma após esta discussão, nomeadamente quando o interpretamos, procurando construir uma noção do mesmo como um conjunto de bens materiais e imateriais que um grupo determina como importantes a valorizar e a salvaguardar no presente, tendo em vista o futuro (PRATS, 1997; CHOAY, 1999; PERALTA; ANICO, 2006). Tendo como possibilidade a manutenção e preservação da identidade de um grupo (CHOAY, 1999), pode ser igualmente entendido como um conjunto de símbolos, também eles materiais e imateriais, que se encontram inscritos nas práticas e nos rituais.

A construção da memória coletiva, e a sua manutenção pela via do patrimônio cultural, tem vindo a ser discutida por vários autores (LOWENTHAL, 1989; HALBWACHS, 1992; NORA, 1993). O lugar que a memória ocupa na organização social de um grupo ou comunidade reside no facto da mesma ser dinâmica e ter sempre um fim em aberto, ou seja, podendo ser alterada ao longo dos tempos consoante a própria dinâmica de evolução dos grupos (NORA, 1993). A memória é sempre um elemento atual, beneficiando-se dos importantes contributos da Escola dos Annales através do rompimento de uma visão puramente positivista e voltados para processos de longa duração com a introdução de métodos das ciências sociais (BURKE, 1991). No fundo, trata-se de um esbatimento das fronteiras metodológicas entre as ciências sociais em prol de olhares e perspetivas multidisciplinares. A memória anda de mãos dadas com o patrimônio cultural: existem memórias e patrimônios pois os mesmos não são únicos. Os mesmos existem, diversificam-se e diferenciam-se consoante o número de grupos, de comunidades, de interpretações e de realidades que existem (HALBWACHS, 1992; NORA, 1993; ALMEIDA, 1993). Halbwachs (1992) refere no seu texto "On Collective Memory" que é na sociedade que as pessoas adquirem as suas memórias e que na mesma as lembram, as reconhecem e as localizam. A memória é também, assim, uma construção social, tal como o patrimônio cultural, que é alterada e modelada ao longo do tempo consoante as mudanças das próprias características dos grupos. Daqui se consegue perceber que a atribuição ao patrimônio de um conceito como o de autenticidade conduzirá a uma interpretação errada do mesmo, pois a autenticidade assenta numa lógica de realidade inalterável (JONES, 2010). A propósito deste conceito de autenticidade, Jones (2010) apresenta duas aproximações: uma primeira, denominada de materialista, que assenta na ideia que a autenticidade é uma característica natural e intrínseca dos objetos, ou seja, de eles corresponderem exatamente ao seu estado de origem em termos de material, design, produção e uso; uma segunda, construtivista, que se apoia na ideia que a autenticidade é uma

construção social (JONES, 2010). A visão materialista assume que um bem patrimonial não pode sofrer alterações o que contraria a visão defendida até agora do patrimônio mutável com a passagem do tempo. Neste sentido, a adoção de uma visão construtivista encaixa na visão de um patrimônio como uma construção social, fruto de um espaço e de um tempo, desenvolvido dentro de uma comunidade e de um grupo.

Diz-nos também Halbwachs (1992) que, à semelhança do patrimônio, e contrariando a visão do século XIX em que tudo devia ser conservado, a memória é seletiva pois o grupo só guarda aquilo que para ele, num dado espaço e tempo, é realmente importante para que as gerações futuras recebam. O autor permite-nos perceber que a memória coletiva é a junção de múltiplas memórias individuais e, por isso, é também ela a base da construção da identidade, reforçando a coesão dentro do grupo. Mas o papel que a memória pode desempenhar, e desempenha, vai muito para além da coesão interna do grupo e da construção da sua identidade. Ela permite que a dimensão imaterial do patrimônio seja preservada, através das ideias, dos rituais e dos hábitos quotidianos. Almeida (1993) refere que o "…patrimônio é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional." (ALMEIDA, 1993, 407-408). Esta afirmação vai de encontro ao defendido por outros autores (HALBWACHS, 1992; NORA, 1993; PERALTA; ANICO, 2006) no que se refere ao carácter dinâmico do patrimônio pois o mesmo não é um elemento fechado. Enquanto entidade viva, ele move-se, altera-se e encontra-se sucessivamente em construção, seja pela mudança dos grupos ou pelas mudanças sociais.

A cidade do Porto é um espaço de práticas cotidianas muito diversificadas (VIDAL, 2016a), tendo vindo a ser palco de uma afluência turística. Fruto ou causa deste fenómeno, o reconhecimento por via de prémios como Melhor Destino Europeu colocou a cidade no centro dos destinos mais desejados (VIDAL, 2016b; VIDAL, 2017). A par deste reconhecimento, a indústria turística percebeu que o patrimônio cultural é uma ferramenta extremamente útil para a atração de pessoas (CARVALHO, 2010). A vontade desmesurada de obter lucro leva a que a cidade se reconfigure e se transforme em torno do turismo e daquilo que o mesmo espera encontrar na cidade. Talvez possamos afirmar que muitas das decisões que se tomam na cidade – abertura de novas ruas, construção de parques de estacionamento, novas lojas de marcas internacionais e uma abundância crescente de unidades hoteleiras – apenas surgem quando o *boom* turístico se tornou visível, pois anteriormente os residentes e os transeuntes já lá estavam, pois "A cultura e o patrimônio emergem nos últimos anos como recursos turísticos em diversas políticas e intervenções públicas" (CARVALHO, 2010, p. 123). A vontade de se querer tornar tudo como um objeto turístico resulta no surgimento de espaços

descaracterizados, lugares que procuram representar a identidade de um povo, comunidade ou grupo através de uma recriação e que, nesse sentido, acabam por estar descontextualizados (PERALTA, 2000). O que acontece é que estes espaços, supostamente representativos da identidade do passado e da comunidade da cidade, não permitem a identificação dos próprios habitantes da cidade, ou seja, o grupo ou a comunidade não se reconhece nesses espaços, sendo por isso um produto meramente turístico carrado de um vazio patrimonial. O problema é tornar o turismo cultural como um produto de lucro fácil e de monitorização frágil. Como Choay (1999) alerta: "…os monumentos e patrimônios históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (CHOAY, 1999, p. 211).

É reconhecido que o turismo fomenta a divulgação do patrimônio cultural da cidade, permite a manutenção e preservação dos monumentos e torna a cidade num espaço aberto ao mundo. Contudo, a cidade do Porto, em particular, não tem conseguido encontrar um equilíbrio. A descaracterização da qual o centro histórico da cidade, classificado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996, tem sido alvo coloca até em causa a sua "rentabilidade turística". A requalificação urbana na Rua Mouzinho da Silveira, por exemplo, representa um exemplo claro de Gentrificação (GLASS, 1964). Este conceito, inicialmente aplicado por Glass (1964) relativamente às mudanças das quais o centro de Londres foi alvo na segunda metade do século XX, traduz o enobrecimento de uma área da cidade e a sua ocupação por indivíduos de classe média e alta, iniciando um processo de "expulsão" gradual dos antigos residentes (especulação imobiliária). Este tipo de processo é visível no Porto com a requalificação do edificado, tornando os espaços outrora com condições consideradas inabitáveis em apartamentos luxuosos a preços elevados. Desta forma os moradores deixam de ter capacidade económica para continuarem a residir nestes espaços, bem como deixam de se identificar com os mesmos: "Ao receberem uma casa reabilitada e ao viverem num espaço requalificado, ainda que apenas por um estatuto patrimonial, os indivíduos são encarados como cobaias de experiências que visam testar e desenvolver novos modos de vida e uma nova identidade." (PEIXOTO, 2005, p. 70)

Atualmente estes espaços são também muito procurados por estrangeiros e turistas, pelo facto da crescente oferta de *hostels* pelas cidades se fixar nestes edificados recuperados ou até mesmo para residência sazonal. A breve abordagem a este processo permite que justifique uma nova abordagem ao turismo cultural nas cidades, longe da oferta massificada de consumo de bens culturais, pois o turista de agora é mais exigente e quer ser participativo (CARVALHO, 2010).

Apoiando-nos na ideia de que quando falámos de patrimônio cultural estamos sempre a falar da sua dimensão intangível, ou seja, imaterial (TORRICO, 2006), acreditamos que seria importante olhar o patrimônio em ruínas na cidade. Se a materialidade do patrimônio se encontra em ruínas, a sua dimensão imaterial persiste e resiste ao passar do tempo. Se patrimônio é construção social então nelas (nas ruínas) se encontram inscritos pedaços da memória coletiva, fragmentos que permitem que os indivíduos se identifiquem com restos do passado. Para Pierre Nora (1993) os Lugares de Memória cristalizam a memória coletiva. Sejam eles materiais ou imateriais, devem possibilitar a identificação ou o reconhecimento de um grupo ou comunidade, fomentado o desenvolvimento da sua identidade e do seu sentimento de pertença. Carlos Fortuna (1995) desenvolve um conceito que, em parte, se interliga com este: destruição criadora das identidades. Este refere-se a um processo de construção e desconstrução da nossa identidade por via do patrimônio cultural, na medida em que o processo de identificação com o bem, tal como o conceito de Nora, contribui para a formação da nossa identidade, alterando-a. Assim, o patrimônio é também um elemento importante de autoconhecimento. O que é importante nestes lugares, e aqui Nora (1993) refere-o, é que o mesmo possua, na sua base de formação, uma "vontade de memória", ou seja, deve existir por parte da comunidade ou do grupo uma intenção de tornar este espaço memorável, de o considerar importante para transmitir e perdurar no tempo na medida em que o mesmo representa a sua identidade.

Na sociedade contemporânea, marcada pela Globalização e pela sociedade de consumo, a necessidade destes *lugares* aumenta pelo facto da própria evolução industrial e tecnológica impor um ritmo de crescimento e aceleração, contribuindo para uma massificação de uma memória passada e criada pelos meios de comunicação. A sociedade contemporânea é hoje uma sociedade sem rituais (LE GOFF, 1996).

As ruínas possuem uma capacidade de apaziguamento das consciências humanas quando nos identificamos com as mesmas (SIMMEL, 1958). Conseguimos construir um passado, ainda que mais ou menos irreal – já que é uma construção social – que faça sentido para nós. No espaço da ruína, a ruína enquanto lugar de memória, é o espaço por excelência do passado que já desapareceu mas que "…cria a forma presente da vida passada." (SIMMEL, 1959[1911], p. 261). As ruínas e o contacto com as mesmas permite criar no presente uma ligação com o passado pois "…a ruína é um local de vida de onde esta já desapareceu…" (SIMMEL, 1959[1911, p. 261). As ruínas são uma construção social, ou melhor, representam um não reconhecimento, uma "…decadência política e…incúria dos indivíduos." (FORTUNA, 1995, p. 15), pelo facto de serem exatamente ruínas e de terem perdido a sua função e utilidade, ou seja, o fim para o qual foram construídas.

Importa assim que as Ruínas do Edificado, enquanto lugares de memória, sejam um elemento reconhecido e valorizado da paisagem da cidade e que possibilitem uma identificação com um passado, desenvolvendo a construção da identidade e da memória coletiva. Importa também que se tenha presente o carácter dinâmico das ruínas, tal como o patrimônio cultural, na medida em que as mesmas comuniquem com o grupo ou com a comunidade onde se inserem.

Considerações Finais

A tentativa de uma definição de patrimônio cultural esbate-se nestas páginas. Se o patrimônio é construção social então ele é fruto de um grupo e, se assim o é, então cada grupo, cada comunidade, definirá para si o que é digno de ser considerado patrimônio.

O que importa concretizar agora é a importância que o mesmo desempenha na formação e construção da memória coletiva, através da sua dimensão imaterial, do seu processo do qual o grupo é parte integrante e que o mesmo se identifica. O patrimônio cultural encontra-se hoje envolto de uma componente vocacionada para o fator mercado, enquanto produto para venda, de consumo turístico exacerbado que coloca em causa a sua sustentabilidade, descaracterizando-o. Assiste-se ainda a uma política meramente de preservação, apelando vários autores a uma necessidade de salvaguarda, de dinamismo no processo de reconhecimento e de construção e reconstrução (ALMEIDA, 1993; FORTUNA, 1995; PEIXOTO, 2005; DUARTE, 2010). O cuidado no processo de patrimonialização e os perigos do reconhecimento do patrimônio cultural não devem ser descurados. A sua mediação e monitorização por uma equipa multidisciplinar, preparada para discutir e refletir sobre os impactos que o patrimônio poderá ter na identidade, deve ser repensada (PEIXOTO, 2005). Esta vontade de tornar patrimônio cultural um determinado bem para que o mesmo se torne rentável descaracteriza o patrimônio e torna-o meramente numa mercadoria. O caso da cidade do Porto, exemplo ilustrativo desta reflexão, representa este fenómeno que, ao longo destes últimos anos, transformou a cidade num espaço para os outros, para os turistas, não percebendo que essa política coloca também em causa a própria sobrevivência da atividade. O turismo cultural – o turismo é sempre cultural pois encontra-se enquadrado numa determinada cultura – é aqui entendido como potenciador de duas consequências: uma primeira que se relaciona com o facto do mesmo promover a conservação e preservação do patrimônio cultural com a venda e oferta turística, ou seja, a sustentabilidade económica do patrimônio; uma segunda, voltada para a salvaguarda do mesmo e para a sua descaracterização, fruto

da vontade de tornar o patrimônio cultural como mercadoria, produto massificado que se distancie da realidade.

Ainda que se tome consciência da urgência em se criar uma equipa multidisciplinar capaz de perceber as diferentes implicações que o turismo cultural em massa poderá trazer ao patrimônio cultural, o mesmo continua a ser vendido enquanto mercadoria e produto para consumo rápido, contribuindo para o seu desgaste. Apesar de tudo isto, devemos ter presente que a cultura, e o patrimônio, são elementos fluídos, transformados e transformadores, veículos de empoderamento das comunidades e de segurança identitária e de pertença que não se esgotam nos bens patrimoniais.

Referências

ALMEIDA, Carlos Ferreira. Patrimônio - Riegl e hoje. *Revista da Faculdade de Letras* (FLUP) X, II, 407-416, 1993.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Edit. Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, Paulo M. Turismo cultural, patrimônio e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades?. In: SANTO, Maria (org.). *Turismo cultural, territórios e identidades*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2010.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio.* Lisboa: Edições 70, Lda, 1999.

DUARTE, Alice. O desafio de não ficarmos pela preservação do patrimônio cultural imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, 1, 41-61, 2010.

FORTUNA, Carlos. Évora: um caso de destradicionalização da imagem da cidade. *Oficina do CES*, 1-24, 1997.

—. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. *Oficina do CES*, 1-31, 1995.

FRIAS, Aníbal, e PEIXOTO, Paulo. Esthétique urbaine et jeux d'échelles: expressions graphiques et images du patrimoine au sein du monde universitaire de Coimbra. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 1-43, 2001.

GLASS, Ruth. *London: aspects of change.* Londres: Centre for Urban Studies/MacGibbon e Kee, 1964.

HALBWACHS, Maurice. *On collective memory.* Chicago: University Chicago Press, 1992.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições.* Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JONES, Siân. Negotiating authentic objects and authentic selves: beyond the deconstruction of authenticity. *Journal of Material Cultura*, 15, 181-203, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques (org.). *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares."*Projeto História*, 7-28, 1993.

PEIXOTO, Paulo. *Imagens e usos do patrimônio urbano no contexto da globalização.*1997. Dissertação (Mestrado) Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Sociologia. Coimbra.

PEIXOTO, Paulo. O patrimônio mata a identidade. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. *Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2005.

PERALTA , Elsa, & MARTA Anico. Introdução. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. *Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2005.

PERALTA, Elsa. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. *ANTROPOlógicas*, 4, 217-224, 2000.

PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio.* Barcelona: Ariel, 1997.

SIMMEL, Georg. Two essays. *The Hudson Review*, 371-385, 1958.

__. The ruin. In: WOLLF, Kurt. *Essays on sociology, philosophy and aesthetics,* Nova Iorque: Harper, 1959[1911].

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage.* Oxon: Routledge, 2006.

TORRICO, Juan Agudo. Patrimônios e discursos identitários. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. *Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2005.

UNESCO. "Convenção para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural." *Direção-Geral do Patrimônio Cultural.* Outubro - Novembro de 1972. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonio MundialCulturaleNatural.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

—. "Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial." *UNESCO.* 13 de outubro de 2003. Disponível em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VIDAL, Diogo Guedes. Deambulando no Porto: notas introdutórias para uma sociologia do quotidiano. *Revista Café com Sociologia*, 5, 1, 7-10, 2016a. Disponível em <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/512>. Acesso em: 25 jul. 2018.

—. *Um Porto em cada Nós: imagens, representações, semânticas e memórias da cidade*. 2016b. 115f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Sociologia. Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/84603>. Acesso em: 17 jun. 2018.

—. O Porto visto da FLUP: pistas para um conhecimento das imagens, representações, semânticas e memórias dos estudantes. *IS Working-Papers*, 56, 1-18, 2017. Disponível em <http://isociologia.up.pt/pt-pt/working-paper/wp-56-o-porto-visto-da-flup-pistas-para-um-conhecimento-das-imagens-representa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 3 ago. 2018.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. *Patrimônio e Memória*, 5, 1, 137-152, 2000.

Recebido em: *22 de agosto de 2018*
Aceito em: *17 de dezembro de 2018*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018
ISSN: 2317-0352

Provoc-ações ao pensar em tempos de banalização do pensamento freireano

Resenha

PEREIRA, Thiago Ingrassia. *Atualidade do Pensamento Pedagógico de Paulo Freire*. Cirkula: Porto Alegre, 2018. pp.122.

Cristiano das Neves Bodart
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), estanto vinculado ao Centro de Educação dessa mesma instituição de ensino. Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). E-mail: cristianobodart@hotmail.com

Thiago Ingrassia Pereira é um entusiasta e militante em prol da Educação Pública. Natural de Gravataí, Rio Grande do Sul, tornou-se educador por via das Ciências Sociais, posteriormente doutorando-se em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e veio a ensinar na Universidade Federal da Fronteira Sul. Forjou-se freireano no caminho dialógico.

Sua obra mais recente, "A atualidade do pensamento Pedagógico de Paulo Freire", foi lançada pela editora Cirkula no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, entidade que preside desde 2016. A produção do referido livro deu-se entre os anos de 2016 e 2018, sendo resultado de atividades desenvolvidas em seu pós-doutoramento, na Universidade de Lisboa, e artigos apresentados em eventos científicos especializados. O autor destaca que o "livro é uma coletânea de textos que tem seu tempo e seu lugar histórico" (PEREIRA, 2018, p.19). Ainda que produzido em momentos e condições distintas, o leitor, ao concluir a leitura, perceberá que, embora sendo uma coletânea de obras produzidas em separado, a obra possui uma coerência sistemática entre os capítulos. A leitura é agradável e estimula a busca por maior aprofundamento na pedagogia freireana.

A coletânea conta com um prefácio da freireana Ana Lúcia Souza de Freitas (UNISINOS) sob o título "Carta-prefácio às leitoras e aos leitores de Paulo Freire: um convite ao ato crítico de estudar" - o prefácio é produzido de forma a convidar o leitor ao diálogo, como preconiza a pedagogia de Paulo Freire. A obra é composta por seis capítulos, além de uma introdução, os quais se distribuem em 122 páginas, em um livro de tamanho A6, que torna o seu manuseio agradável. No fim, o leitor encontrará

uma breve biografia do autor, onde são indicadas suas experiências enquanto educador, pesquisador e militante.

A obra de Pereira é lançada num contexto marcado pelo ataque a Paulo Freire, sendo este recorrentemente responsabilizado pelas mazelas da educação brasileira. Se por um lado, Freire é reconhecido internacionalmente como referência em Educação, no Brasil vem sendo ignorado ou atacado, sem contudo ter sua obra devidamente conhecida pelos seus acusadores. Dentre as acusações está o uso da educação como instrumento de doutrinação, esta entendida como imposição de um determinado pensamento ou valor aos alunos. Pereira disponibiliza ao leitor elementos necessários para compreender que Freire possuía postura e um discurso opostos ao que lhe é imputado.

Thiago Ingrassia Pereira inicia sua obra com a introdução intitulada "primeiras palavras". Aqui, apresenta o leitor à proposta da coletânea, sua justificativa - apoiada na notoriedade do conjunto da obra de Freire – e estrutura. Propõe um convite ao exercício de "pensar certo" conjugando teoria e prática e "viver o imenso desafio da coerência entre o que lemos, falamos e fazemos" (PEREIRA, 2018, p.19).

O primeiro capítulo, "Freire, um pensador atual?", é uma provocação, como indica o título, e um convite à reflexão sobre a importância da pedagogia de Paulo Freire e um espaço de destaque de seu reconhecimento nacional e internacional. Será a partir do pressuposto apresentado nessa parte da obra que toda a coletânea se desenvolve. Trata-se do capítulo de maior fôlego e que dá sustentação epistemológica aos demais.

Argumenta o autor, no capítulo primeiro, que a revisitação a Paulo Freire se mostra pertinente, seja considerando a dimensão acadêmica, quanto a dimensão pedagógica de sua obra. Assim, realiza uma reflexão apoiada no conceito de *práxis*, "considerando a relação dialética (relacional, em diálogo) entre teoria e prática. Chama atenção para o fato de que refletir sobre a atualidade de um autor como Paulo Freire, para ser frutífero, demanda a busca por novas perguntas, mais do que respostas; seria a "pedagogia da pergunta". Para Pereira a atualidade de Freire está na sua contribuição em responder perguntas do presente (mesmo não sendo capaz de nos dar todas as respostas), assim como abrir caminhos para novas possibilidades interpretativas da realidade social. O autor situa Freire em seu tempo e contexto para evidenciar a importância de sua obra numa sociedade desigual e com processos formativos díspares que (re)produzem essas desigualdades. Freire é apontado como fundamental para entender o sistema de ensino brasileiro e os diferentes canais formativos (família, mídia, igrejas, clubes, associações, partidos etc.).

Ainda no primeiro capítulo, Pereira evidencia elementos que atestam o reconhecimento da obra de Freire no Brasil e no mundo, o que não o torna imune a críticas, o que "é muito importante,

tendo em vista que o próprio autor entendia a necessidade da crítica de sua obra" (PEREIRA, 2008, p.29). Contudo, grande parte das críticas dirigidas ao educador, por desconhecimento, são do tipo panfletárias, acusando-o de doutrinação. A obra resenhada colabora para a compreensão de que muitas das críticas ignoram justamente a importância dada por Freire ao diálogo e a valorização do conhecimento do outro. Pereira justifica esse tipo de crítica pela pouca presença de sua obra em cursos de formação inicial de professores. Para o autor, a recepção da obra de Freire se dá, grosso modo, a partir de duas dimensões de sua pedagogia: política e epistemológica. Sob a dimensão política, Freire é mobilizado para a ação política em busca da transformação das estruturas sociais a fim de ampliar a justiça social. A dimensão epistemológica de Freire envolve a relação entre teoria, metodologia e instrumentalização para a transformação do mundo no qual integramos e interagimos. Por isso, as duas dimensões estão imbricadas e são difíceis de serem abordadas separadamente.

É ainda no primeiro capítulo que Pereira apresenta de forma clara e objetiva três perspectivas da obra de Paulo Freire. São elas: perspectiva antropológica, fundada na noção de "inacabamento" do ator social; perspectiva metodológica, centrada na dialogicidade e; perspectiva política, baseada na busca pela transformação social. Após apresentar essas perspectivas, o autor aponta os principais temas que estiveram sob as preocupações de Paulo Freire. Dentre eles destacamos "política e educação", "alfabetização de adulto", "Educação Popular" e "desigualdade social e desigualdade escolar".

No segundo capítulo, Pereira se propõe a responder a pergunta que intitula essa parte da obra: "o que significa ser Freireano?". Para tanto, apropria-se de sua experiência como educador a fim de argumentar os sentidos de suas escolhas políticas e pedagógicas. Destaca que Freire fazia o convite aos próprios freireanos que o reinventasse, não o repetisse. "De certa forma, pretender-se freireano(a) passa pelo entendimento desta proposta do autor", afirma Pereira (2018, p. 65).

O capítulo seguinte, intitulado "Diálogos sobre ciência e 'saber de experiência feito'", "é um convite à reflexão sobre a produção do conhecimento e a docência em qualquer nível de ensino" (PEREIRA, 2018, p.73). Igualmente aos demais capítulos, o autor parte de perguntas que buscam problematizar ao longo da obra. No caso desse capítulo, destaca-se a seguinte pergunta: "como vivemos a tensão entre a reprodução de conteúdos considerados legítimos em nossa área de formação? Utilizando-se dessa indagação, Pereira revisita a noção de "saber de experiência feito" de Freire a fim de destacar o lugar legítimo, na prática de ensino, do conhecimento que trazem os alunos às salas de aula; suas leituras do mundo. Os saberes populares têm, em Freire, destaque na prática pedagógica como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem. Pereira reforça "que *partir* não é *ficar* no pensamento originário de nossas experiências, pois é fundamental a devida apropriação do pensamento sistemático por parte dos(as) educandos(as)" (PEREIRA, 2018, p.78).

Ao problematizar o lugar dos saberes populares na obra de Freire, Pereira – seguindo o próprio conselho de relacionar Freire a outros autores – realiza um diálogo com Boaventura de Souza Santos e José de Souza Martins. Nesse momento, busca destacar que sob as contribuições dos três autores é possível compreender, no processo pedagógico, a importância de *partir* do senso comum do(a) educando(a) para tornar a aprendizagem mais significativa e demonstrar respeito pelo conhecimento dos alunos. Destaca, ainda, a importância de dar voz às classes populares para não perpetuar a condição do homem comum de "vítima das circunstância da história". Em José de Souza Martins encontra bases para destacar que a matéria prima do conhecimento, em especial sociológico, está na vida cotidiana. Pereira aproxima esses autores não apenas para apontar suas aproximações, mas também para destacar as possibilidades de avanços "na construção de análises rigorosas e de referência para a sociologia e a Educação" (PEREIRA, 2018, p.88).

O penúltimo capítulo dialoga com o anterior ao trazer à cena a "Educação Popular e a Educação Não Formal", título dessa parte da obra. Aqui o diálogo promovido é entre Maria da Glória Gohn e Paulo Freire, argumentando que estudá-los "dá pistas de como na confluência da intencionalidade podemos entender e transformar o mundo" (PEREIRA, 2018, p.111). O capítulo inicia conceituando os dois tipos de educação. É latente nesse capítulo a abordagem política da temática, espelho do caráter das obras de Gohn e Freire. Tanto o autor quanto suas referências partem do princípio de que a Educação Popular é um compromisso político e epistemológico que compreende uma ação política de transformação social.

Por fim, no último capítulo, Thiago Ingrassia Pereira nos fornece indicativos de leituras freireanas "com o objetivo de ofertar um itinerário formativo no pensamento pedagógico de Freire" (2018, p.113). Nesse ponto indica alguns centros e institutos de pesquisas especializados nas obras de Paulo Freire, bem como leituras básicas, alguns trabalhos de comentaristas, além de um conjunto de artigos científicos.

Mesmo sendo uma coletânea de artigos – convertidos em capítulos - há uma coerente organização entre as partes, de forma que a obra não parece fragmentada. Acredito que essa unidade tenha relação direta com a trajetória intelectual recente do autor, sendo suas preocupações marcadas por um fio condutor epistemológico coeso.

Há uma preocupação em iniciar com uma apresentação das bases epistemológicas e metodológicas freireanas, das quais o autor se apropria nos capítulos seguintes. Coerente com a proposição de que a atualidade de Paulo Freire estaria na possibilidade de pensar sua obra em conjunto com outros autores, Pereira traz para o diálogo pesquisadores importantes para pensar o lugar do saber popular (Boaventura de Souza Santos e José de Souza Martins) e da Educação Popular (Maria da

Glória Gohn). Tal diálogo possibilitou revisitar o pensamento de Paulo Freire, assim como tecer críticas necessárias para manter um "pensamento científico vivo", nos termos de Lahire (2017). Concordamos com Lahire (2017, p.13) ao afirmar que "para mantermos um pensamento científico vivo é preciso regularmente aceitar submetê-lo à discussão, à revisão parcial" e Paulo Freire também estava de acordo com essa prática, tendo afirmado que "[...] o educador progressista deve estar sempre em mudança, continuamente reinventando-me [...]" (FREIRE, 2001, p. 61).

A obra discute a atualidade do pensamento pedagógico de Paulo Freire, e aborda também o seu potencial político. Mesmo não sendo objetivo do autor, nos parece importante mencionar que uma contextualização do lugar político ocupado por Paulo Freire enriqueceria ainda mais a obra resenhada. Explicitar, por meio de uma breve biografia, a situação (o lugar) de Freire no mundo seria colaborativo para o entendimento de sua posição discursiva, fornecendo maiores possibilidades do não iniciado no pensamento freireano compreender ainda melhor sua *práxis*.

A obra de Thiago Ingrassia Pereira mostra-se importante pelas provocações ao pensar em tempos de banalização do pensamento freireano. Pereira mostra-se ciente dos retrocessos que envolvem a vulgarização e perseguição ao pensamento de Freire no Brasil, e busca contribuir para esclarecer aos interessados que pouco ou nenhum contato tiveram com sua obra. Para isso, o método/estratégia adotado pelo autor é o processo dialógico preconizado por Freire.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis.* Editora UNESP: São Paulo, 2001.

LAHIRE, Bernard. Para uma sociologia em estado vivo. *In:* VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília. (Orgs.). *Dossiê Bernard Lahire*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. *Atualidade do Pensamento Pedagógico de Paulo Freire*. Cirkula: Porto Alegre, 2018. pp.122.

Recebido em: *10 de dezembro de 2018*
Aceito em: *28 de janeiro de 2019*

Volume 7, número 3, Ago./dez., 2018
ISSN: 2317-0352

Entrevista

As pesquisas sobre o ensino de Sociologia: entrevista com Amaury Cesar Moraes

Entrevistador:

Cristiano das Neves Bodart

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), vinculado ao Centro de Educação desta mesma instituição. Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).
E-mail:
cristianobodart@hotmail.com

Amaury Cesar Moraes construiu toda a sua trajetória formativa na Universidade de São Paulo (USP), onde cursou graduação em Filosofia (1989) e Ciências Sociais (1980), mestrado em Ciência Política (1991) e doutorado em Educação (1997). Em 1997 tornou-se docente de metodologia do Ensino de Ciências Sociais nessa mesma instituição, onde atua desde então.

Amaury Cesar Moraes dedica-se, como pesquisador, ao ensino de Sociologia desde 1999, quando publicou seu primeiro artigo sobre esse tema intitulado "Por que sociologia e filosofia no ensino médio?". Desde então, produziu diversos outros estudos, muitos dos quais tornaram-se referência, destacando-se a coletânea "Sociologia" (2010) financiada pelo Ministério da Educação e distribuída nas escolas públicas de todo o país, e "Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato" (2003). Como destacaram Bodart e Tavares (2018), Moraes é o autor mais referenciado em artigos sobre ensino de Sociologia publicados em revistas de estratos superiores na área de Sociologia. Trata-se de um pesquisador com sólida trajetória de luta pela inclusão e permanência da Sociologia no Ensino Médio que remonta aos anos anteriores a reintrodução gradativa da Sociologia nos estados brasileiros, entre os anos de 1980 e 2000. Nesta entrevista Moraes responde algumas questões que nos ajuda avaliar a situação atual das pesquisas sobre o ensino de Sociologia.

Revista Café com Sociologia: **As pesquisas recentes vêm apontando para um avanço quantitativo da produção de teses, dissertações e artigos sobre o ensino de Sociologia. Como avalia esse avanço?**

Amaury César Moraes: Esse avanço é importante, pois recorrendo a uma fórmula cunhada por Marx e Engels, da quantidade gera-se a qualidade. Essa quantidade tem também um sentido positivo porque representa um espraiamento das pesquisas, uma desconcentração, em que hoje tempos mais unidades da federação contempladas, o que pode trazer também uma representatividade mais extensa da realidade do ensino de Sociologia nas escolas brasileiras. Talvez seja o caso de haver, desde já, textos de pesquisa secundária que tomem essas pesquisas primárias como matéria prima e se possa traçar tendências e sínteses informativas e daí resultar diretrizes para novas pesquisas.

Revista Café com Sociologia: **Se avançamos na volume, também temos avançado na variedade de temas abordados?**

Amaury César Moraes: Sim. Avançamos também no que diz respeito aos temas, também desconcentrando do histórico-legitimador para uma variedade que demonstraT o interesse mais amplo da comunidade; não se restringindo a uma expectativa de institucionalização (legitimação) a partir de uma historicização da disciplina. O que não significa que ainda não restem equívocos repetidos *ad nauseam* sobre esse histórico (datando a Reforma de Benjamim Constant, em 1891, quando o decreto é de 1890; além da sempre recorrente justificação da retirada da Sociologia dos currículos por conta de um viés ideológico...).

Revista Café com Sociologia: **O que o subcampo de pesquisa "ensino de Sociologia" ainda não alcançou, mas que precisa galgar para conquistar maior espaço na comunidade científica?**

Amaury César Moraes: Primeiramente dizer de qual campo é subcampo - das Ciências Sociais ou da Educação -; depois se é subcampo ou área de pesquisa. Já temos claro que existe esse objeto de pesquisa "ensino de Sociologia". O problema aqui foi denunciado por mim numa comunicação que fiz na SBPC de 2004 e depois foi publicada na Revista Cronos: O que devemos aprender para ensinar Ciências Sociais; ou numa comunicação ainda inédita apresentada no fórum sobre ensino de Sociologia no congresso da SBS de 2003 em Campinas: Sociologia no ensino

médio: reconquistas históricas - reflexões metafóricas, em que discuto as dificuldades internas ao campo das Ciências Sociais em aceitar esse novo objeto de pesquisa, entendendo-o como objeto do campo da Educação (Didática).

Revista Café com Sociologia: **Quais os possíveis impactos da Reforma do Ensino Médio sobre o ensino de Sociologia?**

Amaury César Moraes: Começando pelo fim, creio que as pesquisas continuam, mas podem diminuir dado que a ampliação do volume de pesquisas decorreu da campanha pela obrigatoriedade e expansão efetiva do quadro de professores da disciplina, porque aqui também, como disse em artigo publicado na revista Tempo Social (2003), há uma relação direta entre ser professor de Sociologia e pesquisar ensino de Sociologia, está entre o tom político de intervenção e o acadêmico de querer conhecer a realidade. Nisso já digo que há uma possibilidade não desprezível de se excluir ou submergir os conteúdos de Sociologia nos outros componentes curriculares, tal como já era proposto nas DCNEM de 1998, contra o que todos nos levantamos; a tal interdisciplinaridade. A reforma tem seu lado positivo que é ampliar o leque de escolhas dos alunos, pois só no Brasil temos um currículo único, sem opções; mas falha também nisso: na reforma dos militares, LDB5692/71, já demonstrou que não temos condições estruturais para uma proposta dessas, não haverá como garantir que os alunos realmente escolham o que querem estudar, se especializar; vai haver toda uma série de enganação, simulação dessa liberdade. Certamente irão oferecer um quadro de optativas muito estreito e os alunos vão ter de se submeter a essa farsa.

Revista Café com Sociologia: **E quais impactos sobre a formação de professores de sociologia e a pesquisa sobre o ensino dessa disciplina?**

Amaury César Moraes: Quanto á formação dos professores, a tendência é tentar reduzir as licenciaturas às áreas e não mais às disciplinas, o que vai também vai gerar muita complicação: as universidades não vão se submeter facilmente a essa determinação. Por outro lado, mesmo que se consiga fazer essa alteração nas licenciaturas, vamos ter aprofundadas deficiências de formação dos professores, que já vêm dos anos 1930: o famoso 3+1: um predomínio do bacharelado e um puxadinho da licenciatura, agora piorado porque uma formação de 3+1 valendo pelo que era 12 (4+4+4+4: no nosso caso História, Geografia, Sociologia, Filosofia): será que alguém acredita que será uma reforma que vai melhorar nossos escores nos exames nacionais e internacionais?

Referências

BODART, Cristiano das Neves. TAVARES, Caio dos Santos. A produção sobre o ensino de sociologia escolar nos periódicos brasileiros on-line de estratos superiores, 1996-2017. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. (Orgs.) *Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia.* Rio de Janeiro; Autografia, 2018. pp. 57-102

MORAES, Amaury César. Por que sociologia e filosofia no ensino médio? *Revista Educação Apeoesp*, São Paulo/Apeoesp, v.1. maio, n.10, p. 50-53, 1999.

MORAES, Amaury César. (Org.). *Sociologia.* [Coleção Explorando o Ensino, v. 15]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia*:* entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, abr. 2003.

Recebido em: *29 de Dez. de 2019*
Aceito: *19 de Jan. de 2019*